DIÁRIO OFICIAL

Prefeitura Municipal
de
Senhor do Bonfim

ÍNDICE

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO Nº 048/2026 - ATA DA SESSÃO DE AMOSTRAS .....
PREGÃO Nº 048/2026 - DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO E FINALIZAÇÃO .....

CONCORRÊNCIA
CONCORRENCIA Nº 007/2026 - DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO E FINALIZAÇÃO.....

CREDENCIAMENTO
CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 - DESPACHO .....

PORTARIA
PORTARIA .....
PORTARIA .....

PREGÃO Nº 048/2026 - ATA DA SESSÃO DE AMOSTRAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

ATA DA SESSÃO DE AMOSTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

ATA DE ANÁLISE DE AMOSTRAS

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública.

1. IDENTIFICAÇÃO DO CERTAME

1.1. Órgão promotor: Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA.

1.2. Unidade demandante: Secretaria Municipal de Administração.

1.3. Número da licitação: 048/2026. Processo Administrativo: 0181/26.

1.4. Tipo/Critério: Menor preço, por item.

1.5. Fundamento: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, disposições editalícias e Termo de Referência — especialmente o item 4.5 (Apresentação de Amostras).

2. DA ABERTURA — DATA, HORÁRIO E LOCAL

2.1. Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis (23/09/2026), às 15h00, reuniram-se na sede da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim, situada na Praça Nova do Congresso, nº 01, 2º Andar, Central Shopping – Centro, nesta cidade, o Agente de Contratação/Pregoeiro do Município, Sr. Henrique José da Conceição Mattos, a Srta. Karen Gabriella Longuinho Rios (Gerente de Contratações Diretas) e a Srta. Tâmara Nicolle Freitas do Vale (Assessora Especial), com a finalidade de proceder ao recebimento e julgamento das amostras de Kits Lanches às diversas secretarias municipais.

2.2. Foi concedida tolerância de 60 (sessenta) minutos em relação ao horário agendado para o recebimento das amostras, conforme comunicado do Pregoeiro na sessão eletrônica de 16/09/2026, admitindo-se a entrega até às 10h00.

3. DOS LICITANTES CONVOCADOS

Licitante	CNPJ	Município/UF	Situação
JBS COMERCIAL SILVA LTDA	61.080.060/0001-56	Senhor do Bonfim/BA	Habilitada – vencedora dos itens 1 a 5
MALTA PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	40.540.346/0001-05	Senhor do Bonfim/BA	Classificada
UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO	12.813.125/0001-10	Campo Formoso/BA	Classificada

3.1. Durante a sessão realizada em 21/09/2026, às 15h16, com fundamento no item 4.5 – DAS AMOSTRAS, do Termo de Referência, as licitantes foram convocadas para apresentação das amostras dos itens licitados, em 23/09/2026, às 15h00, na Sala de Reuniões da Sede da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA, em embalagens primárias e secundárias, quando necessárias, de modo a garantir a integridade dos produtos.

3.2. Às 15h00 do dia 23 de setembro de 2026, reuniram-se o Agente de Contratação/Pregoeiro e a Equipe de Apoio, na forma da convocação, para proceder à análise das amostras. A sessão foi iniciada às 15h25 e verificou-se que apenas a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA apresentou as respectivas amostras. A licitante apresentou 2 (duas) amostras de cada um dos 5 (cinco) itens licitados.

4. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO (itens 4.6 a 4.9 do Termo de Referência)

4.1. Segurança Alimentar: cumprimento das normas sanitárias aplicáveis ao preparo, manipulação, armazenamento, transporte e fornecimento de alimentos; observância das Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, conforme legislação vigente.

4.2. Qualidade dos Produtos: utilização de ingredientes de primeira qualidade, próprios para consumo humano e dentro do prazo de validade; pães, carnes, frios, queijos, hortaliças e demais ingredientes em perfeitas condições de conservação e consumo;

4.3. Padrão de Preparo: preparação dos alimentos em condições adequadas de higiene e segurança alimentar; montagem padronizada dos kits, observando a composição prevista para cada tipo de lanche;

4.4. Embalagem, Transporte e Entrega: embalagem individual apropriada para alimentos, devidamente lacrada, em condições que preservem a higiene, a qualidade e a integridade dos produtos; transporte em condições adequadas, de forma a evitar contaminações e preservar as características dos alimentos; fornecimento de forma parcelada, conforme a necessidade da Administração.

4.5. Para fins desta ata, foi dada atenção especial à BOA APRESENTAÇÃO e à QUALIDADE DOS PRODUTOS, incluindo o aspecto visual, o estado de conservação, a temperatura e a degustação das amostras.

6. DO RESULTADO DA ANÁLISE DAS AMOSTRAS

6.1. As amostras apresentadas foram analisadas nas condições descritas no item 4 desta ata.

Legenda: A – Atende; NA – Não atende.

6.2. Item 1 – X – CALABRESA

Composição: alface, tomate, batata palha, calabresa, queijo, presunto e hambúrguer, com um refrigerante de 350 ml, em embalagem individual. Quantidade: 3.000 kits. Licitação (disputa aberta): vencedora JBS COMERCIAL SILVA LTDA, lance unitário de R$ 16,50, total de R$ 49.500,00.

Licitante	Nº de amostras (mín. 2)	Embalagem prim./secundária	Apresentação/ Qualidade	Degustação	Montagem / Lacre	Resultado	Observações
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	2	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ APROVADA ☐ NÃO APROVADA	Sem ocorrências.

Registro da análise – apresentação, qualidade, temperatura, degustação e ocorrências (item 1): JBS: 2 amostras íntegras e lacradas; visual, textura e sabor adequados.

6.3. Item 2 – HAMBÚRGUER

Composição: alface, tomate, batata palha e hambúrguer, com um refrigerante de 350 ml, em embalagem individual. Quantidade: 4.000 kits. Licitação (disputa aberta): vencedora JBS COMERCIAL SILVA LTDA, lance unitário de R$ 14,50, total de R$ 58.000,00.

Licitante	Nº de amostras (mín. 2)	Embalagem prim./secundária	Apresentação/ Qualidade	Degustação	Montagem / Lacre	Resultado	Observações
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	2	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ APROVADA ☐ NÃO APROVADA	Sem ocorrências.

Registro da análise – apresentação, qualidade, temperatura, degustação e ocorrências (item 2): JBS: 2 amostras íntegras, hambúrgueres; visual, textura e sabor adequados.

6.4. Item 3 – AMERICANO

Composição: alface, tomate, batata palha, hambúrguer, ovo, queijo e presunto, com um refrigerante de 350 ml, em embalagem individual. Quantidade: 3.000 kits. Licitação (disputa aberta): vencedora JBS COMERCIAL SILVA LTDA, lance unitário de R$ 17,00, total de R$ 51.000,00.

Licitante	Nº de amostras (mín. 2)	Embalagem prim./secundária	Apresentação/ Qualidade	Degustação	Montagem / Lacre	Resultado	Observações
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	2	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ APROVADA ☐ NÃO APROVADA	Sem ocorrências.

Registro da análise – apresentação, qualidade, temperatura, degustação e ocorrências (item 3): JBS: 2 amostras íntegras; boa apresentação e sabor equilibrado.

6.5. Item 4 – X – FRANGO

Composição: alface, tomate, batata palha, frango, queijo, com um refrigerante de 350 ml, em embalagem individual. Quantidade: 3.000 kits. Licitação (disputa aberta): vencedora JBS COMERCIAL SILVA LTDA, lance unitário de R$ 20,00, total de R$ 60.000,00.

Licitante	Nº de amostras (mín. 2)	Embalagem prim./secundária	Apresentação/ Qualidade	Degustação	Montagem / Lacre	Resultado	Observações
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	2	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ APROVADA ☐ NÃO APROVADA	Sem ocorrências.

Registro da análise – apresentação, qualidade, temperatura, degustação e ocorrências (item 4): JBS: 2 amostras íntegras; produto em perfeitas condições de conservação, boa apresentação e sabor.

6.6. Item 5 – BAURU

Composição: alface, tomate, batata palha, queijo, presunto e orégano, com um refrigerante de 350 ml. Quantidade: 3.000 kits. Licitação (disputa aberta): vencedora JBS COMERCIAL SILVA LTDA, lance unitário de R$ 12,50, total de R$ 37.500,00.

Licitante	Nº de amostras (mín. 2)	Embalagem prim./secundária	Apresentação/ Qualidade	Degustação	Montagem / Lacre	Resultado	Observações
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	2	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ A ☐ NA	■ APROVADA ☐ NÃO APROVADA	Sem ocorrências.

Registro da análise – apresentação, qualidade, temperatura, degustação e ocorrências (item 5): JBS: 2 amostras íntegras; boa apresentação, textura e sabor adequados.

7. DO PARECER CONCLUSIVO

Licitante	Itens com amostras aprovadas	Itens com amostras reprovadas	Situação final
JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ: 61.080.060/0001-56	1, 2, 3, 4 e 5	—	■ Classificada ☐ Desclassificada Vencedora dos itens 1 a 5 – mantida
MALTA PEREIRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA CNPJ: 40.540.346/0001-05	-	-	Não apresentou amostra
UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO CNPJ: 12.813.125/0001-10	-	-	Não apresentou amostra

7.1. Não havendo reprovação das amostras da licitante vencedora, o Pregoeiro manteve a JBS COMERCIAL SILVA LTDA na condição de vencedora dos itens 1 a 5, seguindo o certame para a fase subsequente, na forma do edital.

7.2. Conclusão da Comissão de Análise: ficaram APROVADAS as amostras da licitante JBS COMERCIAL SILVA LTDA nos itens 1 a 5, observadas as condições do item 4.5 – DAS AMOSTRAS e dos critérios dos itens 4.6 a 4.9 do Termo de Referência, destacando-se a boa apresentação e a qualidade dos produtos.

7.3. As embalagens de transporte e acondicionamento (coolers) serão devolvidas ao licitante ao final da análise, sem prejuízo da integridade dos produtos.

8. DO ENCERRAMENTO

8.1. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 16h20, sendo lavrada a presente ata, que, após lida e achada conforme, segue assinada pelo Pregoeiro e pelos demais presentes.

Senhor do Bonfim - BA, 23 de setembro de 2026.

Henrique José da Conceição Mattos
Pregoeiro/ Agente de Contratação

Karen Gabriella Longuinho Rios
Gerente de Contratações Diretas

Tâmara Nicolle Freitas do Vale
Assessora Especial

JBS COMERCIAL SILVA LTDA
CNPJ: 61.080.060/0001-56

FOTOS DA SESSÃO DE AMOSTRAS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026 - PROCESSO ADMINIST. Nº 0181/26




Calabresa
Baurú


Calabresa
Calabresa
Baurú
Baurú
Frango
Frango
Americ.
AMERICA


Calabresa
Calabresa
HAMBURG.
HAMBURGUER
Bauru
Bauru
Frango
Frango
AMERICA.
AMERICA.


Calabresa
Frango
Bauru
HAMBURG.
AMERICA.





PREGÃO Nº 048/2026 - DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO E FINALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

RECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO

CNPJ: 12.813.125/0001-10

RESTAURANTE ÁLAMO

EXMO. SR. PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – ESTADO DA BAHIA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº PE048-2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181-2026
RECORRENTE: UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO

OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO, SOB DEMANDA, DE KITS LANCHE, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM-BA E DE SUAS RESPECTIVAS SECRETARIAS."

UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n. **12.813.125/0001-10**, com sede na Rua Coronel Anibal de Oliveira, 105, Terreo, Centro, Campo Formoso – Bahia, devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, na qualidade de empresa licitante participante e classificada nos itens 1 a 5, por meio de sua representante legal a Sra. **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO**, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria e Secretaria Municipal de Administração e Planejamento do Município de Senhor do Bonfim/BA, na qualidade de licitante participante Pregão Eletrônico Nº: 048-2026, com amparo no Art. 165, inc. I da Lei 14.133/21, e conforme a cláusula **12 *"DOS RECURSOS"*** do respectivo Edital e nas demais normas aplicáveis e entendimentos licitatórios, sedimentados por diversos Tribunais, interpor o presente:

> Interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão que declarou **HABILITADA** e, por conseguinte, **VENCEDORA** a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA,** para os itens 1,2,3,4 e 5. E decisão do pregoeiro proferida em 21/09/2026, às 15:14:53. Solicitando a revisão da decisão e a imediata **INABILITAÇÃO** da recorrida, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

A legitimidade da **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO** para interpor o presente recurso decorre de sua participação regular no certame, tendo apresentado proposta válida nos itens, sendo (1,2,3,4 e 5); do objeto licitado, qual seja, a contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche. A empresa, portanto, figura como parte

RESTAURANTE ÁLAMO

diretamente interessada e afetada pela decisão administrativa ora impugnada.

Nos termos do artigo **165 da Lei nº 14.133/2021**, é assegurado aos licitantes o direito de interpor recurso administrativo contra atos que resultem em sua inabilitação ou desclassificação, bem como contra a habilitação de concorrentes, desde que observados os prazos e procedimentos estabelecidos em lei e no edital. A legislação vigente consagra, ainda, o princípio do contraditório e da ampla defesa, previstos no artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal, princípios estes que orientam toda a atuação administrativa e garantem a efetividade do controle dos atos praticados no âmbito das licitações públicas.

A legitimidade da recorrente é reforçada pelo fato de que a decisão administrativa impugnada impacta diretamente sua esfera jurídica, não apenas por afastá-la da condição de possivel vencedora dos itens licitados, mas também por transferir tal condição a terceiros, em especial à empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA**, cuja habilitação também é objeto de impugnação neste recurso, diante de cumprir exigencia claramente expostas no edital, inclusão de documentos fora do prazo estupulado em edital, apresentar atestados de capacidade tecnica não compativeis com o objeto, como também sem que tenha sido apresentado pedido fundamentado de prorrogação antes do encerramento do prazo e mesmo assim, sendo aceito pelo pregoeiro.

Assim, resta incontroverso que a **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO** detém plena legitimidade ativa para a interposição do presente recurso, sendo parte diretamente interessada e prejudicada pela decisão administrativa do Pregoeiro, razão pela qual requer a apreciação de suas razões e a reforma da decisão do pregoeiro, com a consequente classificação e declaração de habilitação da empresa nos itens *(1,2,3,4 e 5)* e a inabilitação da concorrente habilitada de forma irregular.

DO EFEITO SUSPENSIVO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Cumpre ressaltar que o presente recurso administrativo terá efeito suspensivo nos moldes do artigo 168 da Lei nº 14.133/21, que dispõe:

> *Art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.*

Nos termos do art. 71, incisos I e III, e §§ 1º e 3º, da Lei nº

RESTAURANTE ÁLAMO

> *14.133/2021, a autoridade superior poderá determinar o retorno dos autos para o saneamento de irregularidades ou proceder à anulação do ato, de ofício ou mediante provocação, quando constatada ilegalidade insanável. A decisão deverá indicar expressamente os atos viciados e assegurar a prévia manifestação dos interessados. No mesmo sentido, a Súmula nº 473 do STF reconhece o poder de autotutela da Administração para anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade.*

Portanto, requer que seja o presente recurso processado sob o efeito suspensivo paralisando todos os atos do procedimento licitatório, até a prolação da decisão final.

DA AUTORIDADE SUPERIOR

À teor do artigo 165, §2° da Lei nº 14.133/21 que dispõe:

> § 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

O dispositivo legal foi claro em prever a apreciação do recurso administrativo pela autoridade superior ao agente que proferiu a decisão, podendo este a reconsiderar.

DA TEMPESTIVIDADE

O presente recurso administrativo é tempestivo, uma vez que foi interposto dentro do prazo legal estabelecido pela Lei nº 14.133/2021 e nos itens 12.2, 12.3 e 12.4 do edital. E nos termos do artigo 165 da referida lei, o prazo para apresentação de recurso é de três dias úteis e encaminhadas exclusivamente ao endereço eletrônico copel@senhordobonfim.ba.gov.br, com solicitação de aviso de recebimento., contados da intimação ou divulgação do ato em 21/09/2026 15:33:17, que declarou

A recorrente, atenta às comunicações oficiais e às determinações do edital, apresentou sua intenção de recorrer no campo próprio do sistema, dentro do prazo legal, e protocolou o presente

RESTAURANTE ÁLAMO

recurso administrativo em momento oportuno, respeitando integralmente o prazo de três dias úteis previsto em lei. Ressalta-se que não houve qualquer preclusão ou perda do direito de recorrer, estando o presente instrumento plenamente apto a ser conhecido e processado pela autoridade competente.

DOS FATOS

Em 17 de setembro de 2026, as 10h05min37s, o Pregoeiro convocou a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar para apresentar os docuemntos de habilitação, nos termos do item 4.1.3 do edital.

Às 10h48min30s do mesmo dia,, a sessaõ foi suspensa, com a informação de que seria reaberta em 21 de setembro de 2026, às 14h, " no estado em que se encontra".

Esses fatos constam das paginas 11 e 12 da Ata de Pregão Eletroniconº048/2026. Conforme os registros da plataforma, a recorrida anexou o arquivo de habilitação somente em 21 de setembro de 2026, ás 13h46min30s, e a proposta reformulada às 13h49min22s. A sessão foi formalmente reaberta às 14h21min27s.

Às 14h32min52s, forma solicitadas certidões atualizadas de falencia e FGTS, tendo sido concedido prazo de 15 minutos às 14h 33min20s. Às 14h42min51s, a empresa foi declarada habilitada.

Durante o chat, a recorrente arpontoi tanto a irregularidade do envio documental durante a suspensão quanto o descumprimento das exigencias especificas dos atestdado de capacidade técnica.

A decisão foi mantida sob argumento de formalismo moderado, possibilidade de diligencia e aplicação do Acórdão nº 1.211/2021 o plenário do TCU.

Os questionamentos da Recorrente estão registrados na página 13 da Ata. A resposta do pregoeiro, inclusive quanto à ausencia de quantitativos e notas fiscais, consta das paginas 14 e 15.

Ocorre que os vícios apontados não constituem meros defeitos formais. Eles atingem requisitos objetivos estabelecidos expressamente no Edital e no Termo de Referencia.

DAS REGRAS DO EDITAL E DO TERMO DE REFERÊNCIA DESCUMPRIDAS

O descumprimento não decorre de interpretação ampliativa da Recorrente. As obrigações constam de forma expressa no Edital e no Termo de Referencia. Para facilitar a análise, seguem as clásulas diretamente relacionadas aos fatos:

RESTAURANTE ÁLAMO

Item e Página	Exigência do instrumento convocatório	Descumprimento verificado
4.1.2.1, página 8	A falta de qualquer documento solicitado no Termo de Referência implica inabilitação automática.	Os atestados não contêm as quantidades e não foram acompanhados das notas fiscais eletrônicas exigidas pelo item 13, “c” e “c.i”, do Termo de Referência.
4.1.2.2, página 8	A diligência somente pode complementar documentos já apresentados.	Não houve diligência formal para verificar quantidades, notas fiscais ou a extensão dos fornecimentos declarados nos atestados. A habilitação foi mantida apesar da informação obrigatória ausente.
4.1.3, páginas 8 e 9	A licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar deve encaminhar os documentos de habilitação e a proposta no prazo de 2 horas, contado da convocação.	A convocação ocorreu em 17/09/2026, às 10h05min37s. Embora a licitação fosse eletrônica e a plataforma permanecesse disponível para inclusão dos anexos, os arquivos somente foram inseridos em 21/09/2026, sem novo prazo previamente divulgado.
4.1.4, página 9	A prorrogação depende de solicitação fundamentada da licitante no chat, apresentada antes do término do prazo.	Não consta pedido fundamentado da JBS antes do fim do prazo, nem decisão formal de prorrogação com definição do novo termo final.
4.15, página 12	A falta de envio da proposta definitiva ou dos documentos de habilitação sujeita a licitante à desclassificação e às sanções cabíveis.	A documentação e a proposta não foram apresentadas dentro de prazo claro e regularmente estabelecido na sessão.
8.11.3, página 25	A diligência pode esclarecer ou complementar a instrução, mas é vedada a inclusão de documento novo que deveria constar originalmente.	As notas fiscais previstas no Termo de Referência não foram juntadas no prazo nem exigidas em diligência formal.
8.11.4, página 25	A diligência não prorroga automaticamente os prazos e não substitui documento obrigatório não apresentado no momento oportuno.	A decisão tratou a possibilidade abstrata de diligência como suficiente para manter a habilitação, sem que a prova exigida tivesse sido apresentada e verificada.
8.11.5, página 25	Os documentos de habilitação não abrangidos pelo registro cadastral devem ser enviados em 2 horas, prorrogáveis por igual período.	Não foi identificado ato prévio e motivado que tenha prorrogado o prazo por igual período.
8.14, página 26	O saneamento somente alcança erro ou falha que não altere a substância do documento, mediante decisão fundamentada, registrada e acessível.	A falta das quantidades e das notas fiscais atinge o conteúdo probatório definido pelo Termo de Referência, não sendo simples erro de forma.

RESTAURANTE ÁLAMO

8.15, página 26	Se a licitante não atender às exigências de habilitação, deve ser examinada a proposta subsequente.	Mesmo sem o atendimento integral da qualificação técnica, a Recorrida foi habilitada.
Item 13, "a", página 56 do Termo de Referência	Exige atestado compatível com características similares ao fornecimento de lanches prontos.	Os atestados das páginas 25 e 27 tratam apenas de café e açúcar e de gêneros alimentícios em geral. Somente o documento da página 24 menciona mini salgados e coffee break, ainda assim sem quantidades ou documentação fiscal.
Item 13, "c", página 56 do Termo de Referência	O atestado deve vir acompanhado da relação dos itens e das respectivas quantidades.	Nenhum dos três atestados apresentados informa as quantidades fornecidas.
Item 13, "c.i", página 56 do Termo de Referência	Na falta dessas informações, o fornecedor deve anexar as notas fiscais eletrônicas correspondentes.	O arquivo de habilitação, com 33 páginas, não contém as notas fiscais eletrônicas referentes aos atestados.
Item 7.7.1, página 56 do Termo de Referência	O prazo pode ser prorrogado e, se não for atendido, poderá ser convocado o próximo colocado.	Não consta comunicação prévia do novo prazo, decisão expressa de prorrogação ou registro de atendimento dentro de período regularmente fixado.

DESCUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS OBJETIVAS PARA OS ATESTADOS

O item 13 do Termo de referencia exige:

a) Atestado compativel em caracteristica técnica similares ao fornecimento do objeto definio como "lanches prontos";

b) Pelo menos um atestado, sem exigencia de qauntitativo minimo;

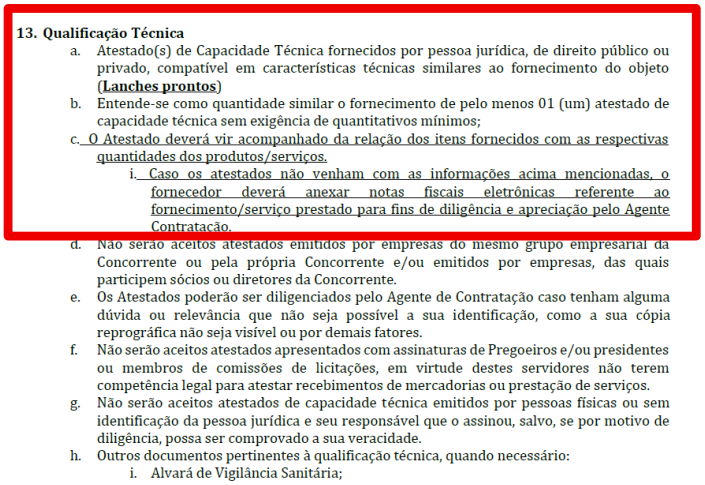
c) Que o atestado venha acompanhado da relação dos itens fornecidos e das respectivas quantidade;

c.i) caso essas informações não constem do atestado, o fornecedor deverá anexar as notas fiscais eletrônicas referentes ao fornecimento, para fins de diligência e apreciação.

RESTAURANTE ÁLAMO

Há uma diferença objetiva entre os itens 13, alínea "b", e 13, alíneas "c" e "c.i". A alínea "b" dispensa a comprovação de uma quantidade mínima predeterminada, mas as alíneas "c" e "c.i" obrigam a licitante a informar as quantidades efetivamente fornecidas ou, na ausência dessa informação, anexar as respectivas notas fiscais eletrônicas.

Portanto, a inexistência de quantitativo mínimo não elimina a obrigação de indicar as quantidades realizadas. A primeira regra trata do patamar exigido; a segunda trata do conteúdo



13. Qualificação Técnica

a. Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecidos por pessoa jurídica, de direito público ou privado, compatível em características técnicas similares ao fornecimento do objeto (**Lanches prontos**)
b. Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica sem exigência de quantitativos mínimos;
c. O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades dos produtos/serviços.
    i. Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo Agente Contratação.
d. Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.
e. Os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível ou por demais fatores.
f. Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestar recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.
g. Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.
h. Outros documentos pertinentes à qualificação técnica, quando necessário:
    i. Alvará de Vigilância Sanitária;

documental necessário para verificar a experiência alegada.

ATESTADO EMITIDO POR DELÍCIAS DA DANI, PÁGINA 24 DA HABILITAÇÃO

Esse é o único atestado que menciona itens potencialmente similares ao núcleo do objeto, especialmente "fornecimento de salgado, tipo mini" e "coffee break". Entretanto, o documento:

- não informa as quantidades fornecidas;
- não identifica período ou duração do fornecimento;
- não informa contrato, pedido ou número de nota fiscal;
- declara que os itens foram fornecidos "conforme nota fiscal", mas nenhuma nota fiscal eletrônica correspondente foi anexada ao conjunto de habilitação examinado.

RESTAURANTE ÁLAMO



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA CNPJ 61.080.060/0001-56 sediada a Rua Tocantins 159 Novo Horizonte Sr. do Bonfim – Ba, está sendo o nosso fornecedor para os seguintes itens abaixo discriminados conforme nota fiscal.

Água Mineral de 500ml
Água mineral de 1.500ml
Gêneros Alimentícios em geral
Material de Limpeza em geral
Material descartáveis em geral
Frios e congelados
Produtos de panificação, tipo pão de forma.
Fornecimento de salgado, tipo mini
Coffee Break

Assim, justamente o atestado utilizado para demonstrar experiência com lanches prontos não atende ao item 13, alínea "c", nem foi suprido na forma expressamente prevista no item 13, alínea "c.i".

DEMAIS ATESTADOS, PÁGINAS 25 E 27 DA HABILITAÇÃO

O atestado da Agência Municipal de Empreendedorismo de Petrolina, página 25, menciona somente café torrado e moído e açúcar cristal. O atestado do Município de Filadélfia, página 27, registra genericamente o fornecimento de gêneros alimentícios. Além de não demonstrarem, isoladamente, fornecimento de kits de lanche ou de lanches prontos, esses documentos também não apresentam as quantidades fornecidas nem estão acompanhados das respectivas notas fiscais eletrônicas.

A Recorrente não sustenta que os objetos devam ser absolutamente idênticos, pois o próprio Edital admite características técnicas similares. O ponto é que gêneros alimentícios genéricos, café, açúcar ou frios, sem descrição quantitativa e sem documentos fiscais, não comprovam por si sós a capacidade operacional para o fornecimento do objeto licitado. O único documento que menciona mini salgados e coffee break permanece incompleto segundo a regra expressa do Termo de Referência.

RESTAURANTE ÁLAMO

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE FILADÉLFIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA DE Filadélfia GOVERNO DA RENOVAÇÃO

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O Município de Filadélfia/BA, inscrito no CNPJ sob o nº 13.232.996/0001-02, com sede na Avenida ACM nº 267, Centro, Filadélfia - Bahia, neste ato representado por sua Secretária Municipal de Educação, a Sra. JAMILE FREITAS OLIVEIRA MAIA, portador do RG sob o nº 09.784.500-00, órgão emissor SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 018.749.485-18, Atestamos, para os devidos fins, que a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA**, NÚMERO DE INSCRIÇÃO, 61.080.060/0001-56, RUA TOCANTIS, 159, NOVO HORIZONTE, SENHOR DO BONFIM – BA, [illegible] qualificação técnica para realizar FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. Registramos que a empresa entregou os produtos de forma satisfatória ao **Processo Administrativo nº 1511/25, Nº de ordem: 016/2025.**

AGE PETROLINA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos, para todos os fins de direito, que a empresa ***JBS COMERCIAL SILVA LTDA*** CNPJ 61.080.060/0001-56 sediada a Rua Tocantins 159 Novo Horizonte Sr. do Bonfim – Ba, foi nosso prestador de serviços para os seguintes itens abaixo discriminados:

Café Torrado e moído, pacote de 250g
Açúcar Cristal 1 kg

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

444E-A0D8 e informe o código EAE7-C949-444E-A0D8

RECONHECIMENTO DA AUSÊNCIA PELA PRÓPRIA DECISÃO

Na sessão, ao responder à alegação de ausência de quantitativos e notas fiscais, o Pregoeiro não indicou onde tais informações estariam nos documentos nem apontou qualquer nota fiscal anexada. Limitou-se a afirmar que informações complementares poderiam ser objeto de diligência e, logo em seguida, concluiu que os documentos seriam suficientes. A manifestação está registrada às 15h13min18s, na página 15 da Ata.

Essa fundamentação não enfrenta a exigência vinculante dos itens 13, "c", e 13, "c.i". Se o Edital determinou a indicação das quantidades ou a apresentação das notas fiscais eletrônicas, não

RESTAURANTE ÁLAMO

é possível considerar a documentação suficiente apenas com base em avaliação genérica de compatibilidade. Isso equivale a afastar uma regra editalícia após a apresentação das propostas, em prejuízo da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e da isonomia.

Não se questiona a conclusão de que não é necessária identidade absoluta entre o atestado e todos os componentes do kit. O ponto omitido na decisão é outro: ainda que se reconheça similaridade material no documento, o Termo de Referência exige a demonstração das quantidades fornecidas ou, na falta delas, a juntada das notas fiscais eletrônicas. A decisão analisou a similaridade, mas deixou de aplicar o critério documental objetivo previsto no mesmo item 13.

O item 4.1.2.1 do Edital reforça que a ausência de documento solicitado no Termo de Referência conduz à inabilitação. O item 8.11.4 também estabelece que a diligência não substitui documentos obrigatórios não apresentados no momento oportuno, destinando-se à confirmação ou ao saneamento de falhas formais.

O ACÓRDÃO Nº 1.211/2021 DO TCU NÃO AUTORIZA A DISPENSA DA EXIGÊNCIA

O Acórdão nº 1.211/2021 do Plenário do TCU admite, em sede de diligência, a juntada posterior de documento destinado a comprovar condição preexistente à abertura da sessão, quando a ausência decorra de equívoco ou falha. Esse entendimento busca evitar inabilitação por formalismo excessivo, mas não autoriza o agente público a ignorar requisito expresso do Edital nem a presumir uma condição não demonstrada.

No presente caso, não houve diligência específica para comprovar as quantidades, vincular os fornecimentos aos respectivos atestados, verificar as notas fiscais eletrônicas ou confirmar a autenticidade e a extensão da experiência declarada. A Administração apenas afirmou que poderia diligenciar e, ao mesmo tempo, declarou suficiente a documentação incompleta.

Mesmo sob a orientação do referido precedente, seria indispensável uma decisão formal de diligência, a apresentação de documentos fiscais preexistentes à abertura do certame e a verificação objetiva de que eles correspondem aos fornecimentos declarados. A mera invocação do formalismo moderado não substitui essa atividade de instrução.

RESTAURANTE ÁLAMO

O próprio item 8.13 do Edital condiciona a complementação de informações à realização de diligência e a decisão fundamentada, limitada à apuração de fatos existentes na data da abertura do certame. Nada disso foi demonstrado quanto aos atestados.

DESCUMPRIMENTO DA CONVOCAÇÃO E FALTA DE DEFINIÇÃO OBJETIVA DO PRAZO DOCUMENTAL

O item 4.1.3 do Edital, páginas 8 e 9, fixou prazo de 2 horas, contado da convocação, para o envio dos documentos de habilitação e da proposta. A mesma regra aparece no item 8.11.5, página 25. O item 4.1.4 somente admite prorrogação a partir de solicitação fundamentada da licitante no chat, apresentada antes do término do prazo.

A convocação ocorreu em 17 de setembro de 2026, às 10h05min37s, e a sessão foi suspensa às 10h48min30s. Naquele momento haviam transcorrido 42min53s do prazo, restando 1h17min07s.

A comunicação de suspensão não estabeleceu novo termo final, não registrou pedido fundamentado da licitante e não proferiu decisão de prorrogação nos termos do item 4.1.4.

A Ata confirma que a orientação imediatamente posterior à convocação foi apenas para que a empresa utilizasse o caminho "PARTICIPANTE > Enviar > Anexo Planilha". Não há, entre a convocação e a suspensão, registro de pedido de prorrogação, deferimento ou fixação de novo horário para o envio.

Há, ainda, um aspecto prático que não pode ser ignorado. O certame era realizado em plataforma eletrônica, que permaneceu disponível para o envio dos documentos solicitados. A suspensão da condução da sessão pelo Pregoeiro não foi acompanhada de notícia de indisponibilidade técnica, fechamento do campo de anexos ou bloqueio do acesso da licitante. Tanto é assim que a própria Recorrida conseguiu inserir documentos durante o período em que a sessão continuava formalmente suspensa.

Portanto, a suspensão da sessão não pode ser automaticamente equiparada à impossibilidade de cumprir a convocação. Se o sistema permaneceu acessível, cabia à licitante apresentar os documentos dentro das 2 horas estabelecidas no item 4.1.3 ou, antes do fim do prazo, formular pedido fundamentado de prorrogação, conforme o item 4.1.4. Nenhuma dessas providências foi registrada.

Também merece destaque que o Decreto Municipal nº 524/2026 estabeleceu ponto facultativo a partir das 14h do dia 17 de setembro. O prazo original para apresentação dos

RESTAURANTE ÁLAMO

documentos terminaria às 12h05min37s. Assim, o ponto facultativo invocado não alcançava o período de cumprimento da convocação e não explica a ausência de envio até o término das 2 horas previstas no Edital.

Os documentos foram anexados em 21 de setembro, antes da reabertura formal da sessão. A situação produz uma contradição que precisa ser resolvida à luz do Edital:

- se a suspensão não interrompeu o prazo de envio, o prazo de 2 horas terminou em 17 de setembro;
- se a suspensão interrompeu o prazo, os atos de apresentação durante a própria suspensão não poderiam ser aceitos sem prévia reabertura e sem comunicação do novo termo final;
- em qualquer hipótese, não houve publicação de novo prazo antes dos anexos nem decisão formal de prorrogação fundada no item 4.1.4.

O prazo de 15 minutos concedido às 14h33min20s do dia 21 de setembro destinou-se à atualização das certidões de falência e FGTS. Ele não poderia validar retroativamente o envio anterior do conjunto original de habilitação e da proposta reformulada.

A suspensão administrativa poderia paralisar a contagem do prazo se essa consequência tivesse sido expressamente comunicada, com a definição do período remanescente e do momento de retomada. Isso não ocorreu. A mensagem limitou-se a suspender a sessão e informar a data de reabertura, sem dizer que o prazo de envio estava suspenso, que o campo de anexos seria bloqueado ou que a empresa poderia apresentar os documentos a qualquer momento até o retorno. O item 8.11.4 é claro ao estabelecer que a diligência não implica prorrogação automática de prazo. A questão afeta a segurança jurídica, a transparência, a isonomia e a vinculação ao instrumento convocatório.

Na resposta registrada às 15h07min22s, no chat, o Pregoeiro afirmou que os documentos foram aceitos porque estavam disponíveis antes do reinício dos trabalhos. Esse fundamento não demonstra o cumprimento do prazo. Estar o arquivo disponível para análise é situação diferente de ter sido apresentado dentro do prazo estabelecido no Edital ou dentro de prorrogação regularmente concedida. A decisão também não indicou em que momento o prazo voltou a correr, qual era seu termo final ou qual ato autorizou a prática de atos pela licitante durante a suspensão.

O item 7.7.1 do Termo de Referência também não autoriza uma prorrogação tácita e sem limite definido. A cláusula prevê que o prazo poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação. Lida em conjunto com o item 4.1.4, essa faculdade exige manifestação expressa, motivação e comunicação do novo prazo. Caso o prazo não seja atendido, o próprio item 7.7.1 prevê

RESTAURANTE ÁLAMO

a possibilidade de convocação do próximo colocado.

O item 4.15 prevê a desclassificação da licitante que abandone o certame, deixe de enviar a proposta definitiva ou deixe de apresentar os documentos de habilitação. O item 8.15 determina que, não atendidas as exigências, deve ser examinada a proposta subsequente.

Portanto, uma vez demonstrado o descumprimento ao devido processo legal e ao princípio da legalidade, impõe-se a revisão da decisão de habilitação e, não sendo possível seu aproveitamento, a invalidação do ato.

PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

1. O recebimento do presente recurso, em seu efeito suspensivo;
2. Seja julgado integralmente procedente o presente recurso, com a reconsideração da decisão que habilitou a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA, diante do descumprimento das exigências de qualificação técnica, dos prazos estabelecidos no instrumento convocatório e das demais disposições do Edital e do Termo de Referência;
3. no mérito, a inabilitação da Recorrida pelo descumprimento dos itens 13, alíneas "c" e "c.i", do Termo de Referência, combinados com os itens 4.1.2.1, 8.11.4 e 8.15 do Edital;
4. o reconhecimento da irregularidade do envio dos documentos de habilitação e da proposta reformulada, diante da disponibilidade da plataforma eletrônica, da ausência de apresentação dentro das 2 horas, da inexistência de pedido tempestivo de prorrogação e da falta de decisão prévia fundada no item 4.1.4 do Edital;
5. a convocação da licitante subsequente, observada a ordem de classificação;
6. subsidiariamente, caso não seja acolhida desde logo a inabilitação, a anulação da decisão de habilitação e a realização de diligência formal e motivada, com a exigência das notas fiscais eletrônicas e respectivos arquivos XML preexistentes à abertura do certame, vinculados aos atestados, além da verificação dos emitentes, itens, quantidades e períodos de fornecimento;
7. Seja disponibilizado o registro técnico completo da plataforma, contendo as datas e os horários de abertura do campo de anexos, eventual bloqueio ou indisponibilidade do sistema, envio dos

RESTAURANTE ÁLAMO

arquivos pela Recorrida, eventual pedido de prorrogação e respectiva decisão, bem como todos os documentos utilizados para fundamentar a habilitação;

8. não havendo reconsideração, o encaminhamento do recurso à autoridade superior, na forma do item 12.5 do Edital e do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

9. a observância do efeito suspensivo previsto no item 12.8 do Edital e no art. 168 da Lei nº 14.133/2021, até a decisão final da autoridade competente.

Termos em que,

Pede deferimento.

Campo Formoso/BA, 22 de setembro de 2026.

UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO
CNPJ 12.813.125/0001-10

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública

MANIFESTAÇÃO DO PREGOEIRO/ AGENTE DE CONTRATAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Recurso EMPRESA:

UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO - CNPJ: 12.813.125/0001-10

Trata-se da manifestação administrativa do Agente de Contratação relativa ao Pregão Eletrônico nº 048/2026, destinado à Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública O processo foi devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no dia 31 de agosto de 2026 e, no dia 02 de setembro de 2026, foi amplamente divulgado com a publicação do extrato do aviso de licitação no Diário Oficial do Município, Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, conforme os termos do edital.

O Recurso Administrativo foi interposto pela empresa acima mencionada, que solicita a sua habilitação, alegando que a mesma cumpriu todas as exigências do edital.

Tempestividade e Intenção: A Lei 14.133/21 em seu no Art. 165, §1º, inciso I, reforça a necessidade de os recursos serem apresentados dentro dos prazos estabelecidos, com a manifestação de intenção no momento adequado. Fato presente neste certame para a recorrente.

Resumo das Razões das Recorrentes, que será devidamente respondido:

UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO - CNPJ: 12.813.125/0001-10

Trata-se de Recurso Administrativo interposto por **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO**, CNPJ nº 12.813.125/0001-10, com sede em Campo Formoso/BA, nos autos do Pregão Eletrônico nº 048/2026 — Processo Administrativo nº 0181/26 da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

fornecimento, sob demanda, de kits lanche destinados à Administração e às suas Secretarias. A recorrente, que se qualifica como licitante participante e classificada nos itens 1 a 5, insurge-se contra a decisão do Pregoeiro de 21/09/2026, que declarou **habilitada** e, por consequência, **vencedora dos itens 1 a 5** a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA**, CNPJ nº 61.080.060/0001-56.

O recurso é interposto com fundamento no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e na cláusula 12 do Edital, invocando o efeito suspensivo do art. 168 da mesma lei, os princípios do contraditório e da ampla defesa, o poder de autotutela da Administração e a Súmula nº 473 do STF, além do art. 71, incisos I e III, §§ 1º e 3º, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 165, § 2º, quanto à competência da autoridade superior. Sustenta a legitimidade ativa por sua condição de licitante classificada, cuja esfera jurídica teria sido diretamente afetada pela transferência da condição de vencedora a terceiro.

Quanto à **tempestividade**, afirma que manifestou a intenção de recorrer em campo próprio do sistema dentro do prazo, e que protocolou as razões em momento oportuno, respeitando os três dias úteis previstos na lei e nos itens 12.2, 12.3 e 12.4 do Edital, tendo como marco a divulgação do ato em 21/09/2026, requerendo o envio por e-mail exclusivamente ao endereço copel@senhordobonfim.ba.gov.br.

No relato dos fatos, a recorrente descreve a seguinte cronologia: em **17/09/2026, às 10h05min37s**, o Pregoeiro convocou a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar para apresentar os documentos de habilitação (item 4.1.3); às **10h48min30s** a sessão foi suspensa e informada sua reabertura para **21/09/2026, às 14h00**, "no estado em que se encontra"; os arquivos de habilitação só foram anexados em **21/09/2026, às 13h46min30s**, e a proposta reformulada às 13h49min22s, com a sessão formalmente reaberta às **14h21min27s**; às **14h32min52s** foram solicitadas certidões atualizadas de falência e FGTS, com prazo de **15 minutos** concedido às 14h33min20s; e às **14h42min51s** a recorrida foi declarada habilitada.

A primeira tese recursal é a **intempestividade do envio da documentação de habilitação**. Alega que o item 4.1.3 do Edital e o item 8.11.5 fixaram prazo de 2 horas contadas da convocação, que se encerraria às 12h05min37s de 17/09/2026; que a prorrogação depende de solicitação fundamentada no chat, antes de findo o prazo (item 4.1.4), da qual não há registro; que a comunicação de suspensão não fixou novo termo final nem bloqueou o campo de anexos, e que a plataforma eletrônica permaneceu disponível, tanto que a própria recorrida inseriu documentos durante a suspensão. Acrescenta que o Decreto Municipal nº 524/2026 (ponto facultativo a partir das 14h de 17/09) não alcançava o período do prazo e que o prazo de 15 minutos concedido em 21/09 destinava-se apenas à atualização das certidões, não podendo validar retroativamente o envio anterior. Conclui que, em qualquer hipótese — se a suspensão interrompeu ou não o prazo —, não houve novo prazo publicado nem decisão formal de prorrogação, invocando os itens 4.1.2.1, 4.1.2.2, 4.15, 8.11.3, 8.11.4, 8.11.5, 8.14 e 8.15 do Edital e o item 7.7.1 do Termo de Referência.

A segunda tese recursal ataca a **qualificação técnica**. Sustenta que o item 13 do Termo de Referência exige: (a) atestado compatível em características técnicas similares ao fornecimento do objeto — "lanches prontos"; (b) pelo menos um atestado, sem quantitativo mínimo; (c) que o atestado venha acompanhado da relação dos itens fornecidos e das respectivas quantidades; e

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

(c.i) na falta dessas informações, a juntada das notas fiscais eletrônicas. Afirma que nenhum dos atestados informa quantidades e que o arquivo de habilitação, com 33 páginas, não contém notas fiscais eletrônicas; que o único atestado que menciona itens próximos ao objeto (Delícias da Dani, página 24 — "fornecimento de salgado, tipo mini" e "coffee break") declara fornecimento "conforme nota fiscal" sem anexar a nota; e que os atestados da Agência Municipal de Empreendedorismo de Petrolina (página 25 — café torrado e moído e açúcar cristal) e do Município de Filadélfia (página 27 — gêneros alimentícios em geral) não comprovam, por si sós, experiência no fornecimento de lanches prontos. Distingue a alínea "b" (patamar quantitativo) das alíneas "c" e "c.i" (conteúdo documental probatório), sustentando que a dispensa de quantitativo mínimo não elimina o dever de indicar as quantidades efetivamente fornecidas.

Por fim, a recorrente afirma que o Acórdão nº 1.211/2021 do Plenário do TCU não autoriza dispensar exigência expressa do Edital, exigindo decisão formal de diligência e documentos fiscais preexistentes à abertura do certame; que a manutenção da habilitação apenas invocou "formalismo moderado" e "possibilidade abstrata de diligência"; e que o Pregoeiro, ao responder às 15h13min18s, não indicou onde estariam as quantidades e as notas fiscais. Formula, então, nove pedidos: recebimento com efeito suspensivo; procedência integral com reconsideração da habilitação e inabilitação da recorrida; reconhecimento da irregularidade do envio documental; convocação da licitante subsequente; subsidiariamente, anulação da decisão de habilitação com diligência formal e exigência de notas fiscais eletrônicas e respectivos XML; disponibilização do registro técnico completo da plataforma; encaminhamento à autoridade superior; e observância do efeito suspensivo.

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública.

Recorrente: UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO — CNPJ 12.813.125/0001-10
Recorrida: JBS COMERCIAL SILVA LTDA — CNPJ 61.080.060/0001-56

I. DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo, com pedido de efeito suspensivo, interposto pela licitante UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO contra a decisão deste Pregoeiro, proferida

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

na sessão pública do Pregão Eletrônico nº 048/2026 realizada em 21/09/2026, que, após exame dos documentos de habilitação, declarou habilitada e vencedora dos itens 1 a 5 a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA.

O certame, regido pela Lei nº 14.133/2021, tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim/BA e de suas Secretarias, com valor total estimado de R$ 350.420,00 e critério de julgamento de menor preço por item.

Os fatos relevantes, integralmente documentados na Ata da Sessão, são: em 17/09/2026, às 10h05min37s, este Agente de Contratação convocou a licitante classificada para apresentação dos documentos de habilitação, na forma do item 4.1.3 do Edital, seguindo-se, às 10h06min38s, a orientação de caminho no sistema ("PARTICIPANTE > Enviar > Anexo Planilha"); às 10h48min30s, em razão da publicação do Decreto Municipal nº 524/2026, de 17 de setembro de 2026, que decretou ponto facultativo a partir das 14h00, bem como da necessidade de conclusão de outras demandas internas, foi comunicada a SUSPENSÃO da sessão pública, com reabertura previamente informada para 21/09/2026, às 14h00, "no estado em que se encontra"; a sessão foi reaberta em 21/09/2026, às 14h21min27s; a documentação de habilitação da recorrida foi disponibilizada na plataforma em 21/09/2026, às 13h46min30s, e a proposta reformulada às 13h49min22s; às 14h32min52s a recorrida foi convocada a apresentar certidão atualizada negativa de concordata e falência e o Certificado de Regularidade do FGTS, com prazo de 15 minutos concedido às 14h33min20s; e, às 14h42min51s, foi declarada habilitada, com registro expresso de que "atendeu a convocação, apresentando as certidões atualizadas, bem como todas as exigências editalícias".

Aberta a fase de questionamentos no chat (14h43min09s), a ora recorrente apresentou, às 14h44min23s e às 14h46min49s, pedidos de inabilitação fundados (i) na alegada intempestividade do envio documental e (ii) no descumprimento do item 13 do Termo de Referência quanto aos atestados de capacidade técnica e à ausência de notas fiscais. Este Pregoeiro prestou esclarecimentos em ato contínuo, entre 15h06min40s e 15h14min53s, mantendo integralmente a decisão de habilitação, com fundamentação registrada em ata e acessível a todos os licitantes. Na mesma sessão, às 15h16min47s, as licitantes foram convocadas, com base no item 4.5 do Termo de Referência, para a sessão de amostras designada para 23/09/2026.

Em 23/09/2026, às 15h00, na Sala de Reuniões da sede da Prefeitura, foi realizada a Sessão de Análise de Amostras, na qual apenas a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA compareceu, apresentando 2 (duas) amostras de cada um dos 5 (cinco) itens licitados. As amostras foram APROVADAS em todos os itens (1 a 5), quanto a apresentação, qualidade, temperatura, degustação e montagem/lacre, sem qualquer ocorrência, sendo este o resultado consignado na respectiva Ata, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pela representante da licitante. Consigna-se, ainda, que nem a recorrente nem a licitante Malta Pereira apresentaram amostras (item 7 da Ata de Análise de Amostras).

O recurso foi interposto com manifestação de intenção operada em campo próprio do sistema, aberto até às 15h31 do dia 21/09/2026 e respondido às 15h32min35s, tendo as razões recursais sido apresentadas pela recorrente em **22 de setembro de 2026**, datadas de Campo Formoso/BA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

É o relatório.

II. DA ADMISSIBILIDADE

II.1. Da legitimidade e do interesse. A recorrente é licitante participante do certame, classificada nos itens 1 a 5, conforme consignado no item 3 da Ata de Análise de Amostras ("UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO — 12.813.125/0001-10 — Campo Formoso/BA — **Classificada**"). A decisão impugnada afeta diretamente sua esfera jurídica, razão pela qual se reconhece sua **legitimidade ativa** e o **interesse recursal**, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021.

II.2. Da tempestividade. A intenção de recurso foi manifestada em campo próprio do sistema, na forma do item 12.3.1 do Edital, cujo prazo de 10 minutos foi aberto às 15h20min31s e encerrado às 15h31, conforme registro automático do sistema. As razões recursais foram protocoladas em **22/09/2026**, dentro do prazo de **3 (três) dias úteis** do art. 165, inciso I, e do item 12.2 do Edital, observado o envio exclusivo ao endereço eletrônico indicado no item 12.4. **Conhece-se, portanto, do recurso**, por tempestivo, presentes a legitimidade e o interesse.

II.3. Do efeito suspensivo. O recurso é recebido com o **efeito suspensivo** previsto no **art. 168 da Lei nº 14.133/2021** e no item 12.8 do Edital, permanecendo sobrestada a prática dos atos subsequentes de adjudicação/celebração até a decisão final da autoridade competente, sem que isso importe, contudo, a desconstituição dos atos de análise já praticados e registrados em ata.

III. DO MÉRITO

A pretensão recursal não merece acolhimento. As duas teses centrais — (a) intempestividade do envio da documentação de habilitação e (b) insuficiência da qualificação técnica — são contrariadas pelos registros da própria Ata da Sessão e pelas regras do Edital e do Termo de Referência, conforme se demonstra.

III.1. Da alegada intempestividade do envio da documentação de habilitação

a) A suspensão foi ato da Administração que paralisou a sessão e definiu expressamente o marco de retomada. Às 10h48min30s de 17/09/2026, este Pregoeiro comunicou, em ata, a **SUSPENSÃO da sessão pública**, com fundamento no **Decreto Municipal nº 524/2026** e na necessidade de conclusão de providências internas, informando desde logo que a sessão "será reaberta no dia 21 de setembro de 2026, às 14h00, ocasião em que será dado regular prosseguimento ao certame, **no estado em que se encontra**". A expressão "no estado em que se encontra" é inequívoca: o estado procedimental foi preservado, e a convocação formulada às 10h05min37s — ato praticado dentro da sessão, e não fora dela — teve seu curso retomado no momento da reabertura. Não há, portanto, o "prazo sem termo final" alegado pela recorrente: o termo de retomada foi previamente comunicado (21/09/2026, às 14h00).

b) A suspensão não pode ser interpretada em desfavor do licitante e em benefício de formalidade. A causa da suspensão foi **ato próprio da Administração**, decorrente de decreto municipal de ponto facultativo e de falecimento noticiado nos autos. Pretender que o prazo de 2 horas continuasse a correr durante período em que a própria sessão estava formalmente suspensa — e que a licitante deveria ter-se socorrido de pedido de prorrogação "antes de findo

o prazo" — conduziria ao resultado juridicamente inaceitável de imputar ao administrado o ônus de uma paralisação decretada pela Administração. Tal conclusão afrontaria a **razoabilidade, a segurança jurídica e a boa-fé objetiva**, princípios que informam o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

c) O documento foi disponibilizado antes da reabertura e analisado somente após ela. Os registros não deixam dúvida: o conjunto de habilitação foi inserido às **13h46min30s** de 21/09/2026 e a sessão somente foi **reaberta às 14h21min27s**. Portanto, **nenhum ato procedimental útil foi praticado durante a suspensão**: o anexo permaneceu em estado de mera disponibilização técnica, sem produção de efeitos, e a **aceitação e validação** ocorreram após a reabertura, no bojo da análise conduzida por este Agente de Contratação, que resultou na declaração de habilitação às **14h42min51s**. É o que consta, textualmente, do esclarecimento registrado às 15h07min22s: "a documentação **não foi considerada automaticamente aceita** apenas por ter sido anexada durante a suspensão. Ao contrário, os documentos foram efetivamente analisados pela Administração **após a reabertura** da sessão". A tese de "validação retroativa" é, assim, factualmente insubsistente.

d) O prazo de 15 minutos não foi utilizado para "validar" o envio, mas para atualização documental. A convocação de 14h32min52s foi expressamente dirigida à **atualização das certidões** (negativa de concordata/falência e CRF/FGTS), "sem implicar desconsideração da validade das certidões na data de abertura do certame, tratando-se de solicitação para atualização da documentação em razão da continuidade da sessão". Trata-se de providência amparada no art. 64, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e nos itens 8.13.2 e 8.11.2 do Edital, e não de instrumento de convalidação do anexo anterior — cuja validade decorre do item III.1(c) acima.

e) O item 4.1.4 e o item 7.7.1 do TR não foram violados. O item 4.1.4 faculta ao Pregoeiro **prorrogar** o prazo mediante solicitação fundamentada, e o item 7.7.1 do Termo de Referência dispõe que "o prazo poderá ser prorrogado a critério do Agente de Contratação". A hipótese dos autos é distinta e anterior: não se trata de prorrogação de prazo em curso, mas de **retomada de sessão suspensa por ato da Administração**, com a licitante recolocada na mesma posição procedimental em que se encontrava. Acrescente-se que **não houve abandono do certame**, nem ausência de envio: a recorrida enviou os documentos e a proposta reformulada, compareceu a todos os atos e apresentou as amostras. Não incide, portanto, o item 4.15 do Edital (desclassificação por abandono ou falta de envio), pressuposto que simplesmente não se verifica.

f) O item 8.14 do Edital foi integralmente observado. O Edital autoriza o Pregoeiro a **sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos**, "mediante decisão fundamentada, registrada em ata e **acessível a todos**". Este Agente de Contratação fundamentou sua decisão de forma exaustiva e motivada, em manifestações sucessivas (15h06min40s, 15h07min22s, 15h08min42s, 15h09min51s, 15h12min11s, 15h13min18s, 15h14min17s e 15h14min53s), **integralmente registradas na ata e abertas a todos os licitantes**, que dela tiveram ciência e sobre ela se manifestaram. O requisito de publicidade e acessibilidade está, assim, atendido de forma inquestionável.

g) A alegada disponibilidade da plataforma não transforma a suspensão em inexistente. Que o sistema permanecesse tecnicamente acessível é irrelevante: a **suspensão é ato jurídico**,

não condição técnica. O que importa é que a sessão estava formalmente suspensa, com reabertura marcada, e que a Administração examinou e aceitou a documentação em momento posterior à reabertura. Ademais, e decisivamente, **não houve qualquer prejuízo à isonomia ou à competitividade**: na sistemática do Edital, com **inversão de fases** (item 12.3.4 do Edital, na hipótese do § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021), a documentação de habilitação é exigida **apenas do licitante mais bem classificado** (itens 4.1.3 e 8.12 do Edital). Nenhum outro licitante foi convocado, e qualquer licitante eventualmente convocado em posição equivalente receberia **idêntico tratamento**, em absoluta observância da isonomia (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

III.2. Da alegada ausência de quantitativos nos atestados e de notas fiscais eletrônicas (item 13, "c" e "c.i", do TR)

a) A exigência foi lida em sua finalidade probatória, e não como formalidade autossuficiente. O item 13 do Termo de Referência estabelece: "**b)** Entende-se como quantidade similar o fornecimento de pelo menos **01 (um) atestado** de capacidade técnica **sem exigência de quantitativos mínimos**"; "**c)** O Atestado deverá vir acompanhado da relação dos itens fornecidos com as respectivas quantidades"; "**c.i)** Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado **para fins de diligência e apreciação pelo Agente Contratação**". A própria redação da alínea "c.i" revela a natureza instrumental da regra: ela existe **para viabilizar a apreciação** da capacidade técnica pelo Agente, e o item 13, "**e**", confirma o caráter discricionário do aprofundamento ao dispor que "os Atestados poderão ser diligenciados pelo Agente de Contratação **caso tenham alguma dúvida ou relevância** que não seja possível a sua identificação". Não se trata, portanto, de requisito cuja inobservância gere inabilitação automática, mas de regra de instrução cuja suficiência é aferida pelo Agente de Contratação, à luz da finalidade do procedimento.

b) Não houve omissão de documento exigido — pressuposto do item 4.1.2.1 do Edital. O item 4.1.2.1 determina a inabilitação automática de quem "deixar de apresentar quaisquer documentos solicitados no Termo de Referência". Os atestados foram apresentados (foram examinados e referidos nos registros de análise, páginas 24, 25 e 27 do conjunto de habilitação, conforme cotejo nos autos). A controvérsia não é sobre documento **ausente**, mas sobre o grau de detalhamento de documento **existente** — matéria expressamente disciplinada pelos itens **8.13 e 8.14 do Edital**, que admitem a **complementação de informações acerca de documentos já apresentados** e o **saneamento de erros que não alterem a substância** (art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021). Logo, o dispositivo invocado pela recorrente não incide.

c) A aptidão técnica foi aferida e considerada presente, com fundamentação específica. Este Agente de Contratação analisou o conjunto documental e registrou no chat que compõe a ata da sessão, que os documentos contemplam "fornecimento de gêneros alimentícios, frios, café, açúcar, produtos de panificação, **mini salgados e coffee break**, elementos que possuem relação direta com a natureza do objeto licitado", destacando ser "particularmente relevante o atestado que contempla 'fornecimento de salgado, tipo mini' e 'Coffee Break', pois tais atividades guardam **correspondência direta** com o fornecimento de **lanches prontos**". Concluiu que "os documentos apresentados foram considerados **suficientes** para comprovar a experiência compatível exigida pelo edital, não tendo sido identificado prejuízo à aferição da

capacidade técnica da licitante". Trata-se de **juízo técnico motivado**, exercido na esfera de competência do Agente de Contratação, cuja substituição por critério mais restritivo do que o Edital autoriza configuraria indevida restrição à competitividade.

d) A alínea "b" do item 13 é norma de patamar, e foi observada. O Edital foi expresso ao **dispensar quantitativos mínimos** e ao exigir **apenas um** atestado. A recorrida apresentou **mais de um** atestado, com descrição dos objetos fornecidos. A tese de que a dispensa de quantitativo mínimo não eliminaria o dever de indicar quantidades confunde duas funções distintas — o **patamar** exigido (inexistente, por opção do próprio Edital) e o **meio de prova** (atestado ou notas fiscais, à escolha do fornecedor, "para fins de diligência e apreciação"). Se o instrumento convocatório optou por não fixar patamar quantitativo, não cabe à Administração — nem ao intérprete — **criar exigência não prevista**, sob pena de violação da vinculação ao instrumento convocatório e do julgamento objetivo (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

e) A demonstração de capacidade operacional foi, ademais, obtida por prova direta e específica: a sessão de amostras. O item 4.5 do Termo de Referência impõe a apresentação de **no mínimo 2 amostras de cada item** licitado, posteriormente avaliadas pelos critérios dos itens 4.6 a 4.9 (segurança alimentar, qualidade dos produtos, padrão de preparo, embalagem/transporte/entrega). Na sessão de **23/09/2026**, a recorrida apresentou **2 amostras de cada um dos 5 itens**, e todas foram **APROVADAS** quanto a apresentação, qualidade, temperatura, degustação e montagem/lacre, **sem ocorrências**, conforme conclusão expressa da Comissão de Análise: "ficaram APROVADAS as amostras da licitante JBS COMERCIAL SILVA LTDA nos itens 1 a 5, observadas as condições do item 4.5 – DAS AMOSTRAS e dos critérios dos itens 4.6 a 4.9 do Termo de Referência, **destacando-se a boa apresentação e a qualidade dos produtos**". A prova material do "padrão de preparo" e da qualidade dos lanches prontos — núcleo do objeto — foi, assim, produzida de forma direta, objetiva e contraditória. Registre-se, por relevante, que **a recorrente não apresentou amostra alguma**, de modo que sua própria aptidão operacional, sob o mesmo critério editalício, não foi demonstrada nos autos.

f) O item 8.11.4 do Edital não foi violado. Referido dispositivo veda que a diligência substitua documento obrigatório **não apresentado** no momento oportuno. Na hipótese, **nenhum documento obrigatório deixou de ser apresentado**: os atestados, as certidões e a proposta foram disponibilizados; a atualização posterior restringiu-se às certidões de regularidade, na forma permitida pelo art. 64, inciso II, e pelo item 8.13.2 do Edital (atualização de documentos cuja validade se altere após o recebimento das propostas).

III.3. Da alegada incompatibilidade dos atestados com o objeto ("lanches prontos")

A alínea "a" do item 13 exige atestado "compatível em **características técnicas similares** ao fornecimento do objeto (Lanches prontos)". O próprio Edital adotou o critério da **similaridade**, e não da **identidade**. A conclusão registrada às 15h14min53s foi precisa: "Os atestados comprovam experiência compatível com o objeto, especialmente quanto ao fornecimento de gêneros alimentícios, frios, produtos de panificação, mini salgados e coffee break, **não sendo exigível identidade integral** entre os produtos anteriormente fornecidos e todos os itens que compõem o objeto licitado" — acrescentando-se que não seria "razoável exigir que o atestado reproduza literalmente a integralidade da descrição constante do Termo de Referência".

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

A interpretação é a mais consentânea com o art. 5º da Lei nº 14.133/2021 e com o item 4.1.2.2 do Edital, que **autoriza a diligência para complementação de documentos já apresentados**. Exigir que o atestado reproduzisse cada componente do kit (alface, tomate, batata palha, calabresa, queijo, presunto, hambúrguer, refrigerante 350 ml) implicaria restrição à competitividade não prevista no instrumento, em detrimento do interesse público e da economicidade — especialmente relevante quando se considera que a proposta vencedora dos itens 1 a 5 totaliza **R$ 256.000,00** (R$ 49.500,00 no item 1; R$ 58.000,00 no item 2; R$ 51.000,00 no item 3; R$ 60.000,00 no item 4; e R$ 37.500,00 no item 5), valor **substancialmente inferior ao estimado de R$ 350.420,00**, com economia aproximada de 27% em favor da Administração.

III.4. Do atestado do Município de Filadélfia e do questionamento sobre a signatária

No chat da sessão a recorrente questionou o atestado emitido pelo Município de Filadélfia, datado de 29/08/2025, por conter carimbo referente ao Decreto nº 007/2026. Este Agente de Contratação prestou esclarecimento expresso às 15h14min17s, registrando que "a referência correta é ao Decreto nº 007, de 02 de janeiro de 2025, que nomeou a Sra. Jamile Freitas Oliveira para o cargo de Secretária Municipal de Educação. Assim, há compatibilidade cronológica entre o ato de nomeação e a data de emissão do atestado". Trata-se de ato de esclarecimento motivado, registrado em ata, exatamente na forma do item 8.13.1 do Edital e do art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, que admitem a apuração de fatos existentes à época da abertura do certame — hipótese que se verifica, pois a nomeação é de janeiro de 2025, anterior à sessão.

III.5. Do Acórdão nº 1.211/2021-TCU/Plenário e do formalismo moderado

A recorrente sustenta que o precedente não autorizaria a manutenção da habilitação. A leitura, contudo, é parcial. O Acórdão nº 1.211/2021-Plenário/TCU admite, em sede de diligência, a apresentação de documento destinado a comprovar condição preexistente à abertura do certame, quando a ausência decorra de equívoco ou falha, evitando inabilitação por formalismo excessivo. No caso, precisamente: (i) a experiência técnica é condição preexistente à sessão; (ii) o conjunto documental foi apresentado; (iii) a análise foi feita pela Administração, com motivação; e (iv) a Administração não presumiu nada — examinou os documentos, considerou-os suficientes e assim registrou. Além disso, o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e os itens 8.11.2, 8.11.3, 8.13 e 8.14 do Edital expressamente consagram, no instrumento convocatório, a diligência e o saneamento de erros e falhas que não alterem a substância dos documentos. Aplica-los não é "afastar regra editalícia", mas cumprir o próprio Edital — que é, justamente, o que a vinculação ao instrumento convocatório exige.

Registre-se, por fim, que não se está diante de "possibilidade abstrata de diligência": a diligência **foi efetivamente realizada** quanto às certidões (convocação de 14h32min52s, atendida em 15 minutos) e quanto ao atestado do Município de Filadélfia (esclarecimento de 15h14min17s), ambas documentadas em ata. E, quanto aos atestados, o item 13, "e", do Termo de Referência condiciona a diligência à existência de "dúvida ou relevância" na identificação do documento — o que este Agente examinou e **não** constatou, considerando os elementos suficientes. Não há, portanto, omissão de instrução, mas **exercício motivado da competência de apreciação**.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

III.6. Da Súmula nº 473 do STF e do pedido de anulação

A Súmula nº 473 do STF confere à Administração o poder de **anular seus próprios atos quando eivados de ilegalidade** — e não o poder de desconstituí-los ao arbítrio do recorrente. O pressuposto da autotutela é a **demonstração concreta de ilegalidade**, que a recorrente não logrou produzir: as duas teses recursais foram infirmadas pelos registros da Ata e pelo próprio teor do Edital. Ao contrário, a anulação pretendida, no estado dos autos, violaria a **vinculação ao instrumento convocatório**, o **julgamento objetivo**, a **economicidade** (supressão de proposta 27% abaixo do estimado) e a **eficiência administrativa**, além de desconsiderar prova material favorável produzida em sessão pública (aprovação das amostras dos 5 itens).

III.7. Dos pedidos de "registro técnico completo" e de diligência formal com XML

O pedido de disponibilização do registro técnico da plataforma **já está atendido** pela Ata da Sessão, divulgada no sistema eletrônico na forma do item 15.1 do Edital, que registra a íntegra da cronologia relevante: convocação (10h05min37s), orientação de caminho (10h06min38s), suspensão com data de reabertura (10h48min30s), reabertura (14h21min27s), convocação para atualização de certidões (14h32min52s), prazo de 15 minutos (14h33min20s), declaração de habilitação (14h42min51s), chat de questionamentos (14h43 a 14h53), esclarecimentos e mantença da decisão (15h06min40s a 15h14min53s), convocação das amostras (15h16min47s), abertura e encerramento do prazo de intenção de recurso (15h20min31s a 15h33min10s) e encerramento da sessão (15h35min33s), além dos registros de **Aceite (21/09/2026, 15h17min48s) e Habilitado (21/09/2026, 15h18min01s/15h18min02s)** lançados pelo sistema por item. Eventuais registros adicionais de log poderão, se a autoridade superior ou a Procuradoria Jurídica entenderem necessário, ser requisitados ao Setor de Licitação e, posteriormente ao provedor da plataforma eletrônica de licitações E-município, **sem prejuízo** da decisão ora sustentada.

Quanto ao pedido subsidiário de diligência formal com exigência de notas fiscais eletrônicas e respectivos arquivos XML, observa-se que: (i) o item 13, "c.i", do Termo de Referência subordina a exigência das notas fiscais à **ausência de informações** no atestado, o que não foi considerado impediente ao juízo de suficiência; (ii) o item 13, "e", trata a diligência de atestados como **faculdade** condicionada à existência de dúvida; e (iii) a diligência não pode servir para **criar nova condição de habilitação** (item 8.11.4 do Edital). Caso, ainda assim, a Procuradoria Jurídica entenda conveniente o aprofundamento, a diligência poderá ser conduzida na forma do item 13, "e", e do item 8.13.1 do Edital — limitada à **complementação de informações sobre documentos já apresentados** e à apuração de fatos **existentes à época da abertura** —, o que, por sua própria natureza, não conduz à inabilitação, mas à confirmação da capacidade já evidenciada.

IV. DA CONCLUSÃO

Ante o exposto, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo, por tempestivo e regularmente processado, e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**, mantendo integralmente a decisão proferida em 21/09/2026, que declarou **HABILITADA** e **VENCEDORA DOS ITENS 1 A 5** a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA**, CNPJ nº 61.080.060/0001-56, pelos seguintes fundamentos sintéticos:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Alegação da recorrente	Dispositivo invocado	Resposta da Administração
Envio dos documentos de habilitação fora do prazo de 2 horas	Itens 4.1.3, 4.1.4, 8.11.5, 4.15, 8.15; TR 7.7.1	A sessão foi **suspensa por ato da Administração** (10h48min30s de 17/09), com **reabertura previamente comunicada** (21/09, 14h00, "no estado em que se encontra"). A documentação foi disponibilizada **antes** da reabertura e **analisada somente após** ela, com aceitação expressa às 14h42min51s. Não houve abandono (item 4.15) nem prejuízo à isonomia, pois a habilitação é exigida apenas do licitante melhor classificado (itens 4.1.3 e 8.12).
Ausência de pedido fundamentado de prorrogação	Item 4.1.4	Hipótese distinta: não se trata de prorrogação de prazo em curso, mas de **retomada de sessão suspensa**, cujo marco temporal foi comunicado. O item 7.7.1 do TR confere ao Agente a **faculdade** de prorrogar.
Ausência de quantidades nos atestados e de notas fiscais	TR 13, "c" e "c.i"; Edital 4.1.2.1, 8.11.4	Os atestados **foram apresentados** (item 4.1.2.1 não incide). A alínea "c.i" é regra **instrumental**, destinada à "diligência e apreciação pelo Agente"; a alínea "e" torna a diligência **facultativa**. A suficiência foi **motivadamente aferida** (15h09min51s a 15h14min53s).
Atestados incompatíveis com "lanches prontos"	TR 13, "a"	O Edital exige **similaridade**, não identidade. O atestado com "salgado, tipo mini" e "Coffee Break" tem **correspondência direta** com lanches prontos (15h09min51s). A capacidade foi ainda comprovada por **prova direta**: amostras dos 5 itens **aprovadas** em 23/09/2026.
Aplicação indevida do Acórdão 1.211/2021-TCU e do formalismo moderado	—	O precedente autoriza a comprovação de **condição preexistente**; os itens **8.11.2, 8.11.3, 8.13 e 8.14** do Edital consagram diligência e saneamento, na forma do **art. 64 da Lei nº 14.133/2021**. A diligência foi **efetivamente realizada** (certidões e atestado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Alegação da recorrente	Dispositivo invocado	Resposta da Administração
		de Filadélfia).
Questionamento do atestado do Município de Filadélfia	—	Esclarecimento registrado às **15h14min17s**: a referência correta é ao **Decreto nº 007, de 02/01/2025**, havendo **compatibilidade cronológica** com a emissão do atestado.
Autotutela e anulação da habilitação (Súmula 473/STF)	—	Inexistente a ilegalidade demonstrada; a anulação violaria a vinculação ao edital, o julgamento objetivo e a economicidade (proposta ~27% abaixo do estimado).
Registro técnico completo da plataforma	—	Atendido pela **Ata da Sessão** (item 15.1 do Edital), que contém a cronologia integral, inclusive os registros de Aceite/Habilitado do sistema.

Encaminhamento: não sendo o caso de reconsideração, e observado o prazo do item 12.5 do Edital e do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, **encaminhem-se os autos à Procuradoria Jurídica do Município** para análise desta manifestação e da decisão de habilitação nela mantida, especialmente quanto à juridicidade dos fundamentos relativos à suspensão da sessão, à aplicação do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 8.11 a 8.15 do Edital e do item 13 do Termo de Referência, bem como para emissão de parecer conclusivo; e, na sequência, remetam-se os autos à **autoridade superior**, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, para decisão final, ficando assegurado o **efeito suspensivo** do art. 168 da mesma lei e do item 12.8 do Edital, com sobrestamento dos atos de adjudicação e celebração até a prolação da decisão final.

É a manifestação.

Senhor do Bonfim/BA, 02 de outubro de 2026.

Henrique José da Conceição Mattos
Pregoeiro / Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 127/2025
Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PARECER JURÍDICO

(FASE EXTERNA)

PARECER JURÍDICO

FASE EXTERNA – RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/2026

PREGÃO ELETRÔNICO nº 048/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública.

De lavra da Consultoria Jurídica.

Ao Agente de Contratação.

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA. LICITAÇÕES. PROCESSO LICITATÓRIO. PREGÃO ELETRÔNICA. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. TEMPESTIVIDADE. EFEITO SUSPENSIVO. SOLICITAÇÃO DE INABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA. PARECER FAVORÁVEL À LEGALIDADE DA FASE EXTERNA. PROCEDIMENTO APTO À HOMOLOGAÇÃO.

I – DO RELATÓRIO

Inicialmente assevera-se que a presente manifestação tem por referência os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe e que esta manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, competindo a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo possível adentrar a análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos e nem ainda manifestar-se sobre os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, de modo que quaisquer juízos de mérito envolvidos na matéria submetida a exame, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Administrador, não cabendo a esta Assessoria atuar em substituição às suas doutas atribuições.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. Nesse diapasão, eventual silêncio deste opinativo não comporta referendo a qualquer dos pontos eventualmente aqui não tratados.

Nessa esteira, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Portanto, cumpre destacar que este parecer apenas se propõe a opinar sobre a legalidade do procedimento, no que concerne a sua fase externa, mediante análise jurídica da contratação, incluindo as razões de recurso apresentada pela empresa **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO - CNPJ: 12.813.125/0001-10**, em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 168 da Lei 14.133/2021.

Trata-se de processo licitatório destinado a "Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública.".

Na espécie, foi eleita a modalidade PREGÃO, para o processamento de licitação, tendo como critério de julgamento, o tipo MENOR PREÇO POR ITEM, vindo o mesmo acompanhado de: 1 – pedido de abertura de licitação, 2 – Estudo técnico preliminar, 3 – Mapa de Riscos, Termo de Referência e outros documentos 4 – Documentos do Agente de Contratação – 5 – Minuta de Edital, 6 – Parecer jurídico, 7 - Autorização do Prefeito Municipal, 8 – Publicação do Edital e Aviso de Licitação, 9 – Ata da Sessão, 10 – Recurso Administrativo, 12 – Manifestação do Agente de Contratação sobre o Recurso Administrativo, 12 - Encaminhamento deste processo por parte do Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica, com vistas a analisar a fase final do procedimento licitatório, incluindo as razões de Recurso Administrativo.

É o que basta relatar.

II – DA FASE EXTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inicialmente, analisamos os autos do presente Processo Administrativo, observa-se que ele está instruído conforme o processo licitatório estipulado nos artigos 6ª e 29 da Lei 14.133/21, obedece aos requisitos para licitações de fornecimento, e o julgamento das propostas foi devido, conforme preconiza o art. 59 da Lei 14.133/2021.

O Prazo de publicidade do edital obedeceu ao disposto no art. 55, inciso II, "b" da Lei 14.133/2021, uma vez que fora publicado no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) no dia 31 de agosto de 2026 e no dia 02 de setembro de 2026 no Diário Oficial do Município, tendo a sessão de licitação de abertura das propostas ocorrido em 17 de setembro de 2026.

Não houve impugnação ao edital.

O pregão eletrônico nº 048/2026 utilizou como critério de julgamento o menor preço por item, tendo como vencedora do certame, a empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA (vencedora dos itens 1, 2, 3, 4, 5).

Houve a apresentação de Recurso Administrativo interposto pela empresa UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO - CNPJ: 12.813.125/0001-10, em 22 de setembro de 2026, tendo a vencedora sido declarada no dia 17 de setembro de 2026, na qual a licitante recorrente manifestou interesse em recorrer.

Em suas razões recursais, apresentadas em 22 de setembro de 2026 de forma tempestiva, três dias úteis após a manifestação do direito de recorrer, em respeito ao que determina o inciso I do art. 165 da Lei 14.133/21, a RECORRENTE alega o seguinte:

- **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO - CNPJ: 12.813.125/0001-10**



O recurso administrativo foi apresentado pela empresa recorrente em face da decisão que habilitou a empresa JBS no âmbito do Pregão Eletrônico nº 048/2026. A recorrente encaminhou sua manifestação à Comissão Permanente de Licitação, indicando expressamente que se trata de recurso contra a decisão de habilitação. O documento foi enviado por e-mail em 23 de setembro de 2026, acompanhado dos respectivos anexos.

A documentação encaminhada juntamente com o recurso inclui diversos arquivos destinados à identificação e comprovação das informações da recorrente. Entre os anexos, constam imagem, recurso administrativo assinado, comprovante de CNPJ e documentos relativos a alterações e transformações societárias da empresa. Também foi apresentado documento referente ao Restaurante Recanto Caseiro Ltda., integrante da documentação enviada.

Ao final do expediente, a recorrente solicita à Administração que acuse o recebimento do recurso encaminhado. Assim, a manifestação tem por finalidade formalizar a insurgência contra a habilitação da empresa JBS no certame e encaminhar os documentos que a recorrente entende pertinentes à apreciação do recurso.

Não houve apresentação de contrarrazões pela empresa recorrida.

As razões de Recurso foram recebidas pelo Agente de Contratação, por serem consideradas tempestivas, no entanto, houve seu enfrentamento, não tendo havido reconsideração, sendo **mantida a decisão de habilitar a empresa JBS COMERCIAL SILVA** pelo que antes da decisão da autoridade superior (prefeito), vieram-me os autos para emissão de parecer jurídico, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 168 da Lei 14.133/2021.

II.1 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Inicialmente, vislumbra-se o **conhecimento do recurso**, pela observância do disposto no art. 165, § 1º, inciso I, na medida em que **HOUVE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS NO PRAZO DE TRÊS DIAS ÚTEIS**, após a decisão de classificação da empresa vencedora e manifestação do interesse de recorrer, logo, tem-se como tempestivas as razões recursais.

Conforme ensina o Professor Rony Charles[1], "*Para que a insurgência da parte seja recebida como recurso, ela deve atender a certos pressupostos recursais. De forma genérica, podemos apontar alguns pressupostos recursais, que qualificam o pleito administrativo como um recurso, conferindo-lhes os efeitos estabelecidos pela respectiva Lei. Costuma-se dividir os pressupostos recursais em pressupostos subjetivos e pressupostos objetivos.*

Como pressupostos objetivos, podemos apontar:

- *Legitimidade: deve ser o titular do direito, o interessado prejudicado ou terceiro a quem a lei confira legitimidade.*
- *Interesse Recursal: deve haver sucumbência por parte do recorrente (sucumbência).*

Como pressupostos objetivos, podemos apontar:

- *Ato administrativo de cunho decisório: o recurso deve ter como objeto a insurgência contra uma decisão administrativa.*
- *Tempestividade: a lei estabelece o prazo para apresentação do recurso.*
- *Forma: a lei pode estabelecer forma expressa para apresentação do recurso. Não existindo restrição legal, deve-se adotar o informalismo no processo administrativo.*
- *Fundamentação (motivação): o recorrente precisa apresentar fundamentos para seu pleito recursal.*

[1] TORRES, Rony Charles Lopes de. 12 ed. rev., ampli. E atual. – São Paulo: Juspodivm, 2021. P. 786/787.



- *Pleito Recursal (pedido de nova decisão). O recurso envolve a insatisfação com a decisão administrativa, que pressupõe sua revisão em favor do pleito recursal. Assim, por exemplo, o licitante desclassificado tem como pleito recursal a revisão de sua desclassificação.*
- *Lógico: na hipótese de recurso hierárquico, o pedido de reforma da decisão só é cabível quando existir autoridade hierarquicamente superior ou outra, indicada pela Lei. Assim, salvo previsão específica, não cabe recurso administrativo hierárquico de decisão tomada pela maior autoridade de determinado ente".*

No caso em apreço, a licitante preenche os pressupostos recursais, razão pela qual passa-se à análise de mérito.

Compulsando-se os atos e sopesando a matéria desenhada, verifica-se, inicialmente, que o RECURSO em análise tem efeito suspensivo, merecendo ser levado à apreciação de autoridade superior.

Após análise das razões posta pela Recorrente e conferência dos autos do procedimento acima identificado, nos manifestamos através das considerações que se seguem, registrando, antes de adentrar à análise do mérito do RECURSO, que a **recomendação é permanência integral da decisão de manter a habilitação da empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA e o improvimento ao recurso.**

O julgamento da aceitabilidade da proposta se dá através do atendimento aos requisitos exigidos pela lei (art. 59) e pelo edital do certame.

No que tange às razões aduzidas no Recurso da empresa UILMA, observa-se que a alegação de intempestividade dos documentos apresentada pela recorrida não assiste validade. A sessão pública do dia 17 de setembro de 2026 foi suspensa em virtude luto oficial decretado pelo Município, por meio do Decreto Municipal nº 524/2026. O pregoeiro, então informou aos presentes na sessão, por meio do chat, que:

> *"Considerando a publicação do Decreto Municipal nº 524/2026, de 17 de setembro de 2026, que decretou Ponto Facultativo no âmbito das repartições públicas municipais a partir das 14h00 desta data, em razão do falecimento do Sr. Luiz Carlos de Lima Deus, bem como a necessidade de conclusão de outras demandas e providências internas, comunicamos a SUSPENSÃO da sessão pública. Informamos, desde já, que a sessão será reaberta no dia 21 de setembro de 2026, às 14h00, ocasião em que será dado regular prosseguimento ao certame,* ***no estado em que se encontra.".***

O comunicado é claro ao informar que o certame seria retomado no estado em que estava. Disto pode-se depreender que todos os atos inerentes ao pregão nº 048/2026 foram suspensos, o que inclui, por óbvio, os prazos. Assim, caem por terra as alegações da recorrente de que a juntada dos documentos da vencedora foi intempestiva. Outrossim, na hipótese de inabilitação da JBS, ferir-se-iam os princípios sagrados na Lei de Licitações, especialmente o da proposta mais vantajosa e do formalismo moderado, considerando que a vencedora seria prejudicada em virtude de ato da Administração alheio à sua vontade, desperdiçando-se a proposta mais vantajosa.

A recorrente também argumentou que a ausência de quantitativos nos atestados e de notas fiscais eletrônicas seriam fator que inabilitariam a recorrida. Tal afirmação não merece guarida, igualmente. A tese se baseia na interpretação equivocada do item 13, alínea c, do Termo de Referência. Como bem apontado pelo Agente de Contratação, a exigência dos quantitativos está atrelada à necessidade de diligência, sendo, portanto, instrumento que viabiliza a apreciação da capacidade técnica.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

A exigência no TR tem a ver com a averiguação e comprovação de que o licitante atende aos requisitos do certame. Outrossim, as demais disposições do edital foram cumpridas. Ressalte-se que o certame teve sessão de amostra, momento em que pôde-se aferir se os produtos oferecidos atendem ao objeto proposto pela administração.

Dito isso, considerando, ainda, os princípios da legalidade, eficiência, isonomia, economicidade e vinculação ao edital como norteadores do processo licitatório, a decisão administrativa priorizou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, afastando as demais, à luz do juízo de mérito administrativo, devidamente fundamentado, razão porque não merece prosperar o pedido da Recorrente, **devendo a ser mantida a habilitação da empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA.**

III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando as razões explicitadas e, vislumbrando a solução mais adequada ao pleito, frente as normativas aplicadas, **opino pelo recebimento do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa UILMA NASCIMENTO DE FARIAS CARVALHO, por ser tempestivo,** porém, considerando o quanto requerido, **recomendo o seu IMPROVIMENTO, devendo ser mantida a decisão do agente de contratação, pela habilitação da empresa JBS COMERCIAL SILVA LTDA, conforme fundamentado supra.**

É o parecer, que elevo à consideração superior.

Senhor do Bonfim, 13 de outubro de 2026.

MARAÍSA DA SILVA SANTANA
Consultora Jurídica – OAB/BA 28429

ANA REBECA SELMAN DA SILVA CABRAL
Procuradora Chefe – OAB/BA 67.891
Decreto nº 101/2025

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO – CNPJ: 12.813.125/0001-10
RECORRIDA: JBS COMERCIAL SILVA LTDA – CNPJ: 61.080.060/0001-56

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública

I – RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela empresa **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO** contra o ato do Agente de Contratação/Pregoeiro que declarou a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA** habilitada e vencedora dos Itens 1 a 5 do Pregão Eletrônico nº 048/2026.

Inconformada, a empresa Recorrente apresentou suas razões recursais alegando, em síntese:

1. **Intempestividade no envio da documentação de habilitação:** Sustenta que a empresa recorrida teria inserido a documentação de habilitação fora do prazo de 2 (duas) horas previsto no instrumento convocatório, sustentando que a suspensão da sessão não interromperia a contagem e que não houve pedido formal de prorrogação.
2. **Inobservância das exigências de qualificação técnica:** Alega que os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrida desatenderiam ao item 13, alíneas "c" e "c.i", do Termo de Referência por não indicarem quantitativos nem estarem acompanhados das respetivas notas fiscais eletrônicas, além de sustentarem que os atestados não comprovariam experiência específica em "lanches prontos".
3. **Inconsistência em atestado fornecido:** Questionou formalmente a validade de atestado emitido pelo Município de Filadélfia.

O Agente de Contratação e Pregoeiro Oficial submeteu a matéria à reapreciação, mantendo integralmente a sua decisão de habilitação da licitante JBS COMERCIAL SILVA LTDA, e encaminhou os autos à Procuradoria Jurídica do Município.

A Consultoria Jurídica / Procuradoria Geral do Município emitiu o **Parecer Jurídico da Fase Externa**, opinando pelo conhecimento e, no mérito, pelo **IMPROVIMENTO** do Recurso Administrativo, atestando a legalidade dos atos praticados na fase externa da licitação e a aptidão do feito para homologação.

Vieram-me os autos conclusos para decisão.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

É o relatório. **Decido.**

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

1. Da Admissibilidade

Conheço do Recurso Administrativo, uma vez atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade, notadamente a legitimidade, o interesse recursal e a tempestividade, nos termos do art. 165, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Do Mérito

No mérito, assiste razão ao Agente de Contratação e à Consultoria Jurídica Municipal, não merecendo acolhimento a pretensão da Recorrente.

- **Da Regularidade do Prazo de Envio Documental:**

Conforme registrado em ata, a sessão pública do dia 17/09/2026 foi formalmente **suspensa** em razão do Decreto Municipal nº 524/2026 (ponto facultativo a partir das 14h00), tendo sido expressamente informado aos participantes que a sessão seria reaberta no dia 21/09/2026, às 14h00, *"no estado em que se encontra"*. A paralisação operada por ato próprio da Administração Pública paralisou o curso procedimental, resguardando a boa-fé objetiva e a segurança jurídica, de modo que a disponibilização do anexo antes da reabertura e a sua efetiva análise e aceitação no reinício da sessão atendeu plenamente aos ditames legais e editalícios.

- **Da Qualificação Técnica e Formalismo Moderado:**

A exigência insculpida no item 13 do Termo de Referência prevê, expressamente, a dispensa de quantitativos mínimos para fins de capacidade técnica. O detalhamento de itens fornecidos e o eventual anexo de notas fiscais constituem instrumentos de caráter instrucional para dirimir dúvidas em sede de diligência do Agente de Contratação. Os atestados apresentados demonstraram de forma motivada a pertinência com a natureza do objeto licitado (gêneros alimentícios, salgados e coffee break).

Ademais, a aptidão operacional e o padrão de qualidade da licitante JBS COMERCIAL SILVA LTDA restaram cabalmente comprovados por **prova direta**, mediante a apresentação e **aprovação integral das amostras** de todos os 5 (cinco) itens durante a sessão técnica designada para tal fim.

- **Da Proposta Mais Vantajosa e Economicidade:**

Inabilitar a licitante primeira colocada por apego ao formalismo excessivo configuraria violação aos princípios do julgamento objetivo, da competitividade e da economicidade. A proposta ofertada pela empresa vencedora perfaz o montante total de R$ 256.000,00, gerando uma economia aproximada de 27% (vinte e sete por cento) em relação ao valor estimado de R$ 350.420,00, atendendo com primazia ao interesse público.

III – DA DECISÃO

Ante o exposto, acolhendo integralmente a manifestação do Agente de Contratação e o Parecer da Consultoria Jurídica do Município, **NEGO PROVIMENTO** ao Recurso Administrativo interposto pela empresa **UILMA NASCIMENTO DE FARIAS DE CARVALHO**, mantendo na íntegra a decisão que declarou **HABILITADA** e **VENCEDORA** dos Itens 1, 2, 3, 4 e 5 do Pregão Eletrônico nº 048/2026 a empresa **JBS COMERCIAL SILVA LTDA**.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

Dê-se ciência à recorrente, à recorrida e demais interessados, publicando-se o presente ato nos meios oficiais do Município para a produção dos regulares efeitos jurídicos, prosseguindo-se com o feito em seus ulteriores termos.

Publique-se. Cumpra-se.

Senhor do Bonfim – BA, em 14 de outubro de 2026.

Laércio Muniz de Azevedo Júnior
Prefeito Municipal de Senhor do Bonfim – BA

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

PREGÃO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26

HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 048/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0181/26
TERMO DE ADJUDCAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Senhor do Bonfim, Bahia, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial o art. 71, Inciso IV, após parecer do Agente de Contratação, bem como da Consultoria Jurídica e Controle Interno, resolve ADJUDICAR/HOMOLOGAR a modalidade PREGÃO nº 048/2026, critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para o fornecimento, sob demanda, de kits lanche, destinados ao atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de Senhor do Bonfim-BA e de suas respectivas Secretarias, para distribuição durante eventos institucionais, capacitações, treinamentos, aperfeiçoamentos, seminários, reuniões técnicas, eventos culturais e demais ações de interesse da Administração Pública Conforme edital e seus anexos.

Empresa: JBS COMERCIAL SILVA LTDA
CNPJ Nº: 61.080.060/0001-56
Itens: 01, 02, 03, 04 e 05
Valor Global Estimado: R$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais)

Valor total licitado: R$ 256.000,00 (duzentos e cinquenta e seis mil reais), conforme carta resultado em anexo.

Cadastro de Reserva: Não houve cadastro de reserva para este processo.

Ao setor de Licitações para atualização da contratação no Portal Nacional de Contrações Públicas – PNCP, registrado sob nº 13988308000139-1-000153/2026, conforme determina o Art. 94 da Lei Federal 14.133 de 1º de 21, inciso I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

Senhor do Bonfim-BA, em 21 de outubro de 2026.

Registre-se, Cumpra-se, Publique-se e Lavre-se o Contrato Administrativo.

Laércio Muniz de Azevedo Júnior
Prefeito Municipal

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CONCORRENCIA Nº 007/2026 - DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO E FINALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

RECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA EPP

CNPJ: 07.624.899/0001-62

RECURSO ADMINISTRATIVO

COM PEDIDO DE REFORMA DE DECISÃO E EFEITO SUSPENSIVO

Concorrência Eletrônica nº 007/2026 (Processo Administrativo nº 0179/26)

ILUSTRÍSSIMO SENHOR
HENRIQUE JOSÉ DA C. MATTOS
AGENTE DE CONTRATAÇÃO / PREGOEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – ESTADO DA BAHIA

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e reforma de 04 (quatro) unidades escolares na zona rural e urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA.

A AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.624.899/0001-62, com sede estabelecida na ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZNINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000, devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, classificada em 2º lugar na fase de lances, por intermédio de seu Representante Legal, vem, tempestivamente, perante Vossa Senhoria, com fulcro no art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o Item 13 do Edital Convocatório, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão administrativa proferida na Sessão Pública do dia 29 de setembro de 2026, que declarou aceita a proposta de preços e habilitada a licitante **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.** (CNPJ nº 16.558.643/0001-95), pelas razões fáticas, técnicas de engenharia de custos e jurídicas a seguir minuciosamente expostas.

1. DA TEMPESTIVIDADE, DO CABIMENTO E DO EFEITO SUSPENSIVO

A sessão pública de julgamento e habilitação foi encerrada às 17h24min do dia 29 de setembro de 2026 (terça-feira), momento em que a Recorrente manifestou expressa, motivada e inequívoca intenção de recorrer às 16h51min e às 16h52min no sistema eletrônico SIGA, aceita formalmente pela autoridade condutora.

Nos termos do art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c", e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, c/c o Item 13.1 do Edital Convocatório, o prazo para a apresentação das razões do recurso é

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZNINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação ou da lavratura da ata. Protocolado dentro do tríduo legal, resta evidente a sua tempestividade.

Ademais, consoante o disposto no art. 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recurso interposto contra o julgamento de propostas e a habilitação possui eficácia suspensiva ope legis até a decisão final da autoridade superior competente.

2. DOS FATOS E DO HISTÓRICO PROCESSUAL

O certame licitatório foi deflagrado sob a modalidade Concorrência Eletrônica, critério de julgamento Menor Preço por Lote/Global, regime de execução de **Empreitada por Preço Unitário** (Item 8 do Termo de Referência), com orçamento estimativo referencial fixado em **R$ 1.510.742,24** (um milhão, quinhentos e dez mil, setecentos e quarenta e dois reais e vinte e quatro centavos), conforme Termo de Referência e Edital republicado após adiamento para correção de erro material.

Na sessão de disputa de lances realizada em 29/09/2026, a disputa encerrou-se com os seguintes valores:

- **1ª Colocada:**
  D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. – Lance final: R$ 1.329.213,38
- **2ª Colocada (Recorrente):**
  AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. – Lance final: R$ 1.343.805,22

A diferença entre as duas ofertas é de estritos **R$ 14.591,84**(catorze mil, quinhentos e noventa e um reais e oitenta e quatro centavos), o que representa uma variação percentual de apenas **1,09%.**

Convocada para apresentar sua proposta realinhada nos moldes do Item 7.22.6 do Edital, a empresa DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. protocolou arquivo contendo graves desconformidades materiais, técnicas e financeiras. Não obstante, em exíguo intervalo de 1h35min (entre as 14h53min e as 16h28min), desprovido de qualquer análise pormenorizada ou parecer conclusivo subscrito por profissional habilitado da Secretaria de Obras/Infraestrutura, o Ilustre Pregoeiro proferiu a decisão que aceitou e habilitou a arrematante.

Contudo, uma análise técnica exaustiva das peças constantes dos autos revela que a arrematante cometeu infrações insanáveis que impõem a sua imediata **DESCLASSIFICAÇÃO**

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

e **INABILITAÇÃO**, conforme se passa a demonstrar.

3. DO MÉRITO TÉCNICO E JURÍDICO

3.1. DA DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS: VIOLAÇÃO DIRETA AOS ITENS 6.2, 6.8, 6.10 E 7.22.1 DO EDITAL E AO ART. 59 DA LEI Nº 14.133/2021

3.1.1. Prática de Sobrepreço Unitário: 48 Itens Acima dos Preços Unitários Máximos do Edital

O Edital de Licitação é categórico ao disciplinar os critérios de aceitabilidade dos preços unitários propostos:

Item 6.10:

> *"Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto."*

Item 7.22.1, alínea "a":

> *"Será desclassificada a proposta que apresentar preços unitários ou global superiores aos limites máximos estabelecidos no Edital e seus Anexos."*

A exigência editalícia reflete comando cogente da Lei nº 14.133/2021:

> ***Art. 59.*** *Serão desclassificadas as propostas que:*
> *[...]*
> *III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;*
> *[...]*
> *§ 3º Nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, para fins de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço,* ***serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes****, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital conforme as especificidades do mercado local.*

Ademais, no regime de **Empreitada por Preço Unitário** (adotado expressamente no Item 8 do TR), os preços unitários da planilha orçamentária do Edital constituem limites máximos inalteráveis. Essa matéria encontra-se pacificada há anos pela **Súmula TCU nº 259**:

> **Súmula TCU nº 259:** *"Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação*

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor."

Em flagrante violação a esse conjunto normativo, a proposta realinhada da empresa DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. contém nada menos que **48 (quarenta e oito) itens de planilha com preços unitários superiores ao orçamento de referência do Edital.**

Destacam-se casos flagrantes de distorção orçamentária que tipificam sobrepreço unitário desarrazoado:

Obra	Item	Descrição do Serviço	Preço Unit. Edital (R$)	Preço Unit. Proposta DF (R$)	Variação a Maior (%)
Barroca do Faleiro	6.1	Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético)	21,88	89,06	+ 307,04%
Terreirinho	4.3	Concreto armado fck=15 MPa fabricado na obra, adensado	640,38	2.230,86	+ 248,36%
Luiz Viana	10.3.1.4	Fabricação de fôrma para pilares e estruturas	73,73	144,04	+ 95,36%
Barroca do Faleiro	12.1.1	Escavação manual de vala (AF_09/2024)	55,52	90,98	+ 63,87%
Barroca do Faleiro	13.1	Escavação manual de vala (AF_09/2024)	55,52	90,98	+ 63,87%
Luiz Viana	10.1.1	Escavação manual de vala (AF_09/2024)	55,54	90,98	+ 63,81%
Luiz Viana	10.3.2.4	Fabricação de fôrma para vigas, em chapa de madeira	73,73	115,79	+ 57,04%
Caatinguinha	4.1.1	Escavação manual de vala (AF_09/2024)	58,64	90,94	+ 55,08%
Terreirinho	3.5.7	Interruptor simples (1 módulo)	31,73	48,30	+ 52,22%
Terreirinho	2.9.1	Quadro de distribuição de luz em PVC para 8 disjuntores	151,03	197,87	+ 31,01%
Terreirinho	3.5.1	Quadro de distribuição de luz em PVC para 8 disjuntores	151,03	197,87	+ 31,01%
Caatinguinha	2.9.1	Quadro de distribuição de luz em PVC para 8 disjuntores	151,03	197,82	+ 30,98%
Caatinguinha	3.5.1	Quadro de distribuição de luz em PVC para 8 disjuntores	151,03	197,82	+ 30,98%
Luiz Viana	10.1.2	Reaterro manual de valas com placa vibratória	18,46	23,03	+ 24,76%
Barroca do Faleiro	12.1.2	Reaterro manual de valas sem compactação	18,44	23,00	+ 24,73%
Barroca do Faleiro	13.2	Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados	85,51	101,54	+ 18,75%
Caatinguinha	4.1.2	Reaterro manual de valas com placa vibratória	19,55	23,02	+ 17,75%
Luiz Viana	10.4.2	Emboço em argamassa traço 1:2:8	35,25	41,31	+ 17,19%
Barroca do Faleiro	13.4	Chapisco aplicado em alvenaria	7,10	8,25	+ 16,20%
Barroca do Faleiro	13.5	Emboço em argamassa traço 1:2:8	37,18	41,31	+ 11,11%
Terreirinho	2.9.14	Ponto de tomada 3P para ar-condicionado até 3000 VA	282,61	309,35	+ 9,46%
Caatinguinha	2.9.15	Ponto de tomada 3P para chuveiro elétrico até 4000 VA	282,61	306,64	+ 8,50%
Luiz Viana	10.3.3.1	Laje pré-moldada unidirecional biapoiada	161,30	173,83	+ 7,77%
Terreirinho	2.9.9	Ponto de luz em teto ou parede com eletroduto PVC	331,24	352,23	+ 6,34%
Caatinguinha	2.9.10	Ponto de luz em teto ou parede com eletroduto PVC	331,24	352,17	+ 6,32%
Barroca do Faleiro	12.3.3.1	Laje pré-moldada unidirecional biapoiada	164,33	173,83	+ 5,78%
Terreirinho	2.8.1	Ponto de esgoto com tubo PVC rígido soldável	97,03	101,97	+ 5,09%
Caatinguinha	2.8.1	Ponto de esgoto com tubo PVC rígido soldável	97,03	101,89	+ 5,01%
Luiz Viana	10.2.1	Concreto fck = 25 MPa, traço 1:2,3:2,7 em massa seca	570,65	599,10	+ 4,99%
Luiz Viana	10.3.1.1	Concreto fck = 25 MPa, traço 1:2,3:2,7 em massa seca	570,65	599,10	+ 4,99%
Luiz Viana	10.3.2.1	Concreto fck = 25 MPa, traço 1:2,3:2,7 em massa seca	570,65	599,10	+ 4,99%
Terreirinho	2.9.10	Composição paramétrica (cópia SINAPI 104476)	261,55	271,98	+ 3,99%

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Serviços e Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Obra	Item	Descrição do Serviço	Preço Unit. Edital (R$)	Preço Unit. Proposta DF (R$)	Variação a Maior (%)
Caatinguinha	2.9.11	Composição paramétrica (cópia SINAPI 104476)	261,55	271,91	+ 3,96%
Caatinguinha	3.5.9	Composição paramétrica (cópia SINAPI 104476)	261,55	271,91	+ 3,96%
Terreirinho	3.2.1	Demolição mecanizada de piso cimentado	9,71	9,95	+ 2,47%
Caatinguinha	3.2.1	Demolição mecanizada de piso cimentado	9,71	9,94	+ 2,37%
Terreirinho	3.5.6	Ponto de tomada 3P para ar-condicionado até 3000 VA	304,87	309,35	+ 1,47%
Caatinguinha	3.5.6	Ponto de tomada 3P para ar-condicionado até 3000 VA	304,87	309,31	+ 1,46%
Terreirinho	2.8.3	Ponto de água fria embutido com PVC rígido	135,98	137,04	+ 0,78%
Caatinguinha	2.8.3	Ponto de água fria embutido com PVC rígido	135,98	137,00	+ 0,75%
Luiz Viana	7.2	Instalação de vidro temperado e = 8 mm	432,00	433,77	+ 0,41%
Terreirinho	2.8.2	Ponto de esgoto com tubo PVC rígido soldável	109,06	109,44	+ 0,35%
Caatinguinha	2.8.2	Ponto de esgoto com tubo PVC rígido soldável	109,06	109,42	+ 0,33%
Terreirinho	2.7.2	Pintura acabamento com lixamento (02 demãos)	25,44	25,46	+ 0,08%
Terreirinho	3.6.2	Pintura acabamento com lixamento (02 demãos)	25,44	25,46	+ 0,08%
Caatinguinha	2.7.2	Pintura acabamento com lixamento (02 demãos)	25,44	25,45	+ 0,04%
Caatinguinha	3.6.2	Pintura acabamento com lixamento (02 demãos)	25,44	25,45	+ 0,04%

Cumpre-nos advertir que a aceitação de preços unitários com sobrepreço abre espaço direto para a nefasta prática do **'jogo de planilha'**, repudiada de forma uníssona pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.588/2005 – Plenário, Acórdão nº 1.874/2007 – Plenário, Acórdão nº 1.380/2010 – Plenário e Acórdão nº 2.977/2012 – Plenário). Em sede de execução contratual sob o regime de empreitada por preço unitário, eventuais aditivos quantitativos sobre itens com sobrepreço desequilibram a equação econômico-financeira contra a Administração, acarretando prejuízos vultosos ao erário.

Não há margem para discricionariedade: a existência de sobrepreço unitário em regime de empreitada por preço unitário impõe a **desclassificação sumária da proposta**, sob pena de violação do princípio da legalidade estrita e da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

3.1.2. Da Adulteração de Especificações Técnicas e Substituição de Insumos por Itens Inferiores

O Edital prescreve taxativamente:

> **Item 6.2:** *"O licitante deverá encaminhar a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos [...]"*
> **Item 6.8:** *"A proposta deverá conter a indicação detalhada das características dos serviços/materiais cotados, atendendo a todas as especificações técnicas contidas no Termo de Referência."*

Art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021:

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

"Serão desclassificadas as propostas que: [...] II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;"

A licitante DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., ao formatar sua proposta realinhada, **substituiu unilateralmente composições e especificações do Edital**, trocando materiais nobres e métodos executivos normatizados por insumos manifestamente inferiores ou itens sem instalação, gerando enriquecimento ilícito às custas da durabilidade da obra escolar.

Constatou-se a adulteração em **09 (nove) itens fundamentais**:

Nº	Obra	Item	Especificação Exigida no Edital	Especificação Cotada na Proposta da DF	Vício Técnico / Ilegalidade
1	Terreirinho	2.8.9	**Lavatório de louça** (SINAPI 86904)	**Lavatório de plástico** (Composição Própria 136)	Rebaixamento qualitativo gravíssimo. Substituição de louça sanitária vitrificada de uso público por plástico frágil.
2	Barroca do Faleiro	13.2	**Bloco de concreto** 14x19x39 cm (ORSE 9382)	**Bloco cerâmico** 9x19x19 cm (SINAPI 103329)	Alteração do sistema construtivo e dimensional de vedação, comprometendo o desempenho estrutural e acústico.
3	Barroca do Faleiro	13.3	**Canaleta de concreto** 14x19x39 cm, concreto armado (ORSE 8175)	**Canaleta cerâmica** 9x19x19 cm (Composição Própria 0122)	Incompatibilidade estrutural e dimensional com o projeto executivo.
4	Terreirinho	3.4.4	**Calha com desenvolvimento de 50 cm** (SINAPI 94228)	**Calha com desenvolvimento de 33 cm** (SINAPI 94227)	Subdimensionamento da seção de escoamento pluvial em 34%, propiciando transbordamento e infiltrações na cobertura escolar.
5	Terreirinho	4.7	**Fornecimento e instalação de tela** 15x15 cm (ORSE 10012)	**Apenas o insumo tela Q-138, sem instalação** (SINAPI 7155)	Cotação mutilada: suprimiu o custo de mão de obra de corte, dobra, posicionamento e amarração da armadura.
6	Terreirinho	4.11	**Reaterro manual com placa vibratória** (SINAPI 104737)	**Reaterro sem compactação** (Composição Própria 118)	Supressão de adensamento mecânico, resultando em recalques diferenciais futuros no contrapiso e pavimentação.
7	Luiz Viana	9.5	**Tomada dupla 10A**, unidade "pt" (Composição Própria 0144)	**Tomada de uso específico 20A**, unidade "UN" (Composição Própria 151)	Divergência de especificação elétrica e adulteração da unidade de medida do projeto (ponto elétrico completo vs. peça solta).
8	Terreirinho	4.3	**Concreto fck 15 MPa preparo manual** (SINAPI 94975)	**Concreto armado com fôrmas** (ORSE 6457)	Cotação destoante do modelo de encargos e apropriação do projeto de fundações.
9	Barroca do Faleiro	6.1	**Esmalte sintético em metal** (Composição Própria 97)	**Tinta alquídica + fundo galvanizado** (Composição Própria 0098)	Alteração de insumos de acabamento e composição sem respaldo nas notas de especificação técnica da fiscalização.

Sob a ótica da engenharia, cotar lavatório plástico em vez de lavatório de louça em uma escola pública, calha subdimensionada de 33 cm em vez de 50 cm, ou suprimir a compactação mecânica de aterros e a mão de obra de montagem de armaduras representa burla descarada ao Caderno de Especificações Técnicas. Trata-se de **vício insanável**, cuja consequência jurídica inafastável é a desclassificação da proposta com base no art. 59, II, da Lei nº 14.133/2021.

3.1.3. Da Alteração Arbitrária de Quantitativos do Edital

O Item 6.2.1 do Edital determina que os quantitativos fornecidos na planilha referencial são fixos e expressam a totalidade do projeto executivo. Não cabe ao licitante majorar ou

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Serviços e Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4E72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Serviços e Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4E72-2F52-0BFF.

diminuir quantidades para compensar desvios de preços.

Na Escola Municipal Dr. Luiz Viana Filho:

- **Item 6.1 – Cobertura (Tesoura de madeira vão de 7,0 m):**
  - **Quantidade fixada no Edital e Memorial Descritivo: 3,00 unidades**
  - **Quantidade inserida na Proposta da DF: 4,00 unidades**

Ao cotar 4 unidades onde o projeto especifica 3, a licitante inflou indevidamente o custo total daquela etapa para auferir medições futuras sem contraprestação física, desvirtuando a planilha orçamentária. Tal conduta afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

3.2. DA NULIDADE DA ACEITAÇÃO DA PROPOSTA: AUSÊNCIA DE PARECER TÉCNICO DE ENGENHARIA (ART. 8º, § 1º, E ART. 59 DA LEI Nº 14.133/2021)

A condução do certame pelo agente público subordinar-se-á aos limites das suas atribuições e à colaboração técnica das áreas demandantes, nos termos do art. 8º, § 1º, e do art. 7º, § 1º (princípio da segregação de funções), da Lei nº 14.133/2021, cabendo-lhe atuar auxiliado pela equipe de apoio e pelos setores técnicos especializados.

O Tribunal de Contas da União consolidou entendimento de que matérias eminentemente técnicas, afetas à engenharia de custos, orçamento e análise de conformidade de planilhas orçamentárias complexas, desbordam da competência operacional isolada do condutor do certame, sendo indispensável a instrução e motivação técnica expressa pela área competente do órgão:

> *'A decisão do pregoeiro que avalia a conformidade técnica de propostas complexas deve ser respaldada por parecer técnico conclusivo da unidade demandante, sob pena de nulidade do ato de julgamento por ausência de motivação idônea e afronta ao princípio da eficiência e da segurança jurídica.' (Nesse sentido: TCU, Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman; Acórdão nº 2.146/2022 – Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz; e Acórdão nº 1.545/2018 – Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler).*

No caso concreto, o Agente de Contratação aceitou a proposta em menos de 1h35min sem qualquer parecer subscrito por engenheiro civil habilitado da Secretaria Municipal de Infraestrutura, incorrendo em vício de motivação e forma (art. 50 da Lei nº 9.784/1999 c/c art. 5º da Lei nº 14.133/2021).

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

O objeto licitado não é fornecimento comum de prateleira, mas **obra de engenharia civil de alta complexidade** distribuída em quatro frentes de trabalho distintas.

O histórico da Ata da Sessão Pública de 29/09/2026 expõe a seguinte cronologia:

- **14h53min:** Abertura para conferência da proposta realinhada da licitante DF;
- **16h28min:** O Pregoeiro registra sumariamente: *"após análise dos documentos, bem como da proposta realinhada ao último lance, informo que não houve apontamentos a fazer. Dessa forma, declaro a empresa DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA habilitada e classificada"*.

Em apenas **1 hora e 35 minutos**, o Agente de Contratação / Pregoeiro analisou de forma isolada dezenas de páginas de planilhas orçamentárias, BDI, cronogramas físico-financeiros e encargos sociais. **Não há nos autos qualquer despacho, nota técnica ou parecer conclusivo subscrito por Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou pelos autores dos projetos (Eng. Valberto Pereira ou Arq. Fernanda Cavalache).**

O art. 8º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 estabelece regra cogente:

> ***"Art. 8º [...]***
>
> *§ 1º O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe"*

A obrigatoriedade de suporte técnico decorre da conjugação do **art. 8º, § 1º** ("O agente de contratação será auxiliado por equipe de apoio e responderá individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da equipe"), do princípio da **segregação de funções** (art. 5º e art. 7º, § 1º), do **dever de motivação dos atos administrativos** (art. 50 da Lei nº 9.784/1999) e da jurisprudência pacífica do TCU, que exige que decisões sobre aspectos puramente técnicos de engenharia estejam respaldadas por parecer técnico fundamentado.

Acórdão nº 1.545/2018 – Plenário (Rel. Min. Benjamin Zymler): Ato nulo por ausência de fundamentação e motivação técnica idônea na desclassificação/aceitação de propostas.

Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário (Rel. Min. Augusto Sherman) e **Acórdão nº 2.146/2022 – Plenário** (Rel. Min. Aroldo Cedraz): Deliberam sobre os limites de responsabilidade do pregoeiro e a indispensabilidade de atuação e suporte das áreas técnicas demandantes quando o julgamento envolver complexidade que fuja ao seu mister operacional.

3.3. DA INABILITAÇÃO TÉCNICA DA EMPRESA DF: NÃO COMPROVAÇÃO DE PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA (ITENS 8.40 E 8.41 DO TR)

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

O Edital adotou o modelo com inversão de fases (habilitação prévia aos lances). A comprovação de capacidade técnico-operacional e técnico-profissional impõe o atendimento estrito das parcelas de maior relevância técnica fixadas no Termo de Referência:

Termo de Referência, Itens 8.40 e 8.41: Exigência de comprovação de execução de serviços compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto, destacando-se como **Parcela 1 de Maior Relevância**:

"Concreto armado fck = 30 MPa, usinado e bombeado, inclusive fôrmas" – Quantidade mínima exigida: **24,67 m³.**

Compulsando as certidões de acervo técnico (CAT) e atestados apresentados pela empresa DF (fls. 49 a 237 dos autos), constata-se:

1. **CAT nº 24703/2026:** refere-se a concreto fck 30 MPa com transporte via **jerica** em obra inacabada/em andamento (32,87 m³), sem bombeamento;
2. Outros atestados apresentados referem-se a concreto fck 25 MPa preparado no canteiro em **betoneira**, ou radier medido em metros quadrados m², desprovidos de especificação de fôrmas verticais e lançamento mecanizado por bomba de concreto.

A licitante **NÃO comprovou a execução de concreto estrutural usinado e bombeado com fôrmas no volume mínimo estipulado.**

Vale destacar que, na mesma sessão, o Pregoeiro inabilitou com rigor a licitante EBA SERVIÇOS pelo não atendimento integral de item de relevância técnica do Item 8.40 (cerca/gradil Nylofor). O princípio da isonomia e da impessoalidade (art. 5º da Lei nº 14.133/2021) impõe idêntico tratamento e o reconhecimento da **INABILITAÇÃO TÉCNICA** da licitante DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.

3.4. DO POSSÍVEL DESENQUADRAMENTO (ME/EPP): VIOLAÇÃO AOS art. 3º, caput, incisos I e II, e §§ 9º e 9º-A DA LC Nº 123/2006 E 4º, § 2º, DA LEI Nº 14.133/2021

A decisão do Ilustre Pregoeiro lançada na Ata da Sessão merece transcrição:

> *"Ressalta-se que, embora a consulta ao Cartão CNPJ e a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ainda indiquem formalmente o porte de Microempresa (ME), a verificação do Balanço Patrimonial do exercício de 2025*

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

demonstra movimentação/faturamento superior ao limite de R$ 360.000,00. A própria 'Declaração de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte' apresentada pela licitante fundamenta-se expressamente no atendimento aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. Como as EPPs estão abrangidas pelo mesmo dispositivo legal e fazem jus exatamente aos mesmos direitos e ao tratamento favorecido dispensado às MEs, inclusive quanto ao direito ao empate ficto (arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006), a divergência pontual no enquadramento interno (ME x EPP) constitui mero erro formal relativo à subcategoria, não configurando falsidade declaratória nem ensejando desclassificação."

Tal fundamentação padece de possível equivoco e ignora solenemente a prova documental contábil pré-constituída nos autos, registrada na Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB):

A) A Realidade da Receita Bruta da Licitante DF

1. **Exercício de 2024** (Livro Diário nº 0005, fl. 0002, arquivado na JUCEB sob nº 25009867796 em 23/07/2025):
   - **Receita Operacional Bruta apurada: R$ 8.987.252,97** (oito milhões, novecentos e oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos);
   - **Teto legal de Microempresa (art. 3º, I, LC 123/2006 - R$ 360.000,00):** Extrapolado em **2.396,46%** (quase 25 vezes o limite);
   - **Teto legal de Empresa de Pequeno Porte (art. 3º, II, LC 123/2006 - R$ 4.800.000,00):** Extrapolado em **87,23%** (quase o dobro do limite máximo).
2. **Exercício de 2025** (Livro Diário nº 0006, fl. 0002, arquivado na JUCEB sob nº 26009973619 em 16/03/2026):
   - **Receita Operacional Bruta apurada: R$ 1.324.186,00**;
   - Extrapolação do limite de ME em **267,83%** (quase 4 vezes o teto de R$ 360 mil).

B) A Exclusão Legal Compulsória do Regime Favorecido da LC 123/2006

O art. 3º, §§ 9º e 9º-A, da Lei Complementar nº 123/2006 prevê de forma cogente:

Art. 3º [...]

§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo ***fica excluída, no ano-calendário seguinte, do regime diferenciado e favorecido*** *previsto por esta Lei Complementar [...]*

§ 9º-A. Na hipótese de a empresa de pequeno porte exceder o limite de receita bruta anual de que trata o inciso II do caput deste artigo ***em mais de 20% (vinte***

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ 07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP 48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

por cento), *a exclusão de que trata o § 9º deste artigo* ***produzirá efeitos a partir do mês subsequente ao da ocorrência do excesso*** *[...].*

Em 2024, ao faturar quase R$ 9 milhões, a licitante ultrapassou o teto de EPP acrescido de 20% (R$ 4.800.000,00 + 20% = R$ 5.760.000,00) por margem exorbitante. A sua exclusão deu-se compulsoriamente no mês subsequente de 2024, estendendo-se obrigatoriamente a 2025 e 2026.

A sociedade empresária que rompe o teto da LC 123/2006 passa à condição de empresa de médio/grande porte. O ordenamento jurídico pátrio **não admite o "reenquadramento tácito" por oscilação de receita**. A manutenção indevida do cadastro formal na Junta Comercial ou na Receita Federal não altera a realidade substancial dos fatos.

3.5. DA INABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA: CERTIDÃO DO CONTADOR VENCIDA (RESOLUÇÃO CFC Nº 1.637/2021 E ART. 69 DA LEI Nº 14.133/2021)

O Item 8.24 do Termo de Referência vincula expressamente a validade dos demonstrativos contábeis à comprovação de regularidade ativa do profissional responsável pela escrituração contábil.

Conforme estabelece a Resolução CFC nº 1.637/2021 (que disciplina a emissão de Certidão de Habilitação Profissional) e a Resolução CFC nº 1.707/2023, os documentos produzidos carecem de presunção de legitimidade e regularidade quando subscritos por profissional cuja certidão perante o órgão de classe encontrava-se vencida à época da elaboração ou do julgamento documental previsto no instrumento convocatório.

Em respeito ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), a juntada de certidões com prazo de validade expirado compromete a higidez da habilitação econômico-financeira, impondo a inabilitação da recorrida ou, no mínimo, rigorosa averiguação formal.

A qualificação econômico-financeira exige a apresentação de demonstrações contábeis chanceladas por profissional devidamente habilitado perante o Conselho Regional de Contabilidade (art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021 e Item 8.24 do TR).

Nos termos das Resoluções CFC nº 1.637/2021 e nº 1.707/2023, a validade e a eficácia de demonstrações contábeis perante terceiros dependem da comprovação de regularidade profissional ativa à época do ato e do certame.

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

Analisando a documentação da arrematante DF:

- **Certidão do Contador anexada ao Balanço de 2024:** emitida em 22/07/2025, com **validade expressa até 20/10/2025** (vencida há 11 meses);
- **Certidão anexada ao Balanço de 2025:** emitida em 16/03/2026, com **validade expressa até 14/06/2026** (vencida há mais de 3 meses);
- **Certidão apresentada em anexo esparso:** emitida em 27/06/2026, com **validade expressa até 25/09/2026.**

No dia **29 de setembro de 2026**, data em que o Pregoeiro analisou a documentação e declarou a habilitação da licitante DF, **todas as certidões de habilitação do profissional contábil estavam terminantemente VENCIDAS.**

Por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, balanços acompanhados de certidões profissionais vencidas carecem de eficácia probatória em licitação pública, ensejando a **INABILITAÇÃO** da participante.

3.6. DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO: DIREITO SUBJETIVO AO DESEMPATE FICTO (ARTS. 44 E 45 DA LC Nº 123/2006 C/C ART. 60 DA LEI Nº 14.133/2021)

Caso a autoridade julgadora entenda, apenas para argumentar, em não desclassificar a licitante DF de plano, resta compulsório o seu desenquadramento da condição de ME/EPP, devendo figurar como empresa de médio/grande porte.

Por outro lado, a Recorrente, **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA.**, é comprovadamente qualificada como EPP, ostentando certidões fiscais e contábeis plenamente hígidas.

O lance final da arrematante DF foi de R$ 1.329.213,38, e o da Recorrente foi de R$ 1.343.805,22. A diferença apurada é de **R$ 14.591,84**, correspondente a apenas **1,09%.**

Conforme preceituam os arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, c/c o art. 60 da Lei nº 14.133/2021:

As propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem no intervalo de até **10% (dez por cento)** em relação à melhor oferta de empresa não enquadrada serão consideradas empatadas, assistindo-lhes o direito de apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame.

Portanto, estando a Recorrente dentro da faixa legal de empate ficto (1,09%), assiste-

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

lhe o **direito subjetivo e inafastável** de cobrir a oferta da licitante DF e adjudicar o objeto licitado.

4. DOS PEDIDOS E REQUERIMENTOS FINAIS

Ante todo o exposto, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, na Lei Complementar nº 123/2006, no Edital da Concorrência nº 007/2026 e na jurisprudência vinculante do Tribunal de Contas da União, a Recorrente requer:

1. **O CONHECIMENTO** do presente Recurso Administrativo, por preencher todos os pressupostos de admissibilidade, legitimidade, cabimento e tempestividade, atribuindo-se-lhe o efeito suspensivo legal (art. 168 da Lei nº 14.133/2021);

2. **O EXERCÍCIO DO JUÍZO DE RETRATAÇÃO** pelo Ilustre Agente de Contratação / Pregoeiro, nos termos do art. 165 da Lei nº 14.133/2021, para reformar integralmente a decisão recorrida;

3. No mérito, caso não haja retratação, **O PROVIMENTO INTEGRAL** do recurso pela autoridade superior competente (Prefeito Municipal / Secretária Municipal de Educação), para o fim de:

   a) Declarar a **DESCLASSIFICAÇÃO** da proposta de preços realinhada apresentada pela licitante **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.**, em razão de:

   - Apresentação de 48 itens de planilha com sobrepreço unitário (preços superiores ao orçamento referencial máximo do Edital), em violação aos Itens 6.10 e 7.22.1 "a" do Edital, ao art. 59, III e § 3º da Lei nº 14.133/2021 e à Súmula TCU nº 259;
   - Adulteração indevida de especificações técnicas e substituição de insumos nobres por inferiores em 09 itens essenciais, violando os Itens 6.2 e 6.8 do Edital, o Item 5.3 do TR e o art. 59, II da Lei nº 14.133/2021;
   - Alteração arbitrária de quantitativo no Item 6.1 de cobertura da E.M. Dr. Luiz Viana Filho (majorado de 3 para 4 unidades), violando os Itens 6.2 e

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ:07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP:48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

6.2.1 do Edital;

- Nulidade da aceitação por ausência de parecer técnico conclusivo do setor de engenharia municipal (art. 8º, § 3º da Lei nº 14.133/2021);

b) Declarar a **INABILITAÇÃO TÉCNICA** da licitante **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.**, pelo não atendimento à comprovação da Parcela 1 de maior relevância técnica (concreto fck 30 MPa usinado e bombeado com fôrmas - 24,67 m²), consoante Itens 8.40 e 8.41 do TR;

c) Declarar a **INABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** da licitante **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.**, em virtude da juntada de Certidões de Regularidade Profissional do Contador expiradas no momento do julgamento (Resoluções CFC nº 1.637/2021 e 1.707/2023 c/c art. 69 da Lei nº 14.133/2021);

d) Declarar o compulsório **DESENQUADRAMENTO** da licitante da condição de ME/EPP, em decorrência do faturamento de R$ 8.987.252,97 auferido em 2024 e extrapolado em 2025, cassando-se quaisquer benefícios do **art. 3º, caput, incisos I e II, e §§ 9º e 9º-A** da LC nº 123/2006 (art. 3º, §§ 9º e 9º-A da LC 123/2006 c/c art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021 e Acórdãos TCU nº 1.370/2015, 1.028/2010 e 2.987/2018 – Plenário);

e) Declarar a empresa **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA.** como legítima **VENCEDORA** da Concorrência nº 007/2026, convocando-a para a celebração do contrato administrativo;

f) Subsidiariamente, caso não se dê a desclassificação imediata, seja assegurado à Recorrente o **DIREITO SUBJETIVO AO DESEMPATE FICTO** (arts. 44 e 45 da LC 123/2006 c/c art. 60 da Lei nº 14.133/2021), abrindo-se prazo no sistema para envio de lance de desempate frente à arrematante desenquadrada;

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Senhor do Bomfim/BA, Data da assinatura: conforme carimbo de tempo da assinatura digital.

CAMILO SIMÕES AMARAL OLIVEIRA
Representante Legal
CPF: 754.450.855-20 RG: 1466005416 SSP-BA

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

Este documento foi assinado digitalmente por Amaral Servicos E Obras Ltda.
Para verificar as assinaturas vá ao site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código 942A-4F72-2F52-0BFF.

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA – EPP
CNPJ 07.624.899/0001-62
ROD LOMANTO JUNIOR SN MEZANINO SALA 02 BR 407 SENHOR DO BONFIM – BA CEP 48.970-000
e-mail: construtoraamaral01@gmail.com

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: http://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/942A-4F72-2F52-0BFF ou vá até o site http://assinaturas.certisign.com.br e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 942A-4F72-2F52-0BFF

Hash do Documento

0E34A20DA0E5DA471B865005779578F18703F99443BCD3FC4F889562EA4BF90E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/10/2026 é(são) :

☑ Camilo Simoes Amaral Oliveira - 07.624.899/0001-62 em 01/10/2026 12:37 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AMARAL SERVICOS E OBRAS LTDA - 07.624.899/0001-62

Evidências

Geolocation: Latitude: -9.396159158304611 Longitude: -40.49714927007208 Accuracy: 117
IP: 172.16.4.11
AC: AC CONSULTI BRASIL RFB

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

EMPRESA: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 16.558.643/0001-95

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

ILUSTRÍSSIMO SENHOR AGENTE DE CONTRATAÇÃO / PREGOEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – ESTADO DA BAHIA.

ATT.: HENRIQUE JOSÉ DA C. MATTOS

Concorrência Eletrônica nº 007/2026
Processo Administrativo nº 0179/26
Objeto: contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e reforma de 04 (quatro) unidades escolares na zona rural e urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA.
Recorrente: AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. (CNPJ nº 07.624.899/0001-62)
Recorrida: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 16.558.643/0001-95)

D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 16.558.643/0001-95, com sede em Praça Artur de Oliveira Regis, sn, neste ato representada por João Pedro Silvestre do Nascimento, residente à Rua Osvaldo Cruz, nº 97, Centro, na cidade de Campo Formoso, CPF 059.898.355-40, classificada em 1º lugar e declarada habilitada no certame em epígrafe, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e no item 13 do Edital, apresentar

CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

interposto por **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA**. contra a decisão proferida na sessão pública de 29 de setembro de 2026, que aceitou a proposta e declarou habilitada a ora Recorrida, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

I – DA TEMPESTIVIDADE E DO CABIMENTO

As presentes contrarrazões são tempestivas. O art. 165, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 assegura à parte recorrida o mesmo prazo do recurso, de 3 (três) dias úteis, contado da intimação pessoal ou da divulgação da interposição.

A Recorrida foi cientificada da interposição do recurso em 05/10/2026, de modo que o prazo se encerra em 08/10/2026. Protocolada nesta data, a peça é tempestiva e deve ser conhecida.

II – SÍNTESE DO RECURSO

A Recorrente, segunda colocada com lance de R$ 1.343.805,22, insurge-se contra a aceitação da proposta e a habilitação da Recorrida, que venceu a disputa com o menor preço, de R$ 1.329.213,38. O orçamento de referência é de R$ 1.510.742,24, o que significa que a proposta vencedora representa desconto de 12,02% para o Município.

Sustenta a Recorrente, em resumo, que:

1. a proposta realinhada conteria preços unitários acima do orçamento, especificações alteradas em nove itens e um quantitativo divergente;
2. a aceitação da proposta seria nula por falta de parecer técnico de engenharia;
3. a Recorrida não teria comprovado a parcela de maior relevância relativa ao concreto armado fck 30 MPa;
4. a Recorrida não poderia ser tratada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
5. as certidões de habilitação profissional do contador estariam vencidas;
6. subsidiariamente, teria direito ao desempate ficto dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

Nenhuma das alegações procede. O recurso busca afastar a proposta mais vantajosa por meio de comparações feitas sobre base documental superada, de leitura literal de exigências que o edital formula em termos de compatibilidade e de uma interpretação da Lei Complementar nº 123/2006 que o Tribunal de Contas da União já rejeitou.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

III – DO MÉRITO

III.1 – Da regularidade da proposta de preços e da improcedência das alegações sobre a planilha orçamentária

a) O recurso compara a proposta com planilha que não está mais em vigor

Não merece acolhimento a alegação quanto às supostas alterações verificadas nas planilhas da Recorrida. A análise desenvolvida no recurso parte de premissa documental inadequada: utiliza como parâmetro planilhas pertencentes à versão anterior do procedimento licitatório, disponibilizadas antes da suspensão do certame.

Após a suspensão da Concorrência Eletrônica nº 007/2026, o procedimento foi republicado, ocasião em que foram disponibilizados os documentos e as planilhas correspondentes à versão revisada da licitação. A própria Recorrente reconhece o fato, ao registrar no item 2 de suas razões que o edital foi "republicado após adiamento para correção de erro material".

O parâmetro para aferir a regularidade das propostas apresentadas depois da republicação é, portanto, a planilha oficial vigente, e não a planilha substituída. É a ela que se refere o item 7.22.1, "a", do Edital quando alude aos limites máximos "estabelecidos no Edital e seus Anexos".

Diferenças obtidas pelo confronto entre a proposta da Recorrida e a planilha anterior à suspensão não caracterizam alteração indevida da proposta, descumprimento do edital ou modificação irregular de quantitativos. A comparação toma como referência documento que já não integrava o instrumento convocatório quando o procedimento foi retomado. O mesmo vício de origem contamina as três tabelas do recurso: a de preços unitários, a de especificações e a de quantitativos.

b) As próprias tabelas do recurso revelam a inconsistência da comparação

O exame das tabelas apresentadas confirma que a Recorrente não cotejou a proposta com a base correta:

- O texto afirma existirem 48 itens com sobrepreço, mas a tabela relaciona 47.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

- Em 9 dos 47 itens a variação apontada é inferior a 1%. Em quatro deles a diferença é de um ou dois centavos (pintura de acabamento: R$ 25,44 contra R$ 25,45 e R$ 25,46). Diferenças dessa ordem não traduzem estratégia de preços. São próprias de arredondamento ou do confronto entre bases de referência distintas.
- Os dois maiores "sobrepreços" (Terreirinho, item 4.3, +248,36%; Barroca do Faleiro, item 6.1, +307,04%) referem-se a itens que a própria Recorrente, na tabela seguinte, afirma terem composições diferentes. No item 4.3, compara-se o preço de concreto de preparo manual (SINAPI 94975) com o de concreto armado com fôrmas (ORSE 6457). Preços de serviços distintos não são comparáveis, e a diferença entre eles não é sobrepreço.
- O item 13.2 de Barroca do Faleiro é descrito, na tabela de preços, como "alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados" e, na tabela de especificações, como serviço que exigiria bloco de concreto. A Recorrente descreve o mesmo item de duas formas.

Essas incongruências só se explicam pelo uso de planilha diversa da vigente.

c) O critério legal de sobrepreço em obras não autoriza a desclassificação pretendida

O art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, transcrito pela própria Recorrente, determina que, em obras e serviços de engenharia, o sobrepreço seja avaliado considerando "o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes". A norma não autoriza a desclassificação automática por variação isolada em item de planilha.

A proposta da Recorrida é R$ 181.528,86 inferior ao orçamento estimado. A Recorrente não indica quais dos itens listados seriam relevantes, nem demonstra impacto financeiro algum sobre o valor global. Limita-se a somar ocorrências, muitas delas de centavos.

O Tribunal de Contas da União tem entendimento firme nesse sentido:

> *"Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio,*

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

> *motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental." (TCU, Acórdão nº 906/2020 – Plenário)*

d) O alegado risco de "jogo de planilha" está neutralizado pela própria Lei nº 14.133/2021

Os acórdãos invocados pela Recorrente sobre jogo de planilha são de 2005 a 2012, anteriores à Lei nº 14.133/2021. A nova lei positivou o remédio para o problema:

> *"Art. 128. Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária."*

O desconto de 12,02% ofertado pela Recorrida é, por força de lei, piso que acompanhará toda a execução contratual. Eventuais serviços novos terão preço fixado pela relação geral entre a proposta e o orçamento-base (art. 127). Não há, assim, o risco de desequilíbrio que a Recorrente anuncia.

e) As alegações sobre especificações e quantitativos não resistem ao regime de execução

A Recorrida está vinculada ao projeto, ao memorial descritivo e às especificações do Termo de Referência, e assim executará a obra. Na empreitada por preço unitário, contrata-se "por preço certo de unidades determinadas" (art. 6º, XXVIII, da Lei nº 14.133/2021), e o pagamento depende de medição do serviço efetivamente executado e aceito pela fiscalização (art. 117).

É por isso juridicamente impossível a hipótese, aventada no recurso, de "medições futuras sem contraprestação física" no item das tesouras de madeira da E.M. Dr. Luiz Viana Filho. Só se mede e só se paga a unidade executada. Pelo mesmo motivo, material ou método em desacordo com a especificação não é aceito nem medido.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

f) Subsidiariamente: eventual divergência seria sanável por diligência

Ainda que, por hipótese, fosse identificada alguma divergência pontual entre a proposta e a planilha vigente, a consequência legal não seria a desclassificação da proposta de menor preço. O art. 59 da Lei nº 14.133/2021 reserva a desclassificação aos vícios insanáveis (incisos I e V), e o art. 12, III, estabelece que "o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidade do processo".

A jurisprudência do TCU impõe à Administração o dever de diligenciar antes de desclassificar:

> *"A mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto." (TCU, Acórdão nº 370/2020 – Plenário)*

No mesmo sentido orienta o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia:

> *"Os termos do edital não podem ser interpretados com rigor excessivo que acabe por prejudicar a própria finalidade da licitação, restringindo a concorrência." (TCM/BA, Processo TCM nº 30991e25, Denúncia, Rel. Cons. Paulo Rangel, Informativo de Jurisprudência de 10 a 15/11/2025)*

O item 6.10 do Edital, invocado no recurso, veda ao licitante pleitear alteração de preço. Não impede a Administração de sanear planilha sem modificação do valor global, que é exatamente o que a lei e o TCU determinam.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

III.2 – Da validade do ato de aceitação: inexistência de exigência legal de parecer técnico prévio

A Recorrente pede a nulidade da aceitação da proposta porque o ato não foi precedido de parecer subscrito por engenheiro da Secretaria Municipal de Infraestrutura. A lei não contém essa exigência.

a) A competência decisória é do agente de contratação

O art. 8º, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 atribui ao agente de contratação a competência "para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação". O § 1º, único dispositivo que a Recorrente transcreve, limita-se a prever que o agente "será auxiliado por equipe de apoio" e a disciplinar sua responsabilidade individual.

O § 3º do mesmo artigo, citado apenas nos pedidos, remete a regulamento a previsão da "possibilidade" de o agente contar com apoio de órgãos de assessoramento. Trata-se de faculdade, e não de condição de validade do julgamento. A Recorrente não aponta cláusula do edital nem norma municipal que condicione a aceitação de proposta a parecer de engenharia.

Tampouco o princípio da segregação de funções (art. 7º, § 1º) socorre a tese. A norma veda que o mesmo agente acumule funções suscetíveis a risco. Não cria etapa obrigatória de parecer técnico no julgamento.

b) A jurisprudência invocada não sustenta a tese

O trecho que a Recorrente apresenta entre aspas, como se fosse entendimento consolidado do TCU, não é atribuído a nenhum julgado específico. Vem seguido da expressão "nesse sentido" e de três números de acórdão, sem indicação de qual deles conteria a passagem. Cabe a quem alega demonstrar a origem da citação.

Um dos acórdãos listados, o de nº 2.443/2021 – Plenário, trata de assunto diverso. Segundo o manual de licitações e contratos do próprio TCU, o julgado firmou que a vedação à inclusão de novo documento não alcança aquele destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

pública, apresentado em diligência. O precedente não cuida de parecer técnico e, como se verá no item III.5, favorece a Recorrida.

c) O tempo de análise não é parâmetro de validade e o ato está motivado

A lei não fixa duração mínima para o exame de propostas. O intervalo de 1h35min referido no recurso corresponde à conferência da proposta realinhada ao último lance, e não à análise de toda a documentação do certame, que já se encontrava no sistema.

A ata registra que o agente de contratação procedeu à "análise dos documentos, bem como da proposta realinhada ao último lance" e que "não houve apontamentos a fazer". A motivação é sucinta, mas suficiente para um ato que afirma a conformidade da proposta com o edital. Atos de aceitação não exigem refutação antecipada de objeções que ninguém havia formulado.

d) Não há nulidade sem prejuízo

A Recorrente teve acesso integral à proposta e aos documentos, exerceu o direito de recorrer e discutiu o mérito técnico item a item. Não sofreu prejuízo algum decorrente da forma do ato.

Se a Administração considerar conveniente, nada impede que a área técnica de engenharia se manifeste na instrução deste recurso, antes da decisão da autoridade competente. A providência, à qual a Recorrida não se opõe, esvazia por completo a alegação de nulidade e confirmará a regularidade da proposta.

III.3 – Da regular comprovação da capacidade técnica relativa aos serviços de concreto armado

Não prospera a alegação de que a Recorrida deveria ser inabilitada por suposta ausência de comprovação da parcela de maior relevância relativa aos serviços de concreto armado.

a) O edital exige compatibilidade, e não identidade

Conforme o item 8.40 do Termo de Referência, a capacidade técnico-operacional é comprovada por atestado(s) que demonstrem a execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto da licitação, admitido expressamente o somatório

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

de atestados. Entre as parcelas de maior relevância está o serviço de concreto armado fck = 30,0 MPa, usinado, bombeado, adensado e lançado, com formas planas em compensado resinado, com quantitativo mínimo de 24,67 m³.

O instrumento convocatório não estabelece que os atestados devam reproduzir, de forma literal e integral, a nomenclatura da composição orçamentária. Ao contrário, o próprio Termo de Referência adota como parâmetro a comprovação de serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade.

A interpretação é reforçada pelo item 8.41, relativo à qualificação técnico-profissional, que exige experiência em obra ou serviço de "características semelhantes", e pelo subitem 8.41.1, que se refere a serviços com características técnicas "similares ao objeto da contratação".

b) A lei e o TCU vedam a exigência de serviço idêntico

O edital não poderia dispor de outro modo. O art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021 limita a qualificação técnico-operacional a certidões ou atestados "que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". O parâmetro legal é a similaridade.

A jurisprudência do TCU é expressa:

> *"Nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido pela contratante." (TCU, Acórdão nº 298/2024 – Plenário)*

No mesmo sentido, a Súmula TCU nº 263 admite a exigência de quantitativos mínimos "em obras ou serviços com características semelhantes", devendo a exigência "guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado". Quanto ao somatório, o TCU considera que sua vedação, sem justificativa técnica, "contraria os princípios da motivação e da competitividade" (Acórdão nº 2.291/2021 – Plenário).

c) A documentação da Recorrida atende à exigência

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

A documentação técnica deve ser apreciada em seu conjunto, considerando a natureza dos serviços executados, sua complexidade, os quantitativos comprovados e a experiência efetivamente demonstrada na execução de estruturas de concreto armado.

No caso da CAT nº 24703/2026, a própria Recorrente reconhece a existência de serviço de concreto com fck = 30 MPa, no quantitativo de 32,87 m³. O volume é superior ao mínimo de 24,67 m³ fixado no instrumento convocatório. A controvérsia concentra-se no fato de constar transporte e lançamento por jerica, e não por bombeamento.

Não se está, portanto, diante de ausência de comprovação de execução de concreto nem de insuficiência de quantitativo. Há comprovação de experiência em serviços estruturais de concreto, inclusive com resistência característica de 30 MPa em quantidade superior à mínima, além de experiência na execução de elementos estruturais, formas e armaduras.

O meio de transporte e lançamento do concreto é circunstância logística do canteiro. Não altera a resistência do material, o dimensionamento da estrutura nem a complexidade tecnológica do serviço. Quem executa estrutura em concreto de 30 MPa demonstra aptidão para executá-la qualquer que seja o equipamento de lançamento. Exigir coincidência também nesse ponto é exigir serviço idêntico, o que a lei e o TCU repelem.

A observação de que a obra atestada estaria em andamento é irrelevante. A certidão de acervo técnico registra serviços efetivamente executados, e é esse quantitativo executado, de 32,87 m³, que a Recorrente admite constar do documento.

d) Não há quebra de isonomia em relação à licitante EBA Serviços

Isonomia é tratar igualmente situações iguais. Segundo o próprio recurso, a licitante EBA Serviços foi inabilitada por não atender a item de relevância técnica (cerca/gradil). A Recorrida, diferentemente, comprovou a parcela de concreto em volume superior ao mínimo. Situações distintas receberam, corretamente, soluções distintas.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

III.4 – Do regular enquadramento da Recorrida como empresa de pequeno porte

A Recorrida é empresa de pequeno porte no exercício de 2026, porque o porte é definido pela receita bruta do ano-calendário anterior à licitação, e a receita de 2025 está dentro dos limites legais.

a) O porte é aferido pela receita bruta do ano-calendário anterior

O art. 3º, II, da Lei Complementar nº 123/2006 considera empresa de pequeno porte aquela que "aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e igual ou inferior a R$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)".

O Tribunal de Contas da União fixou qual é o período de apuração a considerar em licitações:

> *"Para fim de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte de acordo com os parâmetros de receita bruta definidos pelo art. 3º da LC 123/2006, considera-se o período de apuração das receitas auferidas pela empresa como sendo de janeiro a dezembro do ano-calendário anterior à licitação, e não os doze meses anteriores ao certame." (TCU, Acórdão nº 250/2021 – Plenário, Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira)*

A licitação ocorreu em 2026. O ano-calendário de referência é, portanto, 2025.

b) A receita bruta de 2025 enquadra a Recorrida como EPP

No exercício de 2025, a Recorrida auferiu receita bruta no importe de R$ 1.252.186,00, conforme balanço patrimonial já juntado ao processo. O valor é superior a R$ 360.000,00 e inferior a R$ 4.800.000,00. Corresponde exatamente à faixa do art. 3º, II.

A conclusão não se altera nem mesmo pelo número que a Recorrente atribui ao exercício de 2025 (R$ 1.324.186,00), igualmente situado na faixa de empresa de pequeno porte. O enquadramento da Recorrida como EPP em 2026 é, assim, incontroverso sob qualquer dos valores.

c) A receita de 2024 não projeta efeitos sobre a licitação de 2026

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

Toda a tese da Recorrente se apoia na receita de 2024 e na afirmação de que a exclusão do regime se estenderia "obrigatoriamente a 2025 e 2026". A lei não diz isso.

Convém registrar que a transcrição dos §§ 9º e 9º-A do art. 3º feita no recurso não corresponde à redação vigente. O texto em vigor é o seguinte:

> *"§ 9º A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual previsto no inciso II do caput deste artigo fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§ 9º-A, 10 e 12."*
>
> *"§ 9º-A. Os efeitos da exclusão prevista no § 9º dar-se-ão no ano-calendário subsequente se o excesso verificado em relação à receita bruta não for superior a 20% (vinte por cento) do limite referido no inciso II do caput."*

Os dispositivos disciplinam o momento a partir do qual a exclusão produz efeitos. Não instituíram exclusão perpétua, nem vedaram que a empresa volte a se enquadrar quando sua receita anual retornar aos limites legais. O critério da lei é anual ("em cada ano-calendário"), e a própria Lei Complementar trata o porte como condição que se altera de um ano-calendário para o seguinte (art. 3º, §§ 7º e 8º).

O excesso de 2024 repercutiu sobre o tratamento da empresa até o encerramento de 2025. Apurada, em 2025, receita dentro da faixa legal, a Recorrida detém em 2026 a condição de empresa de pequeno porte. Sustentar o contrário equivale a criar sanção sem previsão legal e a contrariar frontalmente o Acórdão nº 250/2021 – Plenário do TCU.

d) O argumento do "reenquadramento tácito" volta-se contra a Recorrente

A Recorrente afirma que o registro formal na Junta Comercial ou na Receita Federal "não altera a realidade substancial dos fatos". A premissa é correta e conduz à conclusão oposta à pretendida. O enquadramento decorre da lei e da receita efetivamente auferida, e o registro cadastral tem natureza declaratória.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

A realidade substancial, demonstrada pelo balanço de 2025, é a de empresa de pequeno porte.

Pela mesma razão está correta a decisão do agente de contratação ao tratar como erro formal a indicação de "ME" no cartão CNPJ e na certidão simplificada. Microempresas e empresas de pequeno porte estão abrangidas pelo mesmo art. 3º e recebem idêntico tratamento nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006. A divergência de subcategoria não conferiu à Recorrida vantagem alguma que ela não tivesse como EPP.

e) O art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 não se aplica ao caso

O dispositivo limita os benefícios às empresas que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima de EPP. Refere-se a contratos firmados em 2026, e não à receita de 2024. A Recorrente não alega, e muito menos comprova, que a Recorrida tenha ultrapassado esse limite no ano corrente.

f) A Recorrida venceu pelo menor preço, sem uso de benefício

A classificação da Recorrida em primeiro lugar resultou exclusivamente do menor preço ofertado na fase de lances. Não houve exercício de direito de preferência, empate ficto ou qualquer outro benefício da Lei Complementar nº 123/2006. Não se cogita, portanto, de declaração destinada a obter vantagem indevida na disputa.

III.5 – Da regularidade da qualificação econômico-financeira: as certidões do contador

A Recorrente pede a inabilitação econômico-financeira da Recorrida porque as certidões de habilitação profissional do contador estariam vencidas em 29/09/2026. A alegação não autoriza a inabilitação.

a) A certidão do contador não integra o rol legal de documentos de habilitação

O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a habilitação econômico-financeira "será restrita à apresentação da seguinte documentação": balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis dos dois últimos

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

exercícios (inciso I) e certidão negativa de feitos sobre falência (inciso II). O rol é taxativo, como reconhece o próprio TCU em seu manual de licitações e contratos.

A certidão de regularidade do profissional contábil não consta da lista. Tem natureza acessória: serve apenas para demonstrar que as demonstrações foram elaboradas por profissional habilitado. A Recorrente não questiona o conteúdo dos balanços, os índices contábeis nem a certidão de falência. Os documentos que a lei efetivamente exige estão nos autos e são regulares.

O Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia já censurou exigência de regularidade perante conselho profissional que extrapolava o texto legal. Ao examinar edital que exigia quitação junto a conselho de classe, assentou que "a exigência, como requisito de habilitação, da comprovação da quitação no Conselho de classe [...] foge à redação do artigo 67, inciso V da Lei nº 14.133/2021" (TCM/BA, Processo TCM nº 30785e25, Denúncia, Rel. Cons. Paulo Rangel, Informativo de Jurisprudência de 10 a 15/11/2025). O mesmo raciocínio vale para o art. 69.

b) As certidões estavam válidas na data dos atos que acompanham

O que importa é que o contador estivesse habilitado quando subscreveu as demonstrações. Os dados fornecidos pela própria Recorrente comprovam que estava:

Demonstração	Arquivamento na JUCEB	Emissão da certidão	Validade da certidão
Balanço de 2024	23/07/2025	22/07/2025	20/10/2025
Balanço de 2025	16/03/2026	16/03/2026	14/06/2026

Cada certidão foi emitida na época do respectivo balanço e estava válida na data do arquivamento. A Recorrente reconhece que o critério relevante é a regularidade "à época da elaboração". Como a certidão tem validade de noventa dias e o balanço é anual, exigir que a certidão original permaneça válida até a licitação seria impor condição impossível.

c) A terceira certidão estava válida na apresentação dos documentos, e a lei autoriza sua atualização

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

A terceira certidão, emitida em 27/06/2026 e válida até 25/09/2026, demonstra a regularidade atual do profissional. Estava válida quando os documentos de habilitação foram inseridos no sistema.

Para a hipótese de documento cuja validade expira no curso do certame, a Lei nº 14.133/2021 tem solução expressa. O art. 64, II, autoriza, em sede de diligência, a "atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas". A consequência legal é a diligência, e não a inabilitação.

O TCU consolidou esse entendimento:

> *"A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Lei 14.133/2021 (nova Lei de Licitações), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro." (TCU, Acórdão nº 1.211/2021 – Plenário)*

No mesmo sentido é o Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário, citado pela própria Recorrente, segundo o qual a vedação não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em diligência.

A habilitação do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade é condição preexistente e contínua, verificável a qualquer tempo por consulta pública.

III.6 – Da inexistência de empate ficto

O pedido subsidiário depende inteiramente da tese de desenquadramento, já refutada no item III.4. Sendo a Recorrida empresa de pequeno porte, não há empate ficto a declarar.

O art. 44, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006 considera empatadas as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada. O art. 45, § 2º, delimita o alcance do benefício:

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

> *"§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte."*

A melhor oferta foi apresentada pela Recorrida, que é empresa de pequeno porte. A preferência legal existe para proteger pequenas empresas na disputa com empresas de maior porte. Não serve para que uma EPP, segunda colocada, desloque outra EPP que ofertou preço menor.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, a Recorrida requer:

1. o conhecimento das presentes contrarrazões, por tempestivas;
2. o **não provimento integral** do recurso interposto por AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA., com a manutenção da decisão proferida na sessão de 29/09/2026, que aceitou a proposta e declarou habilitada a D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.;
3. o reconhecimento de que a Recorrida se enquadra como empresa de pequeno porte no exercício de 2026, com a consequente rejeição do pedido de desenquadramento e do pedido subsidiário de empate ficto (art. 45, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006);
4. subsidiariamente, caso se entenda necessário algum esclarecimento ou ajuste, a realização de diligência para saneamento, sem alteração do valor global da proposta, nos termos dos arts. 12, III, 59 e 64 da Lei nº 14.133/2021 e dos Acórdãos TCU nº 370/2020 e nº 1.211/2021, ambos do Plenário, antes de qualquer decisão de desclassificação ou inabilitação;
5. na hipótese de não haver reconsideração, a remessa à autoridade superior com estas contrarrazões, para que negue provimento ao recurso (art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021);
6. o prosseguimento do certame, com a adjudicação do objeto à Recorrida e a homologação da licitação.

Nestes termos,

Pede deferimento.

JD CONSTRUTORA

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: **16.558.643/0001-95**

PRAÇA ARTUR DE OLIVEIRA REGIS, SN, CENTRO, CAMPO FORMOSO – BA

CEP: 44790-000

Campo Formoso/BA, 07 de outubro de 2026.

D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA

CNPJ: 16.558.643/0001-95

JOÃO PEDRO SILVESTRE DO NASCIMENTO

Sócio-Administrador

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

PARECER TÉCNICO EMITIDO PELO SETOR DE ENGENHARIA DO MUNICÍPIO

Senhor do Bonfim-BA, 09 de outubro de 2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/2026

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antônio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luís Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA

PARECER TÉCNICO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO

Após análise do recurso administrativo apresentado pela empresa Amaral Serviços e Obras Ltda., no que se refere aos aspectos técnicos da planilha orçamentária apresentada pela empresa vencedora do certame (D F Do Nascimento Construções Ltda.), verifica-se que as alegações formuladas não encontram respaldo na documentação que integra o processo licitatório, conforme exposto a seguir.

1. DA ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIA NOS PREÇOS UNITÁRIOS

Verificou-se que a empresa recorrente utilizou a planilha orçamentária inicial como referência para a realização do comparativo de preços, sem considerar adequadamente a planilha orçamentária republicada, que constitui a referência pertinente para a análise das propostas. A partir da conferência dos documentos e do comparativo demonstrado a seguir, não foram identificados preços unitários superiores aos previstos na planilha de referência, nos termos apontados pela recorrente.

Dessa forma, a alegação de divergência de preços não se sustenta, uma vez que o comparativo apresentado não considerou corretamente a versão da planilha orçamentária aplicável ao certame.

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engº Civil Crea-Ba 30000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

SENHOR DO BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
ENDEREÇO: PRAÇA NOVA DO CONGRESSO, 01, CENTRAL SHOPPING, 2º ANDAR
TELEFONE: 74 9 9978-8309
E-MAIL: CONVENIOSPMSB@HOTMAIL.COM

OBRA	ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PREÇO UNIT. EDITAL REPUBLICADO (R$)	PREÇO UNIT. PROPOSTA DF (R$)	DIFERENÇA (R$)
Reforma e Ampliação E.M. Barroca do Faleiro	6.1	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS), INCLUSIVE PINTURA DE PROTEÇÃO COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE TINTA SUPER GALVITE (Sherwin Williams ou similar)	101,21	89,06	- 12,15
	12.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	103,40	90,98	- 12,42
	12.1.2	Reaterro manual de valas com espalhamento sem compactação	26,14	23,00	- 3,14
	12.3.3.1	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 12 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_08/2025	197,56	173,83	- 23,73
	13.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	103,40	90,98	- 12,42
	13.2	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	115,28	101,54	- 13,74
	13.4	CHAPISCO APLICADO EM ALVENARIA (SEM PRESENÇA DE VÃOS) E ESTRUTURAS DE CONCRETO DE FACHADA, COM COLHER DE PEDREIRO.	9,39	8,25	- 1,14
	13.5	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR	46,98	41,31	- 5,67

Reforma e ampliação E. M. Caatinguinha	2.7.2	Pintura de acabamento com lixamento e aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre madeira	28,93	25,45	-3,48
	2.8.1	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 100 mm (vaso sanitário)	115,82	101,89	- 13,93
	2.8.2	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 50 mm (pias de cozinha, máquinas de lavar, etc...)	124,37	109,42	- 14,95
	2.8.3	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	155,69	137,00	- 18,69
	2.9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 8 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	224,81	197,82	- 26,99
	2.9.10	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	400,29	352,17	- 48,12
	2.9.11	Copia da SINAPI (104476) - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	309,01	271,91	- 37,10
	2.9.15	Ponto de tomada 3p para chuveiro elétrico até 4000 va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", inclusive aterramento	348,57	306,64	- 41,93
	3.2.1	Demolição mecanizada de piso cimentado	11,31	9,94	- 1,37
	3.5.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 8 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	224,81	197,82	- 26,99
	3.5.6	Ponto de tomada 3p para ar condicionado até 3000 va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo conjunto astop/30a-220v, inclusive aterramento	351,61	309,31	- 42,30
	3.5.9	Copia da SINAPI (104476) - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	309,01	271,91	- 37,10
	3.6.2	Pintura de acabamento com lixamento e aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre madeira	28,93	25,45	- 3,48
	4.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	103,40	90,94	- 12,46
	4.1.2	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	26,18	23,02	- 3,16

Luiz Viana (02 SALAS + BASE P/ CAIXA D'AGUA E MURO NYLOFOR)	7.2	INSTALAÇÃO DE VIDRO TEMPERADO, E = 8 MM, ENCAIXADO EM PERFIL U. AF_11/2025	492,94	433,77	- 59,17
	10.1.1	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA. AF_09/2024	103,40	90,98	- 12,42
	10.1.2	REATERRO MANUAL DE VALAS, COM PLACA VIBRATÓRIA. AF_08/2023	26,18	23,03	- 3,15
	10.2.1	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	681,99	599,10	- 82,89
	10.3.1.1	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	681,99	599,10	- 82,89
	10.3.1.4	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA PILARES E ESTRUTURAS SIMILARES, EM MADEIRA SERRADA, E=25 MM. AF_09/2020	163,71	144,04	- 19,67
	10.3.2.1	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2,3:2,7 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_05/2021	681,99	599,10	- 82,89
	10.3.2.4	FABRICAÇÃO DE FÔRMA PARA VIGAS, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA, E = 17 MM. AF_09/2020	131,65	115,79	- 15,86
	10.3.3.1	LAJE PRÉ-MOLDADA UNIDIRECIONAL, BIAPOIADA, PARA PISO, ENCHIMENTO EM EPS, VIGOTA TRELIÇADA, ALTURA TOTAL DA LAJE "LT" = 12 CM (ENCHIMENTO+CAPA) = (8+4). AF_08/2025	197,56	173,83	- 23,73
	10.4.2	EMBOÇO, EM ARGAMASSA TRAÇO 1:2:8, PREPARO MANUAL, APLICADO MANUALMENTE EM PAREDES INTERNAS DE AMBIENTES COM ÁREA MAIOR QUE 10M², E = 17,5MM, COM TALISCAS. AF_03/2024	46,98	41,31	- 5,67

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engº Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

PREFEITURA DE SENHOR DO BONFIM CUIDAR BEM MAIS É MELHOR!
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
ENDEREÇO: PRAÇA NOVA DO CONGRESSO, 01, CENTRAL SHOPPING, 2° ANDAR
TELEFONE: 74 9 9978-8309
E-MAIL: CONVENIOSPMSB@HOTMAIL.COM

E. M. TERREIRINHO	2.7.2	Pintura de acabamento com lixamento e aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre madeira	28,93	25,46	- 3,47
	2.8.1	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 100 mm (vaso sanitário)	115,82	101,97	- 13,85
	2.8.2	Ponto de esgoto com tubo de pvc rígido soldável de Ø 50 mm (pias de cozinha, máquinas de lavar, etc...)	124,37	109,44	- 14,93
	2.8.3	Ponto de água fria embutido, c/material pvc rígido soldável Ø 25mm	155,69	137,04	- 18,65
	2.9.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 8 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	224,81	197,87	- 26,94
	2.9.9	Ponto de luz em teto ou parede, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4"	400,29	352,23	- 48,06
	2.9.10	Copia da SINAPI (104476) - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	309,01	271,98	- 37,03
	2.9.14	Ponto de tomada 3p para ar condicionado até 3000 VA, com eletroduto de PVC flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo conjunto astop/30A-220V, inclusive aterramento	351,61	309,35	- 42,26
	3.2.1	Demolição mecanizada de piso cimentado	11,31	9,95	- 1,36
	3.5.1	QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO DE LUZ EM PVC PARA 8 DISJUNTORES - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_07/2025	224,81	197,87	- 26,94
	3.5.6	Ponto de tomada 3p para ar condicionado até 3000 va, com eletroduto de pvc flexível sanfonado embutido Ø 3/4", incluindo conjunto astop/30a-220v, inclusive aterramento	351,61	309,35	- 42,26
	3.5.7	INTERRUPTOR SIMPLES (1 MÓDULO) COM INTERRUPTOR PARALELO (1 MÓDULO), 10A/250V, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	54,90	48,30	- 6,60
	3.6.2	Pintura de acabamento com lixamento e aplicação de 02 demãos de esmalte sintético sobre madeira	28,93	25,46	- 3,47
	4.3	Concreto armado fck=15MPa fabricado na obra, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	2.597,16	2.230,86	-366,30

2. DA ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO DE 09 (NOVE) ITENS FUNDAMENTAIS

Quanto à alegação de que a empresa vencedora teria adulterado 09 (nove) itens fundamentais da planilha orçamentária, a análise técnica dos documentos não identificou elementos que comprovem a irregularidade apontada. Conforme demonstrado na documentação comparativa a seguir, as divergências alegadas não se confirmam a partir da conferência da planilha orçamentária pertinente ao processo licitatório.

Assim, sob o aspecto estritamente técnico e com base nos elementos examinados, não há fundamento suficiente para acolher a alegação de alteração irregular dos referidos itens.

OBRA	ITEM	ESPECIFICAÇÃO EXIGIDA NO EDITAL REPUBLICADO			ESPECIFICAÇÃO COTADA NA PROPOSTA DF		
Reforma e Ampliação E.M. Barroca do Faleiro	6.1	0098	Próprio	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS), INCLUSICE PINTURA DE PROTEÇÃO COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE TINTA SUPER GALVITE (Sherwin Williams ou similar)	0098	Próprio	PINTURA COM TINTA ALQUÍDICA DE ACABAMENTO (ESMALTE SINTÉTICO ACETINADO) APLICADA A ROLO OU PINCEL SOBRE SUPERFÍCIES METÁLICAS (EXCETO PERFIL) EXECUTADO EM OBRA (02 DEMÃOS), INCLUSICE PINTURA DE PROTEÇÃO COM APLICAÇÃO DE 01 DEMÃO DE TINTA SUPER GALVITE (Sherwin Williams ou similar)
	13.2	103329	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021	103329	SINAPI	ALVENARIA DE VEDAÇÃO DE BLOCOS CERÂMICOS FURADOS NA HORIZONTAL DE 9X19X19 CM (ESPESSURA 9 CM) E ARGAMASSA DE ASSENTAMENTO COM PREPARO MANUAL. AF_12/2021
	13.3	122	Próprio	Cintas e vergas em blocos cerâmicos tipo "u" (calha) 9x19x19cm, preenchidos com concreto fck=15mpa e treliça tg 8 - Rev. 01	122	Próprio	Cintas e vergas em blocos cerâmicos tipo "u" (calha) 9x19x19cm, preenchidos com concreto fck=15mpa e treliça tg 8 - Rev. 01
Luiz Viana (02 SALAS + BASE P/ CAIXA D'AGUA E MURO NYLOFOR)	9.5	00000151	Próprio	Copia da SINAPI (104476) - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022	00000151	Próprio	Copia da SINAPI (104476) - COMPOSIÇÃO PARAMÉTRICA DE PONTO ELÉTRICO DE TOMADA DE USO ESPECÍFICO 2P+T (20A/250V) EM EDIFÍCIO RESIDENCIAL COM ELETRODUTO EMBUTIDO EM RASGOS NAS PAREDES, INCLUSO TOMADA, ELETRODUTO, CABO, RASGO, QUEBRA E CHUMBAMENTO (EXCETO CHUVEIRO). AF_11/2022

Luthiane Tainny Carneiro de Almeida
Engª Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

E. M. TERREIRINHO	2.8.9	00000136	Próprio	Lavatório PLASTICO, sem coluna, padrão popular, c/ válvula, sifão, engate e torneira herc ref.1994, todos em plástico, inclusive conj. de fixação ou similares - Rev 03	00000136	Próprio	Lavatório PLASTICO, sem coluna, padrão popular, c/ válvula, sifão, engate e torneira herc ref.1994, todos em plástico, inclusive conj. de fixação ou similares - Rev 03
	3.4.4	94227	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019	94227	SINAPI	CALHA EM CHAPA DE AÇO GALVANIZADO NÚMERO 24, DESENVOLVIMENTO DE 33 CM, INCLUSO TRANSPORTE VERTICAL. AF_07/2019
	4.3	6457	ORSE	Concreto armado fck=15MPa fabricado na obra, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)	6457	ORSE	Concreto armado fck=15MPa fabricado na obra, adensado e lançado, para Uso Geral, com formas planas em compensado resinado 12mm (05 usos)
	4.7	00007155	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM	00007155	SINAPI	TELA DE ACO SOLDADA NERVURADA, CA-60, Q-138, (2,20 KG/M2), DIAMETRO DO FIO = 4,2 MM, LARGURA = 2,45 M, ESPACAMENTO DA MALHA = 10 X 10 CM
	4.11	00000118	Próprio	Reaterro manual de valas com espalhamento sem compactação	00000118	Próprio	Reaterro manual de valas com espalhamento sem compactação

3. DA ALEGAÇÃO DE ALTERAÇÃO ARBITRÁRIA DOS QUANTITATIVOS

No que diz respeito à suposta alteração arbitrária dos quantitativos previstos no edital, verifica-se que a alegação também não procede. Conforme conferência da planilha orçamentária republicada, o quantitativo previsto para as tesouras de madeira do Colégio Luiz Viana corresponde a **04 (quatro) unidades**, coincidindo com a quantidade considerada na análise da proposta da empresa vencedora.

6			**Cobertura**						**36.293,60**	**44.779,01**
6.1	92549	SINAPI	FABRICAÇÃO E INSTALAÇÃO DE TESOURA INTEIRA EM MADEIRA NÃO APARELHADA, VÃO DE 7 M, PARA TELHA CERÂMICA OU DE CONCRETO, INCLUSO IÇAMENTO. AF_10/2025	UN	4,00	2.107,34	2.600,04	8.429,36	10.400,14

Portanto, nesse ponto, a alegação da recorrente não encontra respaldo na planilha de referência do certame, uma vez que o quantitativo questionado está de acordo com o documento republicado.

4. DA ALEGAÇÃO DE NÃO COMPROVAÇÃO DA PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA TÉCNICA — CONCRETO ESTRUTURAL

Em relação à alegação apresentada pela empresa recorrente quanto à suposta ausência de comprovação integral da parcela de maior relevância técnica referente à execução de concreto estrutural, procedeu-se à análise dos documentos de qualificação técnica apresentados pela empresa DF do Nascimento Construções Ltda., considerando as exigências estabelecidas no edital.

O instrumento convocatório exige a comprovação da execução de concreto armado com resistência característica à compressão (fck) de 30 MPa, usinado e bombeado, inclusive formas, com quantitativo mínimo de 24,67 m³.

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engº Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

Conforme consta na CAT nº 24703/2026, a empresa comprovou a execução de 32,87 m³ de concreto com fck de 30 MPa, quantitativo superior ao mínimo exigido no edital. Embora o documento indique o lançamento do concreto por meio de jerica, em vez de bombeamento, tal circunstância, analisada sob o aspecto da similaridade técnica e da aptidão para execução dos serviços, não constitui, isoladamente, elemento suficiente para descaracterizar a experiência comprovada.

Isso porque a execução de estruturas em concreto armado envolve etapas técnicas essenciais, tais como montagem e escoramento das formas, posicionamento das armaduras, recebimento e lançamento do concreto, adensamento, nivelamento e cura, conforme as características de cada elemento estrutural. A utilização de concreto usinado demonstra que o material é produzido previamente em central, de acordo com o traço especificado, sendo posteriormente transportado até a obra. O método de lançamento, por sua vez, pode variar conforme as condições de acesso, a configuração da estrutura e os equipamentos empregados.

Nesse contexto, entende-se que o lançamento por jerica, embora distinto do bombeamento quanto ao procedimento executivo e à logística de transporte e lançamento, não afasta, por si só, a aptidão técnica para a execução de estruturas de concreto armado, desde que os demais requisitos técnicos relevantes estejam devidamente demonstrados.

Adicionalmente, o quantitativo de 32,87 m³ registrado na CAT supera o mínimo de 24,67 m³ exigido, evidenciando experiência quantitativa compatível com a parcela de maior relevância. Quanto às formas e às demais etapas executivas, sua comprovação deverá ser considerada à luz do conjunto dos atestados e das respectivas CATs apresentados, observando-se os serviços efetivamente registrados nos documentos.

Dessa forma, considerando o quantitativo comprovado, a resistência característica do concreto indicada na CAT e a similaridade técnica das atividades executadas, entende-se possível aceitar a comprovação da capacidade técnica apresentada pela empresa DF do Nascimento Construções Ltda., desde que a análise conjunta dos documentos confirme o atendimento aos demais requisitos pertinentes à parcela exigida, especialmente quanto às formas e à natureza estrutural dos serviços.

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engª Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

PREFEITURA DE SENHOR DO BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
ENDEREÇO: PRAÇA NOVA DO CONGRESSO, 01, CENTRAL SHOPPING, 2º ANDAR
TELEFONE: 74 9 9978-8309
E-MAIL: CONVENIOSPMSB@HOTMAIL.COM

Assim, no que se refere especificamente à alegação de insuficiência da comprovação da parcela de concreto estrutural, esta análise técnica manifesta-se pelo seu não acolhimento, por entender que a diferença entre os métodos de lançamento, isoladamente considerada, não é suficiente para afastar a aptidão técnica demonstrada, cabendo à autoridade competente a decisão final sobre o recurso administrativo.

5. DA CONCLUSÃO TÉCNICA

Diante do exposto, após análise das alegações apresentadas pela empresa Amaral Serviços e Obras Ltda. e conferência dos documentos que integram o processo licitatório, conclui-se que as contestações relativas aos preços unitários, à suposta alteração de 09 (nove) itens fundamentais e à alegada modificação arbitrária dos quantitativos não encontram respaldo técnico na documentação examinada.

Constata-se que os questionamentos referentes à planilha orçamentária decorrem, em parte, da utilização da planilha inicial como parâmetro de comparação, sem a devida consideração da versão republicada do documento, circunstância que compromete a consistência das conclusões apresentadas pela recorrente.

Quanto à alegação de não comprovação da parcela de maior relevância técnica referente à execução de concreto estrutural, verificou-se que a empresa DF do Nascimento Construções Ltda. apresentou CAT comprovando a execução de 32,87 m³ de concreto com fck de 30 MPa, quantitativo superior ao mínimo de 24,67 m³ exigido no edital. Considerando a similaridade técnica dos serviços executados, entende-se que a diferença entre os métodos de lançamento do concreto, isoladamente considerada, não é suficiente para descaracterizar a aptidão técnica demonstrada, desde que os demais requisitos pertinentes à parcela exigida estejam devidamente comprovados no conjunto documental apresentado.

Dessa forma, esta análise técnica manifesta-se pelo não acolhimento das alegações apresentadas pela empresa Amaral Serviços e Obras Ltda., quanto aos aspectos técnicos examinados, por não terem sido identificados elementos suficientes que justifiquem a revisão das conclusões relativas à planilha orçamentária e à qualificação técnica da empresa DF do Nascimento Construções Ltda.

PREFEITURA DE SENHOR DO BONFIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
ENDEREÇO: PRAÇA NOVA DO CONGRESSO, 01, CENTRAL SHOPPING, 2° ANDAR
TELEFONE: 74 9 9978-8309
E-MAIL: CONVENIOSPI
Luthiane Tainny Carneiro de Almeida
Engª Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

Encaminham-se os autos à autoridade competente para conhecimento e decisão quanto ao recurso administrativo, observadas as disposições do edital e da legislação aplicável.

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engenheira Civil – CREA BA 3000051352
Matrícula 005747

Luthiane Talinny Carneiro de Almeida
Engº Civil Crea-Ba 3000051352
CONFEA 051650906-3
Mat. Nº 5747

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
ENDEREÇO: PRAÇA NOVA DO CONGRESSO, 01, CENTRAL SHOPPING, 2º ANDAR
TELEFONE: 74 9 9978-8309
E-MAIL: CONVENIOSPMSB@HOTMAIL.COM

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Recurso EMPRESA:

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 07.624.899/0001-62

Trata-se da manifestação administrativa do Agente de Contratação relativa a Concorrência nº 007/2026, destinado à Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA. O processo foi devidamente publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no dia 18 de agosto de 2026 e, no dia 20 de agosto de 2026, foi amplamente divulgado com a publicação do extrato do aviso de licitação no Diário Oficial do Município, Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação, conforme os termos do edital.

O Recurso Administrativo foi interposto pela empresa acima mencionada, que solicita a sua habilitação, alegando que a mesma cumpriu todas as exigências do edital.

Tempestividade e Intenção: A Lei 14.133/21 em seu no Art. 165, §1º, inciso I, reforça a necessidade de os recursos serem apresentados dentro dos prazos estabelecidos, com a manifestação de intenção no momento adequado. Fato presente neste certame para a recorrente.

Da Síntese dos Fatos

Aos 21 de setembro de 2026, foi deflagrado o processo licitatório nº 007/2026, disponibilizado no Portal de Licitações E-município (https://emunicipio.com.br/pmsb/modalidade/index.php), na modalidade de CONCORRÊNCIA, visando a Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA.

A sessão teve início em 21 de setembro de 2026 com o objetivo de contratar serviços de ampliação e reforma de quatro unidades escolares municipais para adequação ao modelo de Ensino em Tempo Integral. Após a etapa inicial de análise documental e de lances, a sessão foi suspensa pela primeira vez às 17h23 do mesmo dia devido à proximidade do fim do expediente e à conclusão da análise da vasta documentação apresentada.

A retomada estava prevista para 23 de setembro de 2026, mas, nessa data, a suspensão foi mantida e prorrogada pelo pregoeiro porque o órgão conduzia simultaneamente o Pregão Eletrônico nº 060/2026 e realizaria uma sessão de análise de amostras no período da tarde, agendando a reabertura para o dia 29 de setembro de 2026 às 9h.

Com a retomada do certame em 29 de setembro, realizaram-se as desclassificações e inabilitações de empresas por falhas documentais ou técnicas, seguidas pela fase de lances abertos. A empresa **DF DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA** apresentou o melhor lance final no valor de R$ 1.329.213,38, sendo declarada habilitada e vencedora do lote após submeter sua proposta realinhada.

Durante o prazo concedido para questionamentos e manifestação de intenção de recurso no chat, as licitantes *Amaral Serviços e Obras Ltda* e a *DBM7 Construções e Empreendimentos Ltda* registraram intenções de recurso formal, questionando, entre outros pontos, o enquadramento de porte da empresa arrematante frente aos seus demonstrativos contábeis. O Agente de Contratação prestou os esclarecimentos cabíveis quanto à legislação aplicável, convocou os interessados a apresentarem as razões recursais por e-mail dentro do prazo legal e encerrou a sessão pública.

Resumo das Razões da Recorrente, que será devidamente respondido:

AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 07.624.899/0001-62

O Recurso Administrativo é interposto por AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. (CNPJ nº 07.624.899/0001-62), classificada em 2º lugar na fase de lances com a oferta final de R$ 1.343.805,22, contra a decisão proferida na sessão pública de 29 de setembro de 2026, que aceitou a proposta de preços e declarou habilitada a licitante D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. (CNPJ nº 16.558.643/0001-95), vencedora do lote único com a oferta de R$ 1.329.213,38. A Recorrente invoca o art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c", da Lei nº 14.133/2021, combinado com o item 13 do Edital, sustentando a tempestividade (intenção de recurso registrada às 16h51min e às 16h52min no sistema eletrônico e razões protocoladas dentro do tríduo legal) e o efeito suspensivo ope legis do art. 168 da mesma lei.

No relatório, a Recorrente registra que o certame foi deflagrado na modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por lote, regime de execução de empreitada por preço unitário (item 8 do Termo de Referência) e orçamento estimativo de R$ 1.510.742,24, com edital "republicado após adiamento para correção de erro material". Narra que a disputa encerrou-se com as duas melhores ofertas separadas por R$ 14.591,84 —

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

variação de apenas 1,09% — e que a licitante convocada para apresentar a proposta realinhada, nos moldes do item 7.22.6 do Edital, apresentou arquivo com desconformidades; sustenta que, em exíguo intervalo de 1h35min (entre 14h53min e 16h28min), sem qualquer parecer conclusivo de profissional habilitado da Secretaria de Obras/Infraestrutura, o Pregoeiro aceitou e habilitou a arrematante.

No primeiro ponto de mérito, requer a desclassificação da proposta por prática de sobrepreço unitário, afirmando que a proposta realinhada da DF contém 48 itens com preços unitários superiores ao orçamento de referência do Edital, em violação aos itens 6.2, 6.8, 6.10 e 7.22.1, alínea "a", do Edital e ao art. 59, inciso III e § 3º, da Lei nº 14.133/2021. Destaca distorções como a pintura com tinta alquídica sobre metais da E. M. Barroca do Faleiro (item 6.1), de R$ 21,88 para R$ 89,06 (+307,04%); o concreto armado fck = 15 MPa do Terreirinho (item 4.3), de R$ 640,38 para R$ 2.230,86 (+248,36%); a fabricação de fôrma para pilares da E. M. Luiz Viana (item 10.3.1.4), de R$ 73,73 para R$ 144,04 (+95,36%); e as escavações manuais de vala, de R$ 55,52 a R$ 58,64 para R$ 90,94 a R$ 90,98 (variações de +55% a +64%), sustentando que a aceitação abre espaço ao "jogo de planilha" repudiado pelo TCU (Acórdãos nº 1.588/2005, 1.874/2007, 1.380/2010 e 2.977/2012 – Plenário) e que a Súmula TCU nº 259 impõe a fixação de preços máximos unitários e global.

No segundo ponto, alega adulteração de especificações técnicas e substituição de insumos por itens inferiores em 09 itens essenciais (art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 e itens 6.2 e 6.8 do Edital): lavatório de plástico em lugar de lavatório de louça (SINAPI 86904); bloco cerâmico 9x19x19 cm (SINAPI 103329) em lugar de bloco de concreto 14x19x39 cm (ORSE 9382); canaleta cerâmica em lugar de canaleta de concreto armado (ORSE 8175); calha com desenvolvimento de 33 cm em lugar de 50 cm; tela Q-138 cotada apenas como insumo, suprimindo a instalação; reaterro sem compactação em lugar de reaterro com placa vibratória; tomada de uso específico 20A na unidade "UN" em lugar de tomada dupla 10A na unidade "pt"; concreto com fôrmas (ORSE 6457) em lugar de concreto de preparo manual (SINAPI 94975); e tinta alquídica com fundo galvanizado em lugar de esmalte sintético sobre metal. No terceiro ponto, aponta alteração arbitrária de quantitativo no item 6.1 (cobertura/tesoura de madeira com vão de 7,0 m) da E. M. Dr. Luiz Viana Filho — de 3,00 unidades fixadas no Edital e no memorial descritivo para 4,00 unidades na proposta —, com suposto objetivo de auferir medições futuras sem contraprestação física.

No quarto ponto, pede a nulidade da aceitação da proposta por ausência de parecer técnico de engenharia, invocando o art. 8º, § 1º, e o princípio da segregação de funções (art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021), o dever de motivação (art. 50 da Lei nº 9.784/1999) e um trecho jurisprudencial — apresentado entre aspas, sem atribuição a julgado específico — segundo o qual "a decisão do pregoeiro que avalia a conformidade técnica de propostas complexas deve ser respaldada por parecer técnico conclusivo da unidade demandante, sob pena de nulidade", seguido da referência aos Acórdãos TCU nº 2.443/2021, nº 2.146/2022 e nº 1.545/2018, todos do Plenário. Sustenta que o objeto não é fornecimento de prateleira, mas obra de engenharia distribuída em quatro frentes de trabalho, e que não há nos autos despacho, nota técnica ou parecer subscrito por Engenheiro Civil da Secretaria Municipal de Infraestrutura ou pelos autores dos projetos (Eng. Valberto Pereira ou Arq. Fernanda Cavalache).

No quinto ponto, requer a inabilitação técnica da Recorrida por não comprovação da parcela de maior relevância dos itens 8.40 e 8.41 do Termo de Referência — "concreto armado fck = 30

MPa, usinado e bombeado, inclusive fôrmas", no quantitativo mínimo de 24,67 m³. Alega que a CAT nº 24703/2026 registra concreto fck 30 MPa com transporte por jerica, em obra inacabada (32,87 m³), sem bombeamento, e que os demais atestados se referem a concreto fck 25 MPa preparado em betoneira ou a radier medido em m², sem fôrmas verticais e lançamento por bomba. Invoca o princípio da isonomia (art. 5º da Lei nº 14.133/2021), lembrando que, na mesma sessão, a licitante EBA SERVIÇOS foi inabilitada pelo não atendimento integral de item de relevância técnica (cerca/gradil Nylofor).

No sexto ponto, defende o desenquadramento da Recorrida da condição de microempresa/empresa de pequeno porte, com base na receita operacional bruta de 2024, de R$ 8.987.252,97 (extrapolação de 2.396,46% do teto de ME e de 87,23% do teto de EPP), e na receita de 2025, de R$ 1.324.186,00 (extrapolação de 267,83% do teto de ME), sustentando exclusão compulsória e impossibilidade de "reenquadramento tácito". No sétimo ponto, pede a inabilitação econômico-financeira pela juntada de certidões de habilitação profissional do contador vencidas na data do julgamento — emissão de 22/07/2025 com validade até 20/10/2025; emissão de 16/03/2026 com validade até 14/06/2026; e emissão de 27/06/2026 com validade até 25/09/2026 —, invocando as Resoluções CFC nº 1.637/2021 e nº 1.707/2023 e o art. 69 da Lei nº 14.133/2021. Por fim, formula pedido subsidiário de reconhecimento de direito subjetivo ao desempate ficto (arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 c/c art. 60 da Lei nº 14.133/2021), considerando que a diferença de 1,09% entre as ofertas a situa dentro da faixa de 10% em relação à melhor proposta, requerendo (a) a desclassificação da proposta da DF; (b) a sua inabilitação técnica; (c) a sua inabilitação econômico-financeira; (d) o seu desenquadramento de ME/EPP; (e) a declaração da AMARAL como vencedora, com convocação para celebração do contrato; e (f) subsidiariamente, a abertura de prazo para lance de desempate.

Resumo das Contrarrazões da Recorrida:

EMPRESA: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA — CNPJ nº 16.558.643/0001-95

As Contrarrazões são apresentadas por D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA, na qualidade de Recorrida, classificada em 1º lugar e declarada habilitada na sessão de 29 de setembro de 2026, com fundamento no art. 165, § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e no item 13 do Edital. A peça afirma a própria tempestividade — ciência da interposição do recurso em 05/10/2026, com término do prazo em 08/10/2026 e protocolo em 07/10/2026 — e sintetiza as seis alegações do recurso (preços unitários acima do orçamento, especificações alteradas em nove itens, um quantitativo divergente, nulidade por falta de parecer técnico de engenharia, ausência de comprovação da parcela de maior relevância relativa ao concreto armado fck 30 MPa, desenquadramento de ME/EPP, certidões do contador vencidas e empate ficto subsidiário), registrando que a proposta vencedora representa desconto de 12,02% em relação ao orçamento de referência de R$ 1.510.742,24 (economia de R$ 181.528,86).

A tese central da defesa é metodológica: o recurso compara a proposta da Recorrida com planilhas pertencentes à versão anterior do procedimento, disponibilizadas antes da suspensão do certame. Após a suspensão, a Concorrência foi republicada com a disponibilização dos

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

documentos e planilhas correspondentes à versão revisada, fato que a própria Recorrente reconhece ao registrar que o edital foi "republicado após adiamento para correção de erro material". O parâmetro para aferir a regularidade das propostas apresentadas depois da republicação é, portanto, a planilha oficial vigente, à qual se refere o item 7.22.1, alínea "a", do Edital ao aludir aos limites máximos "estabelecidos no Edital e seus Anexos"; o mesmo vício de origem contamina as três tabelas do recurso — a de preços unitários, a de especificações e a de quantitativos.

A Recorrida aponta, ainda, inconsistências internas nas próprias tabelas do recurso: o texto anuncia 48 itens com sobrepreço, mas a tabela relaciona 47; em 9 dos 47 itens a variação é inferior a 1%, havendo quatro casos de diferença de um ou dois centavos (pintura de acabamento: R$ 25,44 contra R$ 25,45 e R$ 25,46); os dois maiores "sobrepreços" (Terreirinho, item 4.3, +248,36%; Barroca do Faleiro, item 6.1, +307,04%) referem-se a itens que a própria Recorrente, na tabela seguinte, afirma terem composições diferentes — no item 4.3 compara-se o preço de concreto de preparo manual (SINAPI 94975) com o de concreto armado com fôrmas (ORSE 6457), e preços de serviços distintos não são comparáveis; e o item 13.2 de Barroca do Faleiro é descrito de duas formas, como "alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados" na tabela de preços e como serviço que exigiria bloco de concreto na tabela de especificações.

Quanto ao critério legal de sobrepreço, a defesa sustenta que o art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 determina que, em obras e serviços de engenharia, a avaliação da exequibilidade e do sobrepreço considere "o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes", não autorizando desclassificação automática por variação isolada em item de planilha; observa que a proposta é R$ 181.528,86 inferior ao orçamento estimado, que a Recorrente não indica quais itens seriam relevantes nem demonstra impacto financeiro sobre o valor global, e invoca o Acórdão TCU nº 906/2020 – Plenário ("Divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental").

Sobre o alegado risco de "jogo de planilha", as Contrarrazões argumentam que os acórdãos invocados pela Recorrente são de 2005 a 2012, anteriores à Lei nº 14.133/2021, que positivou o remédio no art. 128: "Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária". Acrescentam que, no regime de empreitada por preço unitário, contrata-se "por preço certo de unidades determinadas" (art. 6º, XXVIII) e o pagamento depende de medição do serviço efetivamente executado e aceito pela fiscalização (art. 117), sendo juridicamente impossível a hipótese de "medições futuras sem contraprestação física"; e que, subsidiariamente, eventual divergência pontual seria sanável por diligência, nos termos dos arts. 12, III, 59 e 64 da Lei nº 14.133/2021 e do Acórdão TCU nº 370/2020 – Plenário, citando também decisões do TCM/BA sobre formalismo moderado.

Quanto à validade do ato de aceitação, a Recorrida sustenta que a lei não exige parecer técnico prévio: o art. 8º, caput, atribui ao agente de contratação a competência decisória; o § 1º, único dispositivo transcrito pela Recorrente, limita-se a prever que o agente "será auxiliado por equipe de apoio"; e o § 3º remete a regulamento a "possibilidade" de apoio por órgãos de

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

assessoramento, faculdade e não condição de validade. Argumenta que o princípio da segregação de funções veda a acumulação de funções suscetíveis a risco, mas não cria etapa obrigatória de parecer técnico; que o trecho jurisprudencial citado no recurso não é atribuído a julgado específico e que o Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário trata de matéria diversa (vedação à inclusão de novo documento, que não alcança aquele destinado a atestar condição preexistente à abertura da sessão); que o tempo de análise não é parâmetro de validade, correspondendo o intervalo de 1h35min apenas à conferência da proposta realinhada ao último lance, e não à análise de toda a documentação, já constante do sistema; que não há nulidade sem prejuízo, pois a Recorrente teve acesso integral à proposta e exerceu o direito de recorrer; e que nada impede que a área técnica de engenharia se manifeste na instrução do recurso, providência à qual não se opõe.

No exame da capacidade técnica, a defesa afirma que o item 8.40 do Termo de Referência exige atestados que demonstrem execução de obras ou serviços "compatíveis em características, quantidades e complexidade", admitido expressamente o somatório de atestados, e que o item 8.41 e subitem 8.41.1 adotam o parâmetro de serviços com "características semelhantes" ou "similares ao objeto da contratação". Invoca o art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021 (exigência de serviços "similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior"), o Acórdão TCU nº 298/2024 – Plenário ("as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior, e não necessariamente idênticas") e a Súmula TCU nº 263, destacando que a CAT nº 24703/2026 registra concreto fck = 30 MPa no quantitativo de 32,87 m³, superior ao mínimo de 24,67 m³, e que o meio de transporte e lançamento do concreto (jerica ou bomba) é circunstância logística do canteiro que não altera a resistência do material, o dimensionamento da estrutura nem a complexidade tecnológica do serviço; que a circunstância de a obra atestada estar em andamento é irrelevante, pois a CAT registra serviços efetivamente executados; e que não há quebra de isonomia em relação à licitante EBA SERVIÇOS, inabilitada por não atender item de relevância técnica (cerca/gradil), situação distinta da Recorrida, que comprovou a parcela de concreto em volume superior ao mínimo.

Sobre o porte empresarial, as Contrarrazões sustentam que a Recorrida é empresa de pequeno porte no exercício de 2026, pois o porte é definido pela receita bruta do ano-calendário anterior à licitação — 2025 —, na qual auferiu R$ 1.252.186,00, valor superior a R$ 360.000,00 e inferior a R$ 4.800.000,00 (art. 3º, II, da LC nº 123/2006), conclusão que não se altera nem mesmo pelo número atribuído pela Recorrente ao exercício de 2025 (R$ 1.324.186,00); invoca o Acórdão TCU nº 250/2021 – Plenário, segundo o qual "considera-se o período de apuração das receitas auferidas pela empresa como sendo de janeiro a dezembro do ano-calendário anterior à licitação, e não os doze meses anteriores ao certame". Registra que a transcrição dos §§ 9º e 9º-A do art. 3º feita no recurso não corresponde à redação vigente, cujos efeitos não instituem exclusão perpétua, e que o critério legal é anual ("em cada ano-calendário"); que o art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 refere-se a contratos celebrados no ano-calendário da licitação, não à receita de 2024; e que a Recorrida venceu exclusivamente pelo menor preço ofertado na fase de lances, sem exercício de direito de preferência, empate ficto ou qualquer outro benefício da LC nº 123/2006. Quanto às certidões do contador, sustenta que a certidão de habilitação profissional não integra o rol taxativo do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 (balanço patrimonial, demonstração de resultado e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios e certidão negativa de feitos sobre falência), tendo natureza acessória; que cada certidão estava

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

válida na data do respectivo balanço e do arquivamento na JUCEB; que, para documento cuja validade expire no curso do certame, o art. 64, II, autoriza a atualização em diligência, citando o Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário; e que a habilitação do contador perante o Conselho Regional de Contabilidade é condição preexistente e contínua, verificável a qualquer tempo por consulta pública. Por fim, afirma a inexistência de empate ficto, pois o art. 45, § 2º, da LC nº 123/2006 somente se aplica quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o que não é o caso, e requer o conhecimento das contrarrazões e o não provimento integral do recurso, com a manutenção da decisão de 29/09/2026, a rejeição dos pedidos de desenquadramento e de empate ficto, a realização de diligência para saneamento — sem alteração do valor global — caso se entenda necessário algum esclarecimento, e, na hipótese de não haver reconsideração, a remessa à autoridade superior para negar provimento ao recurso e o prosseguimento do certame com a adjudicação e homologação.

MANIFESTAÇÃO DO AGENTE DE CONTRATAÇÃO

Decisão Administrativa – Recurso Administrativo

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

Recorrente: AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA
Recorrida: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA

I – Relatório

Trata-se de Recurso Administrativo, com pedido de reforma de decisão e efeito suspensivo, interposto por AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA contra a decisão proferida na sessão pública de 29 de setembro de 2026, que aceitou a proposta de preços e declarou habilitada a licitante D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA, vencedora do lote único da Concorrência Eletrônica nº 007/2026 com a oferta de R$ 1.329.213,38.

O certame foi deflagrado na modalidade Concorrência, sob a forma eletrônica, com critério de julgamento de menor preço por lote, regime de execução de empreitada por preço unitário (item 8.10 do Termo de Referência), adotando-se a inversão de fases de que trata o art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, expressamente reiterada no item 8.2 do Termo de Referência e no item 4 do Edital, com habilitação prévia à fase de lances. O custo estimado total da contratação, conforme item 9.1 do Termo de Referência, é de R$ 1.510.742,24.

A sessão pública, inicialmente designada para 03/09/2026, foi adiada para 21/09/2026 em razão da identificação de erro material na planilha orçamentária, que comprometia a correta elaboração do valor das propostas, tendo sido republicado o Edital e disponibilizadas as planilhas orçamentárias revisadas nos mesmos locais de retirada — fato que a própria

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Recorrente reconhece ao consignar, no item 2 de suas razões, que o edital foi "republicado após adiamento para correção de erro material".

A sessão foi aberta em 21/09/2026, às 8h00, com a abertura dos documentos e a análise da habilitação em razão da inversão de fases, tendo sido suspensa às 11h38min, reaberta às 16h02min e novamente suspensa às 17h23min, com previsão de retorno para 23/09/2026 e, em seguida, para 29/09/2026, às 9h00. Reaberta em 29/09/2026, foram desclassificados o participante identificado pelo código 6885, por não ter apresentado proposta ou documentação, e a licitante EBA SERVIÇOS, inabilitada pelo não atendimento integral das exigências de qualificação técnica do item 8.40 do Termo de Referência, especificamente quanto ao item "Cerca/gradil Nylofor h = 1,03 m, malha 5x20 cm – fio 5 mm".

A fase de lances foi aberta às 10h24min do dia 29/09/2026, com os seguintes resultados finais: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA — R$ 1.329.213,38 (1º lugar) e AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. — R$ 1.343.805,22 (2º lugar), com diferença de R$ 14.591,84 (1,09%). Às 11h05min, com fundamento no item 7.22.6 do Edital, foi convocada a licitante melhor classificada para envio da proposta adequada ao último lance, recebida em 14h53min, após o que se procedeu à sua conferência, com declaração de habilitação e classificação às 16h28min e aceite e habilitação no sistema às 16h49min.

Aberto o chat para questionamentos, a Recorrente indagou, às 16h31min, acerca do correto enquadramento da empresa arrematante e da possibilidade de empate ficto em caso de desenquadramento. O Agente de Contratação, após nova conferência da documentação e consulta à veracidade dos documentos, respondeu que a empresa classificada estava formalmente enquadrada como Microempresa (ME) conforme o cartão CNPJ e a Certidão Simplificada, e complementou, às 17h23min, que a verificação do Balanço Patrimonial do exercício de 2025 demonstrava movimentação/faturamento superior ao limite de R$ 360.000,00, tratando a divergência pontual de subcategoria (ME x EPP) como mero erro formal, sem falsidade declaratória e sem ensejo de desclassificação, dado que as empresas de pequeno porte estão abrangidas pelo mesmo art. 3º da LC nº 123/2006 e fazem jus aos mesmos direitos e ao mesmo tratamento favorecido. A sessão foi encerrada às 17h24min.

Registradas as intenções de recurso e cumprido o prazo do item 13 do Edital, a Recorrente apresentou as razões do recurso em 01/10/2026, alegando, em síntese: (i) sobrepreço unitário em 48 itens da proposta realinhada; (ii) adulteração de especificações técnicas em 09 itens; (iii) alteração arbitrária de quantitativo no item 6.1 (tesouras) da E. M. Dr. Luiz Viana Filho; (iv) nulidade da aceitação por ausência de parecer técnico de engenharia; (v) inabilitação técnica por não comprovação da parcela de maior relevância relativa ao concreto armado fck = 30 MPa; (vi) desenquadramento da condição de ME/EPP; (vii) inabilitação econômico-financeira por certidões de habilitação profissional do contador vencidas; e (viii) subsidiariamente, direito subjetivo ao desempate ficto, pugnando, ao final, pela desclassificação e inabilitação da Recorrida e pela declaração da Recorrente como vencedora do certame, ou, subsidiariamente, pela abertura de prazo para lance de desempate.

Devidamente intimada, a Recorrida apresentou Contrarrazões em 07/10/2026, sustentando a premissa documental inadequada do recurso (comparação com planilha superada pela republicação), a inexistência de sobrepreço relevante, a validade do ato de aceitação, a regular comprovação da capacidade técnica, o correto enquadramento como empresa de pequeno porte

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

no exercício de 2026 e a regularidade da qualificação econômico-financeira, além da inexistência do empate ficto invocado.

Vieram os autos a esta manifestação, instruídos ainda pelo Parecer Técnico sobre Recurso Administrativo de 09 de outubro de 2026, subscrito pela Engenheira Civil Luthiane Talinny Carneiro de Almeida (CREA/BA nº 3000051352, matrícula nº 005747), do setor de engenharia do Município, que se manifestou pelo não acolhimento das alegações técnicas da Recorrente.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

O recurso deve ser conhecido. A Recorrente manifestou expressa e motivada intenção de recorrer, em campo próprio do sistema em 29/09/2026, e apresentou as razões dentro do tríduo legal de 3 (três) dias úteis previsto no art. 165, inciso I, alíneas "b" e "c", e § 4º, da Lei nº 14.133/2021 e no item 13 do Edital, com protocolo de assinatura digital datado de 01/10/2026. Presentes, igualmente, a legitimidade e o interesse recursal, na medida em que a decisão recorrida afastou a Recorrente da condição de vencedora do lote único. Igualmente tempestivas as Contrarrazões, apresentadas em 07/10/2026, dentro do prazo de que trata o art. 165, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

O recurso foi interposto contra o julgamento das propostas e a habilitação, hipótese em que a lei atribui efeito suspensivo ope legis: "art. 168. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente." Anoto, por dever de ofício, que o efeito suspensivo suspende os atos de adjudicação e homologação, mas não impede o regular prosseguimento da instrução recursal, inclusive com a realização das diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos.

No juízo de retratação de que trata o art. 165, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, não há razão para reconsiderar a decisão recorrida, pelos fundamentos técnicos e jurídicos a seguir expostos, nos quais se demonstra que as alegações recursais se assentam, em sua integralidade, em premissa documental superada — a planilha orçamentária anterior à suspensão e à republicação do certame — e não subsistem quando confrontadas com a planilha vigente, com a proposta realinhada efetivamente apresentada, com a documentação de habilitação constante dos autos e com o Parecer Técnico do setor de engenharia de 09 de outubro de 2026.

III – DAS DILIGÊNCIAS REALIZADAS E DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO

Acompanhamento e conferência técnica pelo setor de engenharia do Município. Registro, para os fins do art. 8º, § 1º, e do art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, que em todos os processos licitatórios realizados por esta Administração Pública, especialmente os que têm por objeto serviços de engenharia, o procedimento é sempre acompanhado e conferido pelos técnicos do setor de engenharia da Secretaria de Infraestrutura do Município, aos quais compete a elaboração e a revisão do Termo de Referência, do projeto executivo, dos memoriais descritivos, das especificações técnicas e das planilhas orçamentárias. No caso concreto, o Termo de Referência, o projeto executivo e as planilhas orçamentárias foram elaborados pela área técnica municipal — cuja autoria a própria Recorrente identifica, em suas razões, como sendo dos profissionais Eng. Valberto Pereira e Arq. Fernanda Cavalache —, e foi precisamente no âmbito dessa unidade técnica que se identificou o erro material da planilha orçamentária

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

que motivou o adiamento da sessão e a republicação do Edital, com a disponibilização das planilhas revisadas. A conferência técnica do certame foi, ademais, reiterada na fase recursal, na forma do item 13.1 desta manifestação.

Manifestação técnica do setor de engenharia já constante dos autos. Em atenção à alegada ausência de suporte técnico na aceitação da proposta e em cumprimento ao dever de instrução, sobreveio aos autos o "PARECER TÉCNICO SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO", datado de 09 de outubro de 2026, subscrito pela Engenheira Civil Luthiane Talinny Carneiro de Almeida (CREA/BA nº 3000051352, matrícula nº 005747), do setor de engenharia do Município, no qual, após análise do recurso administrativo e conferência dos documentos que integram o processo licitatório, o setor técnico se manifestou pelo não acolhimento das alegações relativas aos preços unitários, à suposta alteração de 09 (nove) itens fundamentais, à alegada modificação arbitrária dos quantitativos e à insuficiência da comprovação da parcela de maior relevância técnica relativa ao concreto estrutural, nos termos detalhados no item IV desta manifestação. Resta, assim, documentalmente comprovado que o certame foi acompanhado e conferido pelos técnicos da área de engenharia da Municipalidade, inclusive na fase recursal.

Diligência sobre o porte da licitante classificada. Conforme registrado na ata da sessão, houve diligência específica para verificação do porte da licitante classificada: após o questionamento formulado pela Recorrente às 16h31min, o Agente de Contratação procedeu a "nova conferência da documentação, bem como consulta da veracidade dos documentos", com análise do Balanço Patrimonial do exercício de 2025 apresentado pela licitante, consulta à Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia (JUCEB) e consulta ao Cartão CNPJ, tendo concluído que a empresa está enquadrada no regime da LC nº 123/2006 e que a divergência entre o registro cadastral e a receita auferida constitui erro formal de subcategoria, sem aptidão para produzir desclassificação, desenquadramento ou perda de direitos. O Balanço Patrimonial nº 6 do exercício de 2025, relativo ao período de 01/01/2025 a 31/12/2025, encontra-se nos autos, registrado na JUCEB em 16/03/2026 (arquivamento nº 26009973619, protocolo nº 269123318, NIRE 29205056967) e assinado eletronicamente pelo sócio-administrador João Pedro Silvestre do Nascimento e pelo contador Rodrigo Barbosa de Oliveira Santos (CRC nº 306413).

Conferência da proposta realinhada contra a planilha vigente. Determinou-se, ainda, a conferência analítica da proposta realinhada apresentada pela licitante classificada — que, em empreitada por preço unitário, deve reproduzir integralmente os códigos, as descrições, as unidades e os quantitativos da planilha orçamentária do Edital, com os preços unitários ofertados pelo licitante — confrontando-a, item a item, com a planilha oficial vigente, resultante da republicação posterior à suspensão do certame (planilhas "CC007 — após suspensão", com referência SINAPI 05/2026 – Bahia, BDI de 23,38% e regime não desonerado). O resultado dessa conferência, documentado nos itens seguintes, é o elemento central desta manifestação: **a proposta realinhada da Recorrida é a reprodução fiel da planilha orçamentária vigente, com desconto uniforme de aproximadamente 12% (0,88) aplicado sobre os valores unitários de referência**, e não guarda qualquer relação com os valores "de edital" invocados no recurso, todos extraídos da planilha anterior à suspensão. Essa conclusão foi integralmente confirmada pelo Parecer Técnico sobre Recurso Administrativo do setor de engenharia do Município, de 09 de outubro de 2026, subscrito pela

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Engenheira Civil Luthiane Talinny Carneiro de Almeida (CREA/BA nº 3000051352, matrícula nº 005747), para o qual a Recorrente "utilizou a planilha orçamentária inicial como referência para a realização do comparativo de preços, sem considerar adequadamente a planilha orçamentária republicada, que constitui a referência pertinente para a análise das propostas", tendo o setor técnico assentado expressamente que "não foram identificados preços unitários superiores aos previstos na planilha de referência".

IV – DO MÉRITO

IV.1 – Da planilha vigente como único parâmetro de aferição e da improcedência da tese de sobrepreço

O recurso parte de premissa documental equivocada. A planilha orçamentária é o anexo do Edital que fixa códigos, descrições, unidades e quantitativos dos serviços, e a ela se vinculam a Administração e os licitantes por força do princípio da vinculação ao instrumento convocatório (art. 5º da Lei nº 14.133/2021). Após a suspensão do certame e a correção do erro material, o procedimento foi retomado com a publicação de novo Edital e a disponibilização de novas planilhas, e o parâmetro de aferição da regularidade das propostas passou a ser, necessariamente, a planilha vigente — e não aquela substituída, que deixou de integrar o instrumento convocatório. Os valores que a Recorrente atribui ao "Edital" (tais como R$ 21,88 para a pintura sobre metais da E. M. Barroca do Faleiro; R$ 640,38 para o concreto do Terreirinho; R$ 55,52 e R$ 58,64 para a escavação manual de vala; R$ 151,03 para o quadro de distribuição de luz; 3,00 unidades para a tesoura de madeira da E. M. Dr. Luiz Viana Filho; o lavatório de louça SINAPI 86904; o bloco de concreto ORSE 9382; a calha de 50 cm; e a tela ORSE 10012 com instalação) **não constam da planilha vigente** para os itens e as obras que o recurso indica, o que confirma que a comparação foi feita contra a base superada.

A conferência item a item da proposta realinhada com a planilha vigente revelou, ao contrário do que sustenta o recurso, a mais absoluta conformidade da proposta com o orçamento de referência, com aplicação de desconto uniforme de aproximadamente 12% sobre os valores unitários de referência. Os quadros abaixo sintetizam as verificações realizadas quanto aos itens expressamente destacados no recurso, todas confirmadas pelo Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026 — cujo quadro comparativo, estruturado em "PREÇO UNIT. EDITAL REPUBLICADO", "PREÇO UNIT. PROPOSTA DF" e "DIFERENÇA", apresenta em todos os itens examinados resultado negativo para o Município, como no item 6.1 da E. M. Barroca do Faleiro (R$ 101,21 x R$ 89,06 = −R$ 12,15), no item 4.3 do Terreirinho (R$ 2.597,16 x R$ 2.230,86 = −R$ 366,30) e no item 10.3.1.4 da E. M. Luiz Viana Filho (R$ 163,71 x R$ 144,04 = −R$ 19,67):

Item e obra (conforme indicado no recurso)	**Valor apontado no recurso como "Edital"**	**Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)**	**Proposta da Recorrida**	**Conclusão técnica**
Barroca do Faleiro, item	R$ 21,88	Código 0098 — "Pintura com	R$ 89,06	Preço da proposta INFERIOR ao valor

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Item e obra (conforme indicado no recurso)	Valor apontado no recurso como "Edital"	Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)	Proposta da Recorrida	Conclusão técnica
6.1 — pintura de acabamento sobre metais		tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado)... inclusive pintura de proteção com aplicação de 01 demão de tinta Super Galvite": R$ 101,21 (sem BDI) / R$ 124,87 (com BDI)		de referência vigente; o "sobrepreço" de +307,04% decorre da comparação com valor da planilha superada
Terreirinho, item 4.3 — concreto fck = 15 MPa	R$ 640,38	Item 4.3 = ORSE 6457 — "Concreto armado fck = 15 MPa fabricado na obra, adensado e lançado, para uso geral, com formas planas em compensado resinado 12 mm": R$ 2.597,16 (sem BDI) / R$ 3.204,38 (com BDI). O concreto de preparo manual (SINAPI 94975, R$ 640,38)	R$ 2.230,86	Comparação entre serviços DISTINTOS (preparo manual x concreto armado com fôrmas), expressamente reconhecida pelo próprio recurso na tabela de especificações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Item e obra (conforme indicado no recurso)	**Valor apontado no recurso como "Edital"**	**Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)**	**Proposta da Recorrida**	**Conclusão técnica**
		corresponde ao item 4.8 da mesma planilha		
Terreirinho, item 2.8.9 — lavatório	Lavatório de louça SINAPI 86904	Item 2.8.9 = composição própria 136 — "Lavatório PLASTICO, sem coluna, padrão popular, c/ válvula, sifão, engate e torneira": R$ 166,99 (sem BDI); o lavatório de louça branca suspenso (SINAPI 86904, R$ 171,13) consta de outro item da planilha vigente	R$ 146,94	A proposta reproduz EXATAMENTE a composição e a especificação da planilha vigente; não há substituição de insumo
Barroca do Faleiro, item 13.2 — alvenaria de vedação	Bloco de concreto 14x19x39 cm (ORSE 9382)	SINAPI 103329 — "Alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados na horizontal de 9x19x19 cm": R$ 115,28 (sem BDI)	R$ 101,54	A planilha vigente adota o bloco cerâmico; a proposta a reproduz (código SINAPI 103329)
Terreirinho, item 3.4.4 —	Calha com desenvolviment	SINAPI 94227 — "Calha em	R$ 56,49	O desenvolvimento de 33 cm é o

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Item e obra (conforme indicado no recurso)	Valor apontado no recurso como "Edital"	Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)	Proposta da Recorrida	Conclusão técnica
calha	o de 50 cm (SINAPI 94228)	chapa de aço galvanizado nº 24, desenvolvimento de 33 cm": R$ 64,18. A calha de 50 cm (SINAPI 94228, R$ 87,06) consta de outros itens da planilha vigente (v.g., Barroca do Faleiro 10.7 e Caatinguinha 3.4.6), e foi igualmente reproduzida na proposta		previsto na planilha vigente para o item; não há subdimensionamento
Terreirinho, item 4.7 — tela de aço soldada	ORSE 10012 — fornecimento e instalação	SINAPI 7155 — "Tela de aço soldada nervurada, CA-60, Q-138 (2,20 kg/m²)": R$ 16,12 (sem BDI)	R$ 14,19	A planilha vigente adota o insumo SINAPI 7155 no item 4.7; a proposta reproduz o código e o preço com desconto
Barroca do Faleiro 12.1.2 e Terreirinho 4.11 — reaterro de valas	Reaterro com placa vibratória: R$ 18,44 / R$ 18,46	SINAPI 104737 — "Reaterro manual de valas, com placa vibratória", R$ 26,18; e composição própria 118 — "Reaterro	R$ 23,03 e R$ 23,00	Ambos os serviços constam da planilha vigente nos respectivos itens; a proposta reproduz a solução prevista para cada um

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Item e obra (conforme indicado no recurso)	Valor apontado no recurso como "Edital"	Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)	Proposta da Recorrida	Conclusão técnica
		manual de valas com espalhamento sem compactação", R$ 26,14 (infraestrutura de tanque/fossa), ambas previstas na planilha vigente conforme o subitem		
Escavação manual de vala (Barroca do Faleiro 12.1.1 e 13.1; Luiz Viana 10.1.1; Caatinguinha 4.1.1)	R$ 55,52 a R$ 58,64	SINAPI 93358 — "Escavação manual de vala. AF_09/2024": R$ 103,40 (sem BDI) / R$ 127,57 (com BDI)	R$ 90,98 e R$ 90,94	Preço da proposta INFERIOR ao valor de referência vigente
Terreirinho, itens 2.9.1 e 3.5.1 — quadro de distribuição de luz para 8 disjuntores	R$ 151,03 (código SINAPI 101872)	Item 3.5.1 = composição própria 0169 — "Quadro de distribuição de luz em PVC para 8 disjuntores - 1,50 m": R$ 224,81 (sem BDI) / R$ 277,37 (com	R$ 197,82 e R$ 197,87	Preço da proposta INFERIOR ao valor de referência vigente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Item e obra (conforme indicado no recurso)	Valor apontado no recurso como "Edital"	Preço unitário da PLANILHA REPUBLICADA (R$)	Proposta da Recorrida	Conclusão técnica
		BDI)		
Luiz Viana, item 6.1 — tesoura de madeira, vão de 7,0 m	3,00 unidades	SINAPI 92549 — "Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 7 m": quantidade de 4,00 UN, valor unitário de R$ 2.107,34 (sem BDI) / R$ 2.600,04 (com BDI)	4,00 UN a R$ 1.854,36	O quantitativo de 4 unidades é o da PLANILHA VIGENTE; não houve majoração pela licitante

A verificação dos valores globais por obra confirma, de forma inequívoca, o mesmo padrão, afastando qualquer hipótese de "jogo de planilha" — isto é, de concentração artificial de sobrepreço em itens com maior probabilidade de aditivo, com desequilíbrio da equação econômico-financeira. A proposta realinhada apresenta, em cada uma das quatro obras, exatamente o total da planilha vigente reduzido pelo desconto uniforme ofertado:

Obra	Total da planilha vigente (com BDI)	Total da proposta realinhada	Proporção
E. M. Barroca do Faleiro	R$ 424.713,10	R$ 373.692,23	0,88
E. M. de Caatinguinha	R$ 394.855,96	R$ 347.435,72	0,88
E. M. Dr. Luiz Viana Filho	R$ 279.841,58	R$ 246.218,93	0,88

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Obra	Total da planilha vigente (com BDI)	Total da proposta realinhada	Proporção
E. M. Quilombola Maria Salomea (Terreirinho)	R$ 411.331,60	R$ 361.866,50	0,88
TOTAL	**R$ 1.510.742,24**	**R$ 1.329.213,38**	**0,88 (desconto de 12,02%)**

Não há, portanto, sobrepreço unitário a desclassificar. O desconto de 12,02% (R$ 181.528,86) é uniforme por obra e por item, e não se identifica na proposta uma única hipótese de preço unitário superior ao valor de referência vigente. O preço global ofertado é inferior ao orçamento estimado, atendendo ao critério de aceitabilidade fixado no item 8.11 e no item 8.12.1 do Termo de Referência ("valor global: conforme valor estimado da licitação").

Ainda que se admitisse, por hipótese, a existência de divergências pontuais, a consequência legal não seria a desclassificação. O art. 59, § 3º, da Lei nº 14.133/2021 determina que, nas contratações de obras e serviços de engenharia e arquitetura, "para fins de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado no edital". O recurso não indica quais itens seriam relevantes, não demonstra o impacto financeiro de nenhuma das ocorrências apontadas sobre o valor global e não formula juízo de inexequibilidade — limita-se a somar ocorrências, muitas delas de centavos, o que confirma o caráter instrumental da tese. No mesmo sentido, o Acórdão nº 906/2020 – Plenário do TCU assentou que "divergências entre as planilhas de composição de custos e formação de preços da licitante e as da Administração, inclusive relativas a cotação de lucro zero ou negativo, não são, em princípio, motivo de desclassificação, devendo para tanto haver o exame da exequibilidade da proposta, uma vez que as planilhas possuem caráter subsidiário e instrumental"; e o Acórdão nº 370/2020 – Plenário estabelece que "a mera existência de erro material ou de omissão na planilha de custos e de formação de preços da licitante não enseja, necessariamente, a desclassificação antecipada da sua proposta, devendo a Administração promover diligência junto ao interessado para a correção das falhas, sem permitir, contudo, a alteração do valor global originalmente proposto".

A Súmula TCU nº 259, invocada pela Recorrente, em nada socorre a tese recursal: "Nas contratações de obras e serviços de engenharia, a definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, com fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor". No caso, o critério de aceitabilidade foi fixado no Termo de Referência (itens 8.11 e 8.12.1: valor global conforme o valor estimado da licitação), e o preço global ofertado é inferior ao estimado. Quanto ao "jogo de planilha", a Lei nº 14.133/2021 positivou o remédio que neutraliza o risco invocado: o art. 127 fixa a metodologia de precificação dos serviços novos (a relação geral entre a proposta e o orçamento-base) e o art. 128 estabelece

que, "nas contratações de obras e serviços de engenharia, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor do contratado em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária". Ademais, no regime de empreitada por preço unitário contrata-se "por preço certo de unidades determinadas" (art. 6º, XXVIII) e o pagamento depende de medição do serviço efetivamente executado e aceito pela fiscalização (art. 117), de modo que o benefício econômico é necessariamente proporcional ao serviço medido — e o desconto ofertado permanece como piso do contrato. Os precedentes de 2005 a 2012 invocados no recurso, anteriores ao novo regime legal, não podem ser aplicados como se a Lei nº 14.133/2021 não contivesse solução expressa para o problema.

Registro, por fim, a fragilidade interna da peça recursal, que reforça a conclusão de que a comparação foi feita sobre base documental superada: o recurso anuncia 48 itens com preços superiores ao orçamento e sua própria tabela relaciona 47; em 9 dos itens listados a variação apontada é inferior a 1% (havendo casos de diferença de um ou dois centavos, como R$ 25,44 contra R$ 25,45 e R$ 25,46 na pintura de acabamento); os dois maiores percentuais (+248,36% e +307,04%) referem-se a itens cujas composições o próprio recurso reconhece serem diferentes das exigidas; e o item 13.2 da E. M. Barroca do Faleiro é descrito de duas formas distintas, como alvenaria de blocos cerâmicos furados na tabela de preços e como serviço que exigiria bloco de concreto na tabela de especificações.

IV.2 – Das supostas adulterações de especificações técnicas (09 itens)

O recurso sustenta que a licitante classificada teria substituído unilateralmente composições e especificações do Edital, trocando materiais nobres e métodos executivos normatizados por insumos inferiores, o que configuraria violação aos itens 6.2 e 6.8 do Edital e ao art. 59, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A alegação não se confirma.

Na empreitada por preço unitário, a planilha orçamentária do Edital fixa as especificações, os códigos de referência dos bancos de preços (SINAPI, ORSE, composições próprias do projeto) e os quantitativos, e a proposta do licitante deve reproduzir fielmente essa estrutura de itens, ofertando apenas o preço unitário. Foi exatamente o que ocorreu: o exame da proposta realinhada demonstra que ela reproduz, item a item, os códigos e as descrições da planilha vigente — inclusive os códigos SINAPI e as composições próprias —, sem qualquer substituição de insumo, de método executivo ou de unidade de medida — conclusão também assentada pelo Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026, segundo o qual, quanto à alegada adulteração de nove itens fundamentais, "as divergências alegadas não se confirmam a partir da conferência da planilha orçamentária pertinente ao processo licitatório": (i) Terreirinho, item 2.8.9 — a planilha vigente especifica "Lavatório PLASTICO, sem coluna, padrão popular" (composição própria 136, R$ 166,99), e a proposta reproduz a mesma composição (R$ 146,94), sendo o lavatório de louça branca suspenso (SINAPI 86904) item diverso, previsto em outro ponto da planilha vigente; (ii) Barroca do Faleiro, item 13.2 — a planilha vigente adota a alvenaria de vedação de blocos cerâmicos furados 9x19x19 cm (SINAPI 103329, R$ 115,28), reproduzida na proposta (R$ 101,54); (iii) Barroca do Faleiro, item 13.3 — a planilha vigente adota a composição própria 0122 (cintas e vergas em blocos cerâmicos tipo "u" 9x19x19 cm, preenchidos com concreto fck = 15 MPa e treliça TG 8), reproduzida na proposta; (iv) Terreirinho, item 3.4.4 — a planilha vigente adota a calha SINAPI 94227, com desenvolvimento de 33 cm (R$ 64,18), reproduzida na proposta (R$ 56,49), sendo a calha de 50 cm (SINAPI

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

94228) prevista em outros itens da planilha vigente, igualmente reproduzidos na proposta; (v) Terreirinho, item 4.7 — a planilha vigente adota a tela de aço soldada nervurada CA-60, Q-138 (SINAPI 7155, R$ 16,12), exatamente o item reproduzido na proposta (R$ 14,19), sendo a argamassa/mão de obra de armação tratada em itens próprios da planilha; (vi) Terreirinho, item 4.11 e Barroca do Faleiro, item 12.1.2 — a planilha vigente prevê o reaterro manual de valas com placa vibratória (SINAPI 104737, R$ 26,18) e, na infraestrutura de tanque/fossa, o reaterro com espalhamento sem compactação (composição própria 118, R$ 26,14), ambos reproduzidos na proposta nos respectivos itens (R$ 23,03 e R$ 23,00); (vii) Terreirinho, item 4.3 — a planilha vigente adota, no item 4.3, o concreto armado com formas planas em compensado resinado (ORSE 6457), reproduzido na proposta, sendo o concreto de preparo manual (SINAPI 94975) item diverso (4.8); (viii) Barroca do Faleiro, item 6.1 — a planilha vigente adota a composição própria 0098 ("Pintura com tinta alquídica de acabamento (esmalte sintético acetinado) aplicada a rolo ou pincel sobre superfícies metálicas, inclusive pintura de proteção com aplicação de 01 demão de tinta Super Galvite"), precisamente o código 0098 constante da proposta; e (ix) E. M. Dr. Luiz Viana Filho, item 9.5 — a planilha republicada adota o código 00000151, unidade UN, com a descrição integral da composição paramétrica de ponto elétrico de tomada de uso específico 2P+T (20A/250V) (cópia da SINAPI 104476), exatamente o código, a unidade e a descrição reproduzidos na proposta (R$ 271,91). O Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026 trouxe, ainda, quadro comparativo específico demonstrando, item a item (6.1, 13.2 e 13.3 da E. M. Barroca do Faleiro; 9.5 da E. M. Luiz Viana Filho; e 2.8.9, 3.4.4, 4.3, 4.7 e 4.11 do Terreirinho), a identidade entre a especificação exigida no edital republicado e a especificação cotada na proposta da licitante classificada.

Quanto ao nono item apontado — ponto elétrico de tomada de uso específico 2P+T (20A/250V) da E. M. Dr. Luiz Viana Filho (item 9.5), em que o recurso afirma ter havido alteração de especificação e da unidade de medida —, a conferência documental, corroborada pelo Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026, demonstra que a especificação cotada na proposta é idêntica à exigida na planilha republicada: código 00000151 (Próprio — cópia da SINAPI 104476), unidade UN e a mesma descrição integral da composição paramétrica de ponto elétrico de tomada de uso específico 2P+T (20A/250V) em edifício residencial, com eletroduto embutido em rasgos nas paredes, incluso tomada, eletroduto, cabo, rasgo, quebra e chumbamento (exceto chuveiro). Não houve alteração de especificação nem de unidade de medida, e o valor ofertado (R$ 271,91, contra R$ 309,02 de referência) é inferior ao da planilha republicada. Nenhuma diligência é necessária no ponto, restando afastada a alegação recursal, sendo aplicável, ademais, o art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 ("o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidade do processo").

Consigne-se, ainda, que a Recorrida está vinculada ao projeto executivo, ao memorial descritivo e às especificações técnicas do Termo de Referência, sendo a execução aferida pela fiscalização por medição, com recusa de material ou método em desacordo com a especificação (art. 117 da Lei nº 14.133/2021). Não há, portanto, enriquecimento indevido do contratado nem prejuízo à durabilidade da obra escolar: a Administração pagará apenas o serviço efetivamente executado e aceito, segundo as especificações contratuais, com o desconto ofertado.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

IV.3 – Do suposto quantitativo divergente (tesouras de madeira da E. M. Dr. Luiz Viana Filho)

O recurso afirma que a licitante classificada teria majorado de 3,00 para 4,00 unidades o quantitativo do item 6.1 (cobertura — tesoura de madeira com vão de 7,0 m) da E. M. Dr. Luiz Viana Filho, com o objetivo de auferir medições futuras sem contraprestação física. A alegação é frontalmente contrariada pelo documento oficial: a planilha orçamentária vigente, resultante da republicação, fixa para o item 6.1 da E. M. Dr. Luiz Viana Filho o serviço "Fabricação e instalação de tesoura inteira em madeira não aparelhada, vão de 7 m, para telha cerâmica ou de concreto, incluso içamento (SINAPI 92549)" no quantitativo de **4,00 UN**, com valor unitário de R$ 2.107,34. A proposta da Recorrida reproduz exatamente esse quantitativo e esse código, com o desconto ofertado (R$ 1.854,36). O quantitativo de 3,00 unidades indicado no recurso corresponde à planilha anterior à suspensão, substituída pela republicação — como igualmente reconheceu o Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026, para o qual "o quantitativo previsto para as tesouras de madeira do Colégio Luiz Viana corresponde a 04 (quatro) unidades, coincidindo com a quantidade considerada na análise da proposta da empresa vencedora".

Não há, pois, majoração arbitrária de quantidade. E, ainda que houvesse, a consequência não seria a que o recurso pretende: em empreitada por preço unitário, mede-se e paga-se a unidade efetivamente executada, de modo que a hipótese de "medição sem contraprestação física" é juridicamente impossível, tanto mais quando o art. 128 da Lei nº 14.133/2021 preserva integralmente o desconto ofertado ao longo da execução contratual.

IV.4 – Da suposta nulidade da aceitação por ausência de parecer técnico de engenharia

O recurso pede a nulidade da aceitação da proposta ao argumento de que o ato não foi precedido de parecer subscrito por engenheiro civil habilitado da Secretaria Municipal de Infraestrutura, apontando a concentração da análise em 1h35min e citando o art. 8º, § 1º, e o art. 7º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, o art. 50 da Lei nº 9.784/1999 e precedentes do TCU. A alegação não prospera, por quatro razões.

Primeira. A lei não condiciona a validade da aceitação de proposta, em licitação de obras e serviços de engenharia, à existência de parecer técnico prévio subscrito por profissional da área. O art. 8º, caput, da Lei nº 14.133/2021 atribui ao agente de contratação a competência para "tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação"; o § 1º, transcrito pela Recorrente, limita-se a prever que o agente "será auxiliado por equipe de apoio" e a disciplinar sua responsabilidade individual; e o § 3º remete a regulamento a possibilidade de apoio por órgãos de assessoramento. Trata-se de faculdade organizacional e de mecanismo de auxílio — e não de condição de validade do julgamento. O recurso não aponta cláusula do Edital nem norma municipal que condicione a aceitação a parecer de engenharia, o que seria exigível para sustentar a tese de nulidade. E, ainda que se tratasse de exigência, ela estaria satisfeita: o Parecer Técnico de 09/10/2026, subscrito pela Engenheira Civil Luthiane Talinny Carneiro de Almeida (CREA/BA nº 3000051352, matrícula nº 005747), do setor de engenharia do Município, integra os autos e confirma, item a item, a conformidade da proposta da licitante classificada com a planilha orçamentária republicada.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

Segunda. O princípio da segregação de funções (art. 7º, § 1º) veda que o mesmo agente exerça funções suscetíveis a risco de conflito, mas não cria etapa obrigatória de parecer técnico no julgamento das propostas. Ademais, e é o que importa ao caso concreto, todo o procedimento foi instruído e acompanhado pelos técnicos do setor de engenharia da Secretaria de Infraestrutura do Município, aos quais compete — e foi o que ocorreu — a elaboração e a revisão do Termo de Referência, do projeto executivo, dos memoriais descritivos e das planilhas orçamentárias, sendo a própria área técnica responsável pela identificação do erro material que motivou o adiamento da sessão e a republicação do Edital, com disponibilização de novas planilhas. Os autores dos projetos e das especificações foram expressamente identificados pela própria Recorrente (Eng. Valberto Pereira e Arq. Fernanda Cavalache). Não há, portanto, ausência de suporte técnico: há acompanhamento técnico permanente, cuja materialização documental está no Parecer Técnico sobre Recurso Administrativo de 09 de outubro de 2026, subscrito pela Engenheira Civil Luthiane Talinny Carneiro de Almeida (CREA/BA nº 3000051352, matrícula nº 005747), já constante dos autos, tal como admitido pela própria Recorrida em suas contrarrazões.

Terceira. O tempo de análise não é parâmetro de validade do ato. O intervalo de 1h35min destacado no recurso (entre 14h53min e 16h28min) corresponde exclusivamente à conferência da proposta realinhada ao último lance, e não à análise de toda a documentação do certame, já apresentada e examinada nas etapas anteriores: a sessão, aberta em 21/09/2026 às 8h00, dedicou-se à abertura dos documentos e à análise da habilitação (das 8h27min às 17h23min, com suspensões), prosseguindo em 29/09/2026 a partir das 9h07min, com desclassificação e inabilitação de participantes, antes da abertura da fase de lances às 10h24min. Note-se que, em razão da inversão de fases de que trata o art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, expressamente prevista no item 8.2 do Termo de Referência e no item 4 do Edital, a documentação da licitante classificada — inclusive a de qualificação técnica e econômico-financeira — havia sido analisada em momento anterior à disputa, razão pela qual a Recorrente não pode alegar exame açodado de documentação que já se encontrava no sistema.

Quarta. Não se decreta nulidade sem prejuízo. A Recorrente teve acesso integral à proposta e aos documentos, apresentou recurso com exame pormenorizado do objeto e exerceu plenamente o contraditório, não se identificando qualquer prejuízo à sua esfera jurídica decorrente da forma do ato. A motivação do ato de aceitação, consignada na ata ("após análise dos documentos, bem como da proposta realinhada ao último lance, informo que não houve apontamentos a fazer"), é suficiente para o ato que afirma a conformidade da proposta, não sendo exigível a refutação antecipada de objeções que ainda não haviam sido formuladas. Acrescente-se que a citação jurisprudencial transcrita no recurso entre aspas não é atribuída a julgado específico — não se indica qual dos três acórdãos mencionados conteria a passagem — , e que o Acórdão nº 2.443/2021 – Plenário versa sobre a vedação à inclusão de novos documentos, que, segundo o entendimento consolidado, não alcança o documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em diligência — exatamente a situação dos autos. Incidem, no ponto, o art. 12, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e o princípio do formalismo moderado, que repele a interpretação do edital com rigor excessivo que prejudique a finalidade da licitação.

IV.5 – Da qualificação técnica e da parcela de maior relevância (concreto armado fck = 30 MPa)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

O recurso pugna pela inabilitação técnica da Recorrida ao fundamento de que não teria comprovado a execução da parcela de maior relevância prevista nos itens 8.40 e 8.41 do Termo de Referência — "concreto armado fck = 30 MPa, usinado e bombeado, inclusive fôrmas", no quantitativo mínimo de 24,67 m³ (unidade M³, e não m², como equivocadamente consta do pedido "b" do recurso) —, sustentando que a CAT nº 24703/2026 registraria concreto com transporte por jerica, em obra em andamento (32,87 m³), sem bombeamento, e que os demais atestados se refeririam a concreto fck = 25 MPa preparado em betoneira ou a radier medido em m².

A exigência editalícia, contudo, é de compatibilidade, e não de identidade. O item 8.40 do Termo de Referência exige atestado(s) que comprove(m) "a execução de obras ou serviços de engenharia compatíveis em características, quantidades e complexidade com o objeto desta licitação", admitindo expressamente "o somatório de atestados"; o item 8.41 trata da qualificação técnico-profissional e o subitem 8.41.1 refere-se a serviços com "características técnicas e similares ao objeto da contratação". O art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 limita a qualificação técnico-operacional a certidões ou atestados "que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". Nesse exato sentido, o Acórdão nº 298/2024 – Plenário do TCU assentou que "nas contratações de obras e serviços, as exigências de qualificação técnica devem admitir a experiência anterior do licitante em obras ou serviços com características semelhantes ou de complexidade superior, e não necessariamente idênticas, às do objeto pretendido pela contratante"; e a Súmula TCU nº 263 autoriza a exigência de quantitativos mínimos "em obras ou serviços com características semelhantes", desde que guarde proporção com a dimensão e a complexidade do objeto.

Aplicando esses parâmetros ao caso: o acervo técnico da Recorrida registra a execução de concreto armado com fck = 30 MPa no quantitativo de 32,87 m³ — superior, portanto, ao mínimo de 24,67 m³ exigido —, além de experiência na execução de estruturas, formas e armaduras. A controvérsia apontada pela Recorrente concentra-se não na resistência característica do concreto, nem na complexidade tecnológica da execução da estrutura, nem no quantitativo, mas exclusivamente no meio de transporte e lançamento do concreto (jerica, em lugar de bomba) e na circunstância de a obra atestada estar em andamento. Ora, o meio de transporte e lançamento é circunstância logística do canteiro, que não altera a resistência do material, o dimensionamento da estrutura nem a complexidade tecnológica do serviço: quem executa estrutura em concreto de 30 MPa demonstra aptidão para executá-la com qualquer equipamento de lançamento. Exigir a coincidência também nesse aspecto equivaleria a exigir serviço idêntico, o que a lei e a jurisprudência repelam. E a certidão de acervo técnico registra serviços efetivamente executados, sendo o quantitativo executado (32,87 m³) reconhecido pela própria Recorrente.

Não há, igualmente, quebra de isonomia em relação à licitante EBA SERVIÇOS. Isonomia é tratar igualmente situações iguais e desigualmente as desiguais: a EBA SERVIÇOS foi inabilitada porque não comprovou, em nenhuma medida, a execução do item de relevância técnica "cerca/gradil Nylofor h = 1,03 m, malha 5x20 cm – fio 5 mm" (item que, aliás, integra a proposta da Recorrida, na forma prevista na planilha vigente); a Recorrida, ao contrário, comprovou a parcela do concreto armado em volume superior ao mínimo exigido. Situações distintas receberam, corretamente, soluções distintas.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

O Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026 examinou especificamente o ponto e manifestou-se pelo não acolhimento da alegação, consignando que "a execução de estruturas em concreto armado envolve etapas técnicas essenciais, tais como montagem e escoramento das formas, posicionamento das armaduras, recebimento e lançamento do concreto, adensamento, nivelamento e cura", que "a utilização de concreto usinado demonstra que o material é produzido previamente em central, de acordo com o traço especificado" e que "o lançamento por jerica, embora distinto do bombeamento quanto ao procedimento executivo e à logística de transporte e lançamento, não afasta, por si só, a aptidão técnica para a execução de estruturas de concreto armado, desde que os demais requisitos técnicos relevantes estejam devidamente demonstrados", concluindo que "a diferença entre os métodos de lançamento do concreto, isoladamente considerada, não é suficiente para descaracterizar a aptidão técnica demonstrada". O próprio Parecer registra, ainda, que "o quantitativo de 32,87 m³ registrado na CAT supera o mínimo de 24,67 m³ exigido".

IV.6 – Do porte da licitante classificada (ME/EPP) e da diligência realizada

O recurso pede o desenquadramento da Recorrida da condição de ME/EPP, com base na receita operacional bruta de 2024 (R$ 8.987.252,97, que teria extrapolado em 2.396,46% o teto de microempresa e em 87,23% o teto de empresa de pequeno porte) e na receita de 2025 (R$ 1.324.186,00, extrapolação de 267,83% do teto de ME), sustentando que a exclusão do regime "se estenderia obrigatoriamente a 2025 e 2026". O pedido não merece acolhimento.

Registro, inicialmente, que **houve diligência específica para verificação do porte da licitante classificada**, na forma documentada na ata da sessão: após o questionamento da Recorrente, procedeu-se a nova conferência da documentação e à consulta da veracidade dos documentos, com (i) análise do Balanço Patrimonial do exercício de 2025 apresentado pela licitante (livro nº 6, registrado na JUCEB em 16/03/2026, arquivamento nº 26009973619, assinado eletronicamente pelo sócio-administrador e pelo contador responsável); (ii) consulta à Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado da Bahia; e (iii) consulta ao Cartão CNPJ. A diligência apurou que o registro cadastral ainda indica formalmente o porte de Microempresa, mas que o faturamento/movimentação demonstrado no Balanço de 2025 é superior ao limite de R$ 360.000,00 — conclusão que coincide com o balanço de 2025 constante dos autos e que a própria Recorrente invoca (receita de 2025 de R$ 1.324.186,00), bem como com o valor indicado nas contrarrazões (R$ 1.252.186,00). Sob qualquer dos dois valores, a receita de 2025 situa-se acima de R$ 360.000,00 e abaixo de R$ 4.800.000,00.

O critério legal de enquadramento é o da receita bruta auferida no ano-calendário — "em cada ano-calendário", na dicção do art. 3º, incisos I e II, da LC nº 123/2006 — e o período de apuração a considerar nas licitações é o do ano-calendário anterior ao certame, e não os doze meses anteriores à sessão, conforme enunciado do Acórdão nº 250/2021 – Plenário do TCU. Realizada a licitação em 2026, o ano-calendário de referência é 2025, cuja receita — repita-se, sob qualquer das cifras apontadas — insere a licitante na faixa do inciso II do art. 3º, isto é, na condição de **empresa de pequeno porte**. A receita de 2024 não projeta efeitos sobre o enquadramento de 2026: a transcrição dos §§ 9º e 9º-A do art. 3º feita no recurso não corresponde à redação vigente, que disciplina o momento a partir do qual a exclusão produz efeitos (no mês subsequente ao excesso, quando superior a 20% do limite, ou no ano-calendário seguinte, quando o excesso não ultrapassar esse percentual), sem instituir exclusão

perpétua nem vedar o retorno ao regime quando a receita anual observa os limites legais — como aqui ocorreu. A tese do recurso equivaleria a criar sanção sem previsão legal.

Ademais, a divergência entre a subcategoria declarada/registrada (ME) e a efetivamente aplicável (EPP) não produz consequência jurídica alguma no caso concreto: ambas as categorias estão abrangidas pelo mesmo art. 3º da LC nº 123/2006 e fazem jus exatamente aos mesmos direitos e ao mesmo tratamento favorecido (arts. 42 a 49), não havendo vantagem que a licitante pudesse auferir como ME que não lhe assistisse como EPP; a declaração apresentada é, aliás, de "Microempresa e Empresa de Pequeno Porte", fundada no art. 3º da LC nº 123/2006, não havendo falar em falsidade declaratória, mas, quando muito, em erro formal de subcategoria. Por fim, a licitante venceu exclusivamente pelo menor preço ofertado na fase de lances, sem exercício de direito de preferência, de empate ficto ou de qualquer outro benefício da LC nº 123/2006, de sorte que nenhum proveito indevido foi extraído do enquadramento. E o art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 — que limita os benefícios às microempresas e empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para enquadramento como EPP — refere-se a contratos firmados em 2026, não à receita de 2024, e a Recorrente não alega, nem comprova, que tal limite tenha sido extrapolado no ano corrente.

Rejeita-se, portanto, o pedido de desenquadramento. Registra-se, para exatidão do cadastro e dos atos subsequentes, que a subcategoria aplicável à licitante no exercício de 2026 é a de empresa de pequeno porte, recomenda-se à licitante a atualização de seus registros cadastrais (cartão CNPJ e Junta Comercial) e consigna-se que tal retificação é de natureza declaratória e não altera o resultado do certame, pois a classificação decorreu do menor preço e ambos os portes ostentam o mesmo tratamento legal.

IV.7 – Da qualificação econômico-financeira e da alegada irregularidade da habilitação profissional do contador

O recurso pede a inabilitação econômico-financeira da Recorrida porque as certidões de habilitação profissional do contador estariam vencidas na data do julgamento. A alegação não autoriza a inabilitação.

O art. 69 da Lei nº 14.133/2021 dispõe que a habilitação econômico-financeira "será restrita à apresentação da seguinte documentação": balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais (inciso I) e certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou extrajudicial (inciso II). O rol é taxativo, e a certidão de regularidade do profissional contábil não consta dele: tem natureza acessória, servindo apenas a demonstrar que as demonstrações contábeis foram elaboradas por profissional habilitado, condição preexistente e contínua, verificável a qualquer tempo por consulta pública ao Conselho Regional de Contabilidade. A Recorrente não questiona o conteúdo dos balanços, os índices de Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral exigidos pelo item 8.34.1 do Termo de Referência, nem a certidão negativa de falência — os documentos que a lei efetivamente exige estão nos autos e são regulares. No caso, o Balanço Patrimonial do exercício de 2025 da licitante foi registrado na JUCEB em 16/03/2026 (arquivamento nº 26009973619) e subscreve-se por contador regularmente habilitado, de modo

que as demonstrações contábeis foram elaboradas por profissional competente à época em que produzidas e arquivadas, momento juridicamente relevante para a aferição da regularidade.

Acrescente-se que a licitação não pode ser convertida em sucessão de exigências acessórias não previstas no edital nem na lei, sobretudo quando o certame já se encontra em fase recursal. Não se exige, no ponto, qualquer diligência: os documentos que a lei e o Termo de Referência exigem para a habilitação econômico-financeira estão nos autos, foram analisados e são regulares, e a alegação recursal se esgota em documento de natureza acessória, não previsto no rol taxativo do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

IV.8 – Do pedido subsidiário de empate ficto

O pedido subsidiário de reconhecimento de direito subjetivo ao desempate ficto depende inteiramente da tese de desenquadramento, já rejeitada no item IV.6 desta manifestação. Não há, ademais, empate ficto a declarar: os arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006 conferem o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte cujas propostas sejam iguais ou até 10% superiores à proposta mais bem classificada, mas o art. 45, § 2º, delimita expressamente o seu alcance — "o disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte". No caso, a melhor oferta foi apresentada pela Recorrida, que é empresa de pequeno porte; o benefício existe para proteger as pequenas empresas na disputa com empresas de maior porte, e não para permitir que uma EPP, segunda colocada, desloque outra EPP que ofertou preço menor. A pretensão esbarra, ainda, no próprio resultado da disputa, regularmente conduzida em modo aberto com lances sucessivos, em que a Recorrente, tendo podido ofertar preço inferior, não o fez.

IV.9 – Da vantajosidade da proposta e da ausência de prejuízo ao interesse público

Reunindo os elementos de convicção: a proposta da licitante classificada é a reprodução fiel da planilha orçamentária vigente, com desconto uniforme de 12,02% (R$ 181.528,86) em relação ao orçamento estimado, distribuído proporcionalmente entre as quatro obras; não há um único item com preço unitário superior à referência vigente; as especificações e os quantitativos correspondem integralmente ao orçamento de referência; a capacidade técnica e a qualificação econômico-financeira estão demonstradas; e o porte empresarial está regularmente enquadrado. O risco de desequilíbrio econômico-financeiro invocado no recurso — que seria o fundamento material da tese de "jogo de planilha" — está neutralizado pela própria Lei nº 14.133/2021 (arts. 127 e 128), pela vinculação da contratada ao projeto e às especificações e pelo regime de pagamento por medição. A desclassificação pretendida acarretaria, ao contrário do interesse público, a contratação por preço R$ 14.591,84 superior ao ofertado pela licitante classificada, sem qualquer fundamento técnico ou jurídico que a justifique.

V – CONCLUSÃO E DECISÃO

Ante o exposto, no exercício do juízo de retratação de que trata o art. 165, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e pelos fundamentos técnicos e jurídicos acima declinados, **NÃO RECONSIDERO** a decisão proferida na sessão pública de 29 de setembro de 2026.

Propugno, assim, pelo **CONHECIMENTO** do Recurso Administrativo, por tempestivo e preenchidos os demais pressupostos de admissibilidade, e, no mérito, pelo seu **NÃO PROVIMENTO**, com a rejeição integral dos pedidos formulados pela Recorrente, nos seguintes

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

termos: (a) rejeição do pedido de desclassificação da proposta de preços, ante a conformidade integral da proposta realinhada com a planilha orçamentária vigente, a ausência de sobrepreço unitário e a observância do critério de aceitabilidade fixado no Termo de Referência; (b) rejeição do pedido de inabilitação técnica, ante a comprovação da parcela de maior relevância técnica relativa ao concreto armado fck = 30 MPa, no quantitativo de 32,87 m³, superior ao mínimo de 24,67 m³ exigido, à luz do art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021, do Acórdão TCU nº 298/2024 – Plenário, da Súmula TCU nº 263 e do Parecer Técnico do setor de engenharia de 09/10/2026; (c) rejeição do pedido de inabilitação econômico-financeira, ante o caráter taxativo do rol do art. 69 da Lei nº 14.133/2021 e a natureza acessória do documento apontado, não se exigindo, no ponto, qualquer diligência; (d) rejeição do pedido de desenquadramento da condição de ME/EPP, reconhecendo-se o enquadramento da licitante como empresa de pequeno porte no exercício de 2026, com base na receita do ano-calendário de 2025; (e) rejeição do pedido de declaração da Recorrente como vencedora do certame, por ausência de fundamento que infirme a classificação da licitante melhor colocada; e (f) rejeição do pedido subsidiário de reconhecimento de empate ficto, ante a ausência dos pressupostos do art. 45, § 2º, da LC nº 123/2006.

Encaminhem-se os autos à Consultoria Jurídica do Município para que seja elaborado parecer sobre o recurso Administrativo e posteriormente encaminhado à Autoridade Superior para tomada de decisão final e demais providências subsequentes.

Senhor do Bonfim – BA, em 09 de outubro de 2026.

Henrique José da Conceição Mattos
Pregoeiro/ Agente de Contratação
Setor de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

DECISÃO AO RECURSO ADMINISTRATIVO

PARECER JURÍDICO

(FASE EXTERNA)

PARECER JURÍDICO

FASE EXTERNA – RECURSO ADMINISTRATIVO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/2026

CONCORRÊNCIA nº 007/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA.

De lavra da Consultoria Jurídica
Ao Agente de Contratação.

MANIFESTAÇÃO JURÍDICA. LICITAÇÕES. PROCESSO LICITATÓRIO. CONCORRÊNCIA. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. TEMPESTIVIDADE. EFEITO SUSPENSIVO. SOLICITAÇÃO DE INABILITAÇÃO DE EMPRESA POR AUSÊNCIA DE REQUISITOS TÉCNICOS. PARECER FAVORÁVEL À LEGALIDADE DA FASE EXTERNA. PROCEDIMENTO APTO À HOMOLOGAÇÃO.

I – DO RELATÓRIO

Inicialmente assevera-se que a presente manifestação tem por referência os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe e que esta manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, conforme estabelece o artigo 53, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021, competindo a esta Assessoria Jurídica prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe sendo possível adentrar a análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos e nem ainda manifestar-se sobre os aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, de modo que quaisquer juízos de mérito envolvidos na matéria submetida a exame, são de inteira e exclusiva responsabilidade do Administrador, não cabendo a esta Assessoria atuar em substituição às suas doutas atribuições.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público. O mesmo se pressupõe em relação ao exercício da competência discricionária pelo órgão assessorado, cujas decisões devem ser motivadas nos autos. Nesse diapasão, eventual silêncio deste opinativo não comporta referendo a qualquer dos pontos eventualmente aqui não tratados.

Nessa esteira, cabe esclarecer que não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos, nem de atos já praticados. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências.

Finalmente, deve-se salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O seguimento do processo sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva da Administração.

Portanto, cumpre destacar que este parecer apenas se propõe a opinar sobre a legalidade do procedimento, no que concerne a sua fase externa, mediante análise jurídica da contratação, incluindo as razões de recurso

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

apresentada pela empresa **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 07.624.899/0001-62**, em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 168 da Lei 14.133/2021.

Trata-se de processo licitatório destinado a "Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA.".

Na espécie, foi eleita a modalidade CONCORRÊNCIA, para o processamento de licitação com INVERSÃO DE FASES, vindo o mesmo acompanhado de: 1 – pedido de abertura de licitação, 2 – Estudo técnico preliminar, 3 – Mapa de Riscos, Termo de Referência e outros documentos 4 – Documentos do Agente de Contratação – 5 – Minuta de Edital, 6 – Parecer jurídico, 7 - Autorização do Prefeito Municipal, 8 – Publicação do Edital e Aviso de Licitação, 9 – Ata da Sessão, 10 – Recurso Administrativo, 12 – Manifestação do Agente de Contratação sobre o Recurso Administrativo, 12 - Encaminhamento deste processo por parte do Agente de Contratação a esta Assessoria Jurídica, com vistas a analisar a fase final do procedimento licitatório, incluindo as razões de Recurso Administrativo.

É o que basta relatar.

II – DA FASE EXTERNA DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Inicialmente, analisamos os autos do presente Processo Administrativo, observa-se que ele está instruído conforme o processo licitatório estipulado nos artigos 6ª e 29 da Lei 14.133/21, obedece aos requisitos para licitações de fornecimento, e o julgamento das propostas foi devido, conforme preconiza o art. 59 da Lei 14.133/2021.

O Prazo de publicidade do edital obedeceu ao disposto no art. 55, inciso II, "b" da Lei 14.133/2021, uma vez que fora publicado no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP) no dia 18 de agosto de 2026 e no dia 20 de agosto de 2026 no Diário Oficial do Município, tendo a sessão de licitação para habilitação e posterior abertura das propostas ocorrido em 21 de setembro de 2026.

Não houve impugnação ao edital.

A Concorrência 007/2026 teve como vencedora do certame, a empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA — CNPJ nº 16.558.643/0001-95, que apresentou o melhor lance.

Houve a apresentação de Recurso Administrativo interposto pela empresa AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 07.624.899/0001-62, em 01 de outubro de 2026, tendo a vencedora sido declarada no dia 29 de setembro de 2026, na qual a licitante recorrente manifestou interesse em recorrer.

Em suas razões recursais, apresentadas em 01 de setembro de 2026 de forma tempestiva, três dias úteis após a manifestação do direito de recorrer, em respeito ao que determina o inciso I do art. 165 da Lei 14.133/21, a RECORRENTE alega o seguinte:

- **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA - CNPJ: 07.624.899/0001-62**

A empresa AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA, interpõe recurso administrativo contra a decisão que aceitou a proposta e habilitou a empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., vencedora da etapa de lances. A recorrente sustenta que a decisão desconsiderou desconformidades materiais, técnicas e financeiras

presentes na proposta apresentada pela primeira colocada. Destaca que a diferença entre os lances finais foi de R$ 14.591,84, equivalente a aproximadamente 1,09%. Requer o conhecimento do recurso, com atribuição de efeito suspensivo, e a reforma da decisão administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do edital.

No mérito, a recorrente aponta a existência de 48 itens com preços unitários superiores aos valores máximos previstos no orçamento de referência, em afronta às disposições editalícias e ao art. 59 da Lei nº 14.133/2021. Alega, ainda, a alteração indevida das especificações técnicas de nove itens, mediante substituição de materiais e métodos executivos por alternativas supostamente inferiores, bem como a modificação do quantitativo de tesouras de madeira da Escola Municipal Dr. Luiz Viana Filho, de três para quatro unidades. Segundo a recorrente, tais irregularidades comprometem a conformidade da proposta e podem ocasionar prejuízos à Administração Pública, justificando sua desclassificação.

A empresa também questiona a regularidade do julgamento, alegando que a proposta foi aceita sem parecer técnico conclusivo de profissional habilitado da área de engenharia, apesar da complexidade das planilhas orçamentárias e dos serviços licitados. Quanto à habilitação técnica, sustenta que a empresa recorrida não comprovou a execução de concreto armado fck 30 MPa, usinado e bombeado, inclusive fôrmas, na quantidade mínima exigida pelo Termo de Referência. No aspecto econômico-financeiro, aponta que as certidões de regularidade profissional do contador responsável pelos balanços estavam vencidas na data do julgamento. Defende, assim, a inabilitação da concorrente por descumprimento das exigências do instrumento convocatório.

Por fim, a recorrente contesta o enquadramento da empresa vencedora como microempresa ou empresa de pequeno porte, alegando que seu faturamento ultrapassou os limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006, conforme documentos contábeis apresentados no processo. Diante disso, requer a desclassificação da proposta e a inabilitação técnica e econômico-financeira da empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., além do reconhecimento de seu desenquadramento do regime favorecido. Pleiteia, consequentemente, ser declarada vencedora da Concorrência Eletrônica nº 007/2026, com convocação para celebração do contrato administrativo. Subsidiariamente, solicita o reconhecimento do direito ao desempate ficto, com abertura de prazo para apresentação de lance inferior ao da concorrente.

A empresa recorrida apresentou contrarrazões no dia 06 de agosto de 2026, defendendo a manutenção da decisão administrativa que a classificou da seguinte forma:

- **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA — CNPJ nº 16.558.643/0001-95**

A empresa D F do Nascimento Construções Ltda. apresenta contrarrazões ao recurso interposto por Amaral Serviços e Obras Ltda., defendendo a manutenção de sua proposta vencedora e de sua habilitação na Concorrência Eletrônica nº 007/2026. Sustenta que ofertou o menor preço, de R$ 1.329.213,38, representando desconto de 12,02% em relação ao orçamento estimado. Argumenta que o recurso se fundamenta em comparações com planilhas de versão anterior do certame, desconsiderando os documentos republicados após a correção do edital. Alega, ainda, inconsistências nas tabelas apresentadas pela recorrente, inclusive divergências na quantidade de itens apontados e comparações entre serviços distintos.

Quanto às alegadas irregularidades na planilha orçamentária, a recorrida afirma que diferenças pontuais de preços, especificações e quantitativos não justificam a desclassificação automática, especialmente sem demonstração de impacto relevante no valor global. Defende que a execução deverá observar o projeto, o memorial descritivo e as especificações do edital, sendo o pagamento condicionado à medição dos serviços efetivamente executados e aceitos pela fiscalização. Sustenta, também, que não existe exigência legal de parecer prévio de engenheiro para validar a

aceitação da proposta pelo agente de contratação. Subsidiariamente, requer que eventuais inconsistências sanáveis sejam objeto de diligência, sem alteração do valor global ofertado.

No tocante à qualificação técnica, a empresa afirma ter comprovado experiência compatível com a execução de concreto armado fck 30 MPa, apresentando atestado referente a 32,87 m³, quantidade superior ao mínimo exigido de 24,67 m³. Argumenta que o edital exige serviços semelhantes em características, quantidades e complexidade, e não necessariamente idênticos, razão pela qual a diferença no método de lançamento do concreto não comprometeria sua capacidade técnica. Quanto ao enquadramento empresarial, sustenta que deve ser considerada a receita bruta do ano-calendário anterior à licitação, apontando faturamento de R$ 1.252.186,00 em 2025, dentro do limite legal para empresa de pequeno porte. Defende, assim, que o faturamento de 2024 não impede seu enquadramento em 2026.

Em relação às certidões do contador, a recorrida alega que elas não integram o rol legal de documentos de habilitação econômico-financeira e que estavam válidas quando da elaboração e apresentação dos documentos pertinentes, admitindo-se atualização por diligência. Rejeita, ainda, o pedido subsidiário de empate ficto, pois foi ela própria, enquanto empresa de pequeno porte, quem apresentou a melhor oferta, não cabendo o benefício à segunda colocada nessa situação. Ao final, requer o conhecimento das contrarrazões, o não provimento integral do recurso, a manutenção de sua habilitação e da aceitação da proposta, e o prosseguimento do certame para adjudicação e homologação em seu favor.

O Recurso e as Contrarrazões foram recebidas pelo Agente de Contratação, por serem consideradas tempestivas, havendo, porém seu enfrentamento, para **manter a decisão de CLASSIFICAR a D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA,** pelo que antes da decisão da autoridade superior (prefeito), vieram-me os autos para emissão de parecer jurídico, em atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 168 da Lei 14.133/2021.

II.1 – DO RECURSO ADMINISTRATIVO

Inicialmente, vislumbra-se o **conhecimento do recurso**, pela observância do disposto no art. 165, § 1º, inciso I, na medida em que **HOUVE APRESENTAÇÃO DAS RAZÕES RECURSAIS NO PRAZO DE TRÊS DIAS ÚTEIS**, após a decisão de classificação da empresa vencedora e manifestação do interesse de recorrer, logo, tem-se como tempestivas as razões recursais.

Conforme ensina o Professor Rony Charles[1], "*Para que a insurgência da parte seja recebida como recurso, ela deve atender a certos pressupostos recursais. De forma genérica, podemos apontar alguns pressupostos recursais, que qualificam o pleito administrativo como um recurso, conferindo-lhes os efeitos estabelecidos pela respectiva Lei. Costuma-se dividir os pressupostos recursais em pressupostos subjetivos e pressupostos objetivos.*

Como pressupostos objetivos, podemos apontar:

- *Legitimidade: deve ser o titular do direito, o interessado prejudicado ou terceiro a quem a lei confira legitimidade.*
- *Interesse Recursal: deve haver sucumbência por parte do recorrente (sucumbência).*

Como pressupostos objetivos, podemos apontar:

- *Ato administrativo de cunho decisório: o recurso deve ter como objeto a insurgência contra uma decisão administrativa.*
- *Tempestividade: a lei estabelece o prazo para apresentação do recurso.*

[1] TORRES, Rony Charles Lopes de. 12 ed. rev., ampli. E atual. – São Paulo: Juspodivm, 2021. P. 786/787.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil



- *Forma: a lei pode estabelecer forma expressa para apresentação do recurso. Não existindo restrição legal, deve-se adotar o informalismo no processo administrativo.*
- *Fundamentação (motivação): o recorrente precisa apresentar fundamentos para seu pleito recursal.*
- *Pleito Recursal (pedido de nova decisão). O recurso envolve a insatisfação com a decisão administrativa, que pressupõe sua revisão em favor do pleito recursal. Assim, por exemplo, o licitante desclassificado tem como pleito recursal a revisão de sua desclassificação.*
- *Lógico: na hipótese de recurso hierárquico, o pedido de reforma da decisão só é cabível quando existir autoridade hierarquicamente superior ou outra, indicada pela Lei. Assim, salvo previsão específica, não cabe recurso administrativo hierárquico de decisão tomada pela maior autoridade de determinado ente".*

No caso em apreço, a licitante preenche os pressupostos recursais, razão pela qual passa-se à análise de mérito.

Compulsando-se os atos e sopesando a matéria desenhada, verifica-se, inicialmente, que o RECURSO em análise tem efeito suspensivo, merecendo ser levado à apreciação de autoridade superior.

Após análise das razões posta pela Recorrente e conferência dos autos do procedimento acima identificado, nos manifestamos através das considerações que se seguem, registrando, antes de adentrar à análise do mérito do RECURSO, que a **recomendação é manter a decisão que classificou a D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.**

O julgamento da aceitabilidade da proposta se dá através do atendimento aos requisitos exigidos pela lei (art. 59) e pelo edital do certame.

A tese de sobrepreço, de adulteração de especificações e de alteração de quantitativo parte de premissa equivocada. A Recorrente comparou a proposta com a planilha anterior à suspensão do certame, substituída na republicação, o que ela própria reconhece ao dizer que o edital foi "republicado após adiamento para correção de erro material". Pelo princípio da vinculação ao edital (art. 5º), o parâmetro é a planilha vigente. Conferida contra ela, a proposta da Recorrida reproduz códigos, descrições, unidades e quantitativos, com desconto uniforme de 12,02% (R$ 181.528,86) sobre o orçamento de R$ 1.510.742,24. O Parecer Técnico concluiu que não há preço unitário acima da referência. Os nove itens de especificação e as quatro tesouras do item 6.1 (Luiz Viana) coincidem com a planilha republicada.

Desse modo, não há afronta à Súmula TCU nº 259 nem ao art. 59, III e § 3º, da Lei nº 14.133/2021. O critério de aceitabilidade foi fixado no Termo de Referência (itens 8.11 e 8.12.1), e o preço global está abaixo do estimado. A Recorrente também não demonstrou que itens seriam "relevantes" nem qual o impacto sobre o valor global. O risco de "jogo de planilha" é tratado pelos arts. 127 e 128, que preservam o desconto ofertado em eventuais aditivos. Na empreitada por preço unitário, só se paga o serviço medido e aceito (arts. 6º, XXVIII, e 117). Ainda que houvesse divergência pontual, o caminho seria o saneamento por diligência, sem alterar o valor global, conforme o art. 12, III, e o formalismo moderado.

Não procede a alegação de nulidade por falta de parecer técnico prévio. O art. 8º, caput, atribui ao agente de contratação a competência para decidir. O § 1º prevê o auxílio da equipe de apoio, e a segregação de funções (art. 7º, § 1º) não cria etapa obrigatória de parecer. A Recorrente também não indica norma do edital ou municipal que a exija. A citação que atribui ao TCU não identifica o acórdão de origem. De todo modo, o setor de engenharia elaborou o projeto e as planilhas e emitiu o parecer de 09/10/2026, que confirma a conformidade da proposta. O intervalo de

1h35min refere-se só à conferência da proposta realinhada, pois a habilitação foi analisada antes dos lances, em razão da inversão de fases. E a Recorrente, que discutiu o mérito item a item, não demonstrou prejuízo.

A qualificação técnica foi comprovada. O item 8.40 do Termo de Referência exige atestados compatíveis em características, quantidades e complexidade, admitido o somatório. O art. 67, II, fala em serviços similares, e a Súmula TCU nº 263 admite quantitativos mínimos em serviços semelhantes. No mesmo sentido, o Acórdão TCU nº 298/2024 – Plenário admite experiência em obras de características semelhantes, não necessariamente idênticas. A CAT nº 24703/2026 registra concreto fck 30 MPa em 32,87 m³, acima do mínimo de 24,67 m³. A diferença (lançamento por jerica, e não por bomba) é de método logístico, e o Parecer Técnico concluiu que ela, isoladamente, não afasta a aptidão. Não há quebra de isonomia: a EBA Serviços foi inabilitada por não comprovar item distinto (cerca/gradil).

O porte da Recorrida foi corretamente aferido. Nas licitações, considera-se a receita bruta do ano-calendário anterior ao certame (Acórdão TCU nº 250/2021 – Plenário). Como a licitação ocorreu em 2026, vale a receita de 2025, que, por qualquer dos valores dos autos (R$ 1.252.186,00 ou R$ 1.324.186,00), está na faixa de EPP (art. 3º, II, da LC nº 123/2006). Os §§ 9º e 9º-A do art. 3º tratam do momento em que a exclusão produz efeitos e não instituem exclusão perpétua. A indicação de "ME" no cadastro, em vez de "EPP", é erro formal de subcategoria, pois ambas têm o mesmo tratamento legal. A Recorrida venceu pelo menor preço, sem usar benefício algum. O art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 refere-se a contratos celebrados no ano da licitação, e a Recorrente não alegou nem provou que o limite tenha sido excedido em 2026.

A certidão do contador não é causa de inabilitação. O rol do art. 69 é taxativo: a habilitação econômico-financeira "será restrita à apresentação da seguinte documentação", isto é, balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios (inciso I) e certidão negativa de falência (inciso II). A certidão de regularidade profissional não consta do rol e é acessória. Os balanços foram arquivados na JUCEB quando o contador estava habilitado, e a Recorrente não questiona seu conteúdo nem os índices. Se o item 8.24 do Termo de Referência a mencionasse, ele não poderia ampliar o rol legal. No máximo, a atualização de documento cuja validade expirou seria objeto de diligência (art. 64, II), nunca de inabilitação. O Acórdão TCU nº 1.211/2021 – Plenário orienta que a Administração solicite e avalie documento que ateste condição preexistente do licitante, em vez de inabilitá-lo.

O pedido subsidiário de empate ficto também não procede. A Recorrida é EPP, e o art. 45, § 2º, da LC nº 123/2006 limita o benefício aos casos em que a melhor oferta não é de ME ou EPP:

> "§ 2º O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte."

A melhor oferta é da Recorrida, e a Recorrente, também EPP, não pode usar a regra para deslocá-la. A manutenção da decisão atende ainda à vantajosidade (art. 11), pois a proposta é R$ 14.591,84 menor que a da Recorrente. Conclui-se, assim, pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu não provimento, mantendo-se a decisão do Agente de Contratação de 29/09/2026, com remessa dos autos à autoridade superior para decisão final.

Dito isso, considerando, ainda, os princípios da legalidade, eficiência, isonomia, economicidade e vinculação ao edital como norteadores do processo licitatório, a decisão administrativa optou pela inabilitação da recorrida, razão porque merece prosperar o pedido da Recorrente, **devendo a ser mantida a decisão para classificar a vencedora do certame.**

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

III - DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, considerando as razões explicitadas e, vislumbrando a solução mais adequada ao pleito, frente as normativas aplicadas, **opino pelo recebimento do RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pela empresa AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA, por ser tempestivo,** e, considerando o quanto requerido, **recomendo o seu IMPROVIMENTO, devendo ser mantida a decisão do agente de contratação para classificar a vencedora do certame, conforme fundamentado supra.**

É o parecer, que elevo à consideração superior.

Senhor do Bonfim, 20 de outubro de 2026.

MARAÍSA DA SILVA SANTANA
Consultora Jurídica – OAB/BA 28429

ANA REBECA SELMAN DA SILVA CABRAL
Procuradora Chefe – OAB/BA 67.891
Decreto nº 101/2025

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

DECISÃO ADMINISTRATIVA DO PREFEITO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

DECISÃO ADMINISTRATIVA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

RECORRENTE: AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. – CNPJ nº 07.624.899/0001-62
RECORRIDA: D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. – CNPJ nº 16.558.643/0001-95

Objeto: Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA

I – DO RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pela empresa **AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA.** contra a decisão proferida pelo Agente de Contratação na sessão pública de 29 de setembro de 2026, que aceitou a proposta comercial e declarou habilitada e vencedora a empresa **D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA.**, classificada em primeiro lugar na Concorrência Eletrônica nº 007/2026, com proposta no valor global de **R$ 1.329.213,38 (um milhão, trezentos e vinte e nove mil, duzentos e treze reais e trinta e oito centavos)**.

Em suas razões recursais, a empresa AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA. questiona a conformidade da proposta vencedora, alegando, em síntese: existência de preços unitários supostamente superiores aos valores de referência; alterações de especificações técnicas e quantitativos; ausência de parecer técnico de engenharia no momento da aceitação da proposta; insuficiência de comprovação da qualificação técnica relativa à execução de concreto armado fck 30 MPa; irregularidade no enquadramento empresarial como microempresa ou empresa de pequeno porte; e apresentação de certidões de regularidade profissional do contador com prazo de validade expirado. Subsidiariamente, requer o reconhecimento do direito ao desempate ficto.

Regularmente intimada, a empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA. apresentou contrarrazões, pugnando pela manutenção da decisão recorrida, sob o argumento de que as alegações se fundamentam, em grande parte, em comparação com planilhas orçamentárias anteriores, substituídas após a correção de erro material e a republicação do edital.

O Agente de Contratação, após análise das razões recursais, das contrarrazões e dos elementos técnicos constantes dos autos, manteve a decisão anteriormente proferida, concluindo pelo não provimento do recurso.

A matéria foi submetida à Consultoria Jurídica Municipal, que, por meio do Parecer Jurídico datado de 20 de outubro de 2026, opinou pelo conhecimento do recurso, por sua tempestividade, e, no mérito, pelo seu **não provimento**, com manutenção da decisão que classificou e habilitou a empresa vencedora.

É o relatório. Passo à decisão.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

II – DA ADMISSIBILIDADE

Conheço do Recurso Administrativo, uma vez que se encontram presentes os pressupostos de admissibilidade, especialmente a legitimidade, o interesse recursal e a tempestividade, nos termos do art. 165 da Lei Federal nº 14.133/2021 e das disposições do edital.

Ressalto, ainda, que o recurso possui efeito suspensivo, conforme estabelece o art. 168 da Lei nº 14.133/2021, razão pela qual os atos subsequentes dependentes da decisão recorrida devem aguardar a presente deliberação final.

III – DA ANÁLISE E FUNDAMENTAÇÃO

Após examinar os autos do Processo Administrativo nº 0179/2026, as razões recursais, as contrarrazões, a manifestação do Agente de Contratação, o Parecer Técnico sobre Recurso Administrativo emitido pelo setor de engenharia municipal em 09 de outubro de 2026 e o Parecer Jurídico de 20 de outubro de 2026, verifico que não foram apresentados elementos suficientes para justificar a reforma da decisão recorrida.

A análise deve observar os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da segurança jurídica e da seleção da proposta apta a gerar o resultado mais vantajoso para a Administração, previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

3.1. Da alegação de sobrepreço unitário, alteração de especificações e divergência de quantitativos

Conforme apurado na instrução processual, a recorrente realizou comparações com valores, especificações e quantitativos constantes de planilha orçamentária anterior à suspensão do certame, posteriormente substituída após a correção de erro material e a republicação do edital.

O parâmetro adequado para a análise da proposta é, portanto, a planilha orçamentária vigente, integrante da versão republicada do instrumento convocatório, em observância ao princípio da vinculação ao edital.

O Parecer Técnico de 09 de outubro de 2026, subscrito por profissional habilitada do setor de engenharia municipal, concluiu que a proposta realinhada da empresa vencedora observa os códigos, as descrições, as unidades e os quantitativos da planilha vigente, não tendo identificado preços unitários superiores aos respectivos valores de referência.

Conforme consignado no parecer jurídico, a proposta vencedora representa desconto de aproximadamente 12,02% sobre o orçamento estimado de R$ 1.510.742,24, resultando em economia de R$ 181.528,86 em relação ao valor de referência.

Desse modo, não se verificou fundamento suficiente para a desclassificação da proposta com base nas divergências apontadas pela recorrente, uma vez que as alegações foram examinadas à luz da planilha efetivamente aplicável ao certame e não foram confirmadas pela análise técnica.

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

3.2. Da alegada ausência de parecer técnico prévio de engenharia

A alegação de nulidade da aceitação da proposta por ausência de parecer técnico conclusivo anterior à decisão do Agente de Contratação não merece acolhimento.

A Lei nº 14.133/2021 atribui ao Agente de Contratação a condução do procedimento licitatório e a prática dos atos necessários ao seu regular desenvolvimento, com auxílio da equipe de apoio e participação dos setores técnicos competentes, conforme a natureza do objeto.

No caso concreto, além da atuação técnica na elaboração dos documentos e planilhas da contratação, foi realizada análise específica das alegações recursais pelo setor de engenharia municipal, formalizada no parecer técnico de 09 de outubro de 2026.

Esse documento examinou os pontos técnicos controvertidos e concluiu pela ausência de fundamento para acolher as alegações da recorrente. Não foi demonstrado, portanto, vício concreto capaz de comprometer a validade do julgamento ou prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa.

3.3. Da qualificação técnica da empresa vencedora

Quanto à alegação de insuficiência da qualificação técnica referente à execução de concreto armado fck 30 MPa, verifica-se que a documentação analisada registra, por meio da CAT nº 24703/2026, a execução de 32,87 m^3 de concreto com resistência característica de 30 MPa, quantitativo superior ao mínimo exigido de 24,67 m^3.

O item 8.40 do Termo de Referência admite a comprovação de experiência em serviços compatíveis em características, quantidades e complexidade, observadas as exigências do instrumento convocatório.

A análise técnica concluiu que a diferença apontada quanto ao método de transporte e lançamento do concreto, por si só, não afasta a aptidão operacional demonstrada pela licitante. Tal entendimento encontra amparo na previsão do art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que admite a comprovação de experiência em serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Assim, diante da documentação examinada e da manifestação técnica constante dos autos, não se identifica fundamento suficiente para determinar a inabilitação da empresa vencedora.

3.4. Do enquadramento empresarial como ME/EPP e do pedido de desempate ficto

No que se refere ao porte empresarial, o parecer jurídico considerou a receita bruta do ano-calendário anterior ao da licitação, nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e da fundamentação nele indicada.

Os documentos examinados apontam receita bruta de 2025 dentro do limite legal aplicável às empresas de pequeno porte. A divergência entre a indicação cadastral de microempresa e a condição de

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

empresa de pequeno porte foi tratada na instrução como inconsistência formal, sem demonstração suficiente de que a licitante estivesse impedida de usufruir do enquadramento legal pertinente.

Também não merece acolhimento o pedido subsidiário de desempate ficto. Conforme o art. 45, § 2º, da Lei Complementar nº 123/2006, o mecanismo de preferência previsto nesse dispositivo não se aplica quando a melhor oferta já tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

No presente caso, a proposta de menor valor foi apresentada pela própria empresa vencedora, razão pela qual não se verifica fundamento para conceder à recorrente o benefício pretendido.

3.5. Da alegada irregularidade das certidões do contador

A recorrente sustenta a inabilitação econômico-financeira da empresa vencedora em razão do vencimento das certidões de regularidade profissional do contador responsável pelos demonstrativos contábeis.

Todavia, conforme a análise jurídica constante dos autos, o art. 69 da Lei nº 14.133/2021 delimita os documentos de habilitação econômico-financeira exigíveis, não incluindo expressamente a certidão de regularidade profissional do contador entre os documentos previstos nesse dispositivo.

Além disso, os balanços apresentados foram registrados na Junta Comercial do Estado da Bahia, e não houve demonstração de irregularidade material em seu conteúdo capaz de comprometer a comprovação da qualificação econômico-financeira exigida no edital.

Por conseguinte, diante dos elementos analisados, não se identifica fundamento suficiente para determinar a inabilitação da vencedora por esse motivo.

3.6. Da vantajosidade da proposta e da manutenção do julgamento

A proposta da empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., no valor de R$ 1.329.213,38, é inferior à oferta da recorrente, de R$ 1.343.805,22, representando diferença de R$ 14.591,84 em favor da proposta vencedora.

Considerando que as alegações recursais foram examinadas pelo Agente de Contratação, pela área técnica de engenharia e pela Consultoria Jurídica, sem identificação de vício que justifique a reforma da decisão, a manutenção do julgamento mostra-se compatível com os princípios da legalidade, da isonomia, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e da economicidade.

Dessa forma, acolho os fundamentos da manifestação do Agente de Contratação e do Parecer Jurídico, que passam a integrar a motivação desta decisão, naquilo que forem compatíveis com as razões ora expostas.

IV – DA DECISÃO

Ante o exposto, no exercício das atribuições legais da autoridade superior, com fundamento nos arts. 5º, 11, 17, 59, 64, 67, 69, 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como nas disposições pertinentes da Lei Complementar nº 123/2006, **DECIDO**:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM

GABINETE DO PREFEITO

I – CONHECER do Recurso Administrativo interposto pela empresa AMARAL SERVIÇOS E OBRAS LTDA., CNPJ nº 07.624.899/0001-62, por preencher os pressupostos de admissibilidade;

II – NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão proferida pelo Agente de Contratação na sessão pública de 29 de setembro de 2026, pelos fundamentos constantes desta decisão, da manifestação administrativa e do Parecer Jurídico de 20 de outubro de 2026;

III – MANTER a aceitação da proposta, a classificação e a habilitação da empresa D F DO NASCIMENTO CONSTRUÇÕES LTDA., CNPJ nº 16.558.643/0001-95, declarada vencedora da Concorrência Eletrônica nº 007/2026, pelo valor global de R$ 1.329.213,38;

IV – INDEFERIR o pedido subsidiário de reconhecimento do direito ao desempate ficto formulado pela recorrente, pelas razões expostas na fundamentação;

V – DETERMINAR o retorno dos autos ao Agente de Contratação para ciência, registro da presente decisão, comunicação aos interessados e adoção das providências necessárias ao regular prosseguimento do procedimento, observadas as etapas legais subsequentes, inclusive adjudicação e homologação, conforme as competências aplicáveis.

Publique-se. Registre-se. Dê-se ciência aos interessados.

Senhor do Bonfim – BA, em 21 de outubro de 2026.

Laércio Muniz de Azevedo Júnior
Prefeito Municipal de Senhor do Bonfim – BA

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 007/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0179/26

TERMO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Senhor do Bonfim, Bahia, usando de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, em especial o art. 71, Inciso IV, após parecer do Agente de Contratação, bem como da Consultoria Jurídica e Controle Interno, resolve ADJUDICAR/HOMOLOGAR a modalidade **CONCORRÊNCIA nº 007/2026**, critério de julgamento MENOR PREÇO POR GRUPOS/LOTES, cujo objeto é **Contratação de empresa especializada na área de engenharia e construção civil para ampliação e Reforma de 04 (quatro) unidades escolares: Escola Municipal Santo Antonio, Escola Municipal de Caatinguinha, Escola Municipal Quilombola Maria Salomea Martins de Santana, na zona rural e Escola Municipal Dr Luis Viana Filho, na zona urbana do Município de Senhor do Bonfim – BA**, conforme edital e seus anexos.

EMPRESA: D F DO NASCIMENTO CONSTRUCOES LTDA
CNPJ nº: 16.558.643/0001-95
LOTE: único
VALOR TOTAL LICITADO: R$ 1.329.213,38 (um milhão trezentos e vinte e nove mil duzentos e treze reais e trinta e oito centavos)

CADASTRO DE RESERVA: Não houve cadastro de reserva para este processo.

Ao setor de Licitações para atualização da contratação no Portal Nacional de Contrações Públicas – PNCP, registrado sob nº 13988308000139-1-000141/2026, conforme determina o Art. 94 da Lei Federal 14.133 de 1º de 21, inciso I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

Senhor do Bonfim-BA, 22 de outubro de 2026.

Registre-se, Cumpra-se, Publique-se e Lavre-se o Contrato Administrativo.

Laércio Muniz de Azevedo Júnior
Prefeito Municipal

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

CREDENCIAMENTO Nº 005/2026 - DESPACHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
SETOR DE LICITAÇÕES

CREDENCIAMENTO Nº 005/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0104/26
DESPACHO DO SETOR DE LICITAÇÕES - Nº 04

Considerando a **reabertura do Credenciamento nº 005/2026**, a partir de 03 de agosto de 2026, por prazo indeterminado, em razão da alteração do Termo de Referência, decorrente da ampliação dos quantitativos da programação física e financeira das Ofertas de Cuidados Integrados (OCIs), no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas – PATE;

Considerando que permanece inalterado o objeto do presente credenciamento, consistente na Contratação de serviços médicos especializados para a prestação de atendimento ambulatoriais de média e alta complexidade, no âmbito do Programa Agora Tem Especialistas - PATE, para execução das Ofertas de Cuidados Integrados - OCIs, visando atender à necessidade da Administração Pública de garantir aos cidadãos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, acesso a serviços médicos especializados.;

Considerando que o presente credenciamento possui natureza de contratações paralelas e não excludentes, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, permanecendo aberto durante toda a sua vigência para habilitação de novos interessados, observados os critérios de distribuição da demanda previstos no Edital;

Considerando que, em razão das alterações promovidas no Termo de Referência, a empresa anteriormente habilitada e credenciada na posição 1 foi convocada a reapresentar sua proposta financeira, tendo apresentado nova proposta em conformidade com os quantitativos e a programação física e financeira atualizados;

Considerando que, em razão da natureza aberta do credenciamento, mediante apresentação da documentação de habilitação e da respectiva proposta financeira, para análise deste Setor de Licitações;

Considerando que a documentação apresentada pela interessada foi analisada, tendo sido constatado o atendimento aos requisitos de habilitação estabelecidos no Edital, bem como a conformidade da proposta financeira apresentada com as condições estabelecidas no Termo de Referência;

Considerando, portanto, que se encontram habilitadas e credenciadas, até a presente data, as seguintes empresas:

Nº INSC.	RAZÃO SOCIAL	CNPJ	PROFISSIONAL MÉDICO RESPONSAVEL	ÁREA DE ATUAÇÃO	DATA HABILITAÇÃO
1	CMO CENTRO MÉDICO E OFTALMOLOGICO	27.084.257/0001-25	Haylton Goncalves Silva Filho	ATENÇÃO EM OFTALMOLOGIA I. AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOLOGIA - 0 A 8 ANO II. AVALIAÇÃO EM ESTRABISMO III. AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOLOGIA A PARTIR DOS 09 ANOS IV. AVALIAÇÃO DE RETINOPATIA DIABÉTICA V. AVALIAÇÃO INICIAL PARA ONCOLOGIA OFTALMOLÓGICA	HABILITADA EM 24/07/2026 REAPRESENTAÇÃO DA PROPOSTA EM 04/08/2026

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
SETOR DE LICITAÇÕES

				VI. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM NEURO OFTALMOLOGIA VII. EXAMES OFTALMOLÓGICOS SOB SEDAÇÃO	
2	INSTITUTO SANTA BARBARA DE GESTÃO ASSISTÊNCIA A SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL - ISBA	11.204.751/0001-46	Juliana Amato dos Santos	ATENÇÃO EM GINECOLOGIA I. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL DE SAÚDE DA MULHER GINECOLOGIA I II. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL DE SAÚDE DA MULHER GINECOLOGIA II ATENÇÃO EM CARDIOLOGIA I. AVALIAÇÃO DE RISCO CIRÚRGICO II. AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA ATENÇÃO EM OFTALMOLOGIA I. AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOLOGIA - 0 A 8 ANO II. AVALIAÇÃO EM ESTRABISMO III. AVALIAÇÃO INICIAL EM OFTALMOLOGIA A PARTIR DOS 9 ANOS IV. AVALIAÇÃO DE RETINOPATIA DIABÉTICA V. AVALIAÇÃO INICIAL PARA ONCOLOGIA OFTALMOLÓGICA VI. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM NEURO OFTALMOLOGIA VII. EXAMES OFTALMOLÓGICOS SOB SEDAÇÃO	HABILITADA EM 14/08/2026
3	INSTITUTO SANTA BARBARA DE GESTÃO ASSISTÊNCIA A SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL - ISBA	11.204.751/0001-46	Juliana Amato dos Santos	ATENÇÃO EM ORTOPEDIA I. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ORTOPEDIA COM RECURSOS DE RADIOLOGIA E ULTRASSONOGRAFIA II. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ORTOPEDIA COM RECURSOS DE RADIOLOGIA III. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA EM ORTOPEDIA COM RECURSOS DE RADIOLOGIA E	HABILITADA EM 14/08/2026 APRESENTAÇÃO DE NOVA PROPOSTA COM INCLUSÃO ESPECIALIDADE EM 21/08/2026

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM
SETOR DE LICITAÇÕES

				TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA	
04	RMS SERVICOS MEDICOS LTDA	09.242.965/0001-65	Gabriela Matos de Azevedo	ATENÇÃO EM GINECOLOGIA I. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL DE SAÚDE DA MULHER GINECOLOGIA I II. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA INICIAL DE SAÚDE DA MULHER GINECOLOGIA II	HABILITADA EM 21/10/2026

Considerando que a empresa INSTITUTO SANTA BARBARA DE GESTÃO ASSISTÊNCIA A SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL – ISBA, já habilitada e credenciada neste procedimento, sob a inscrição nº 02, apresentou nova inscrição, na posição nº 03, exclusivamente para a inclusão de **nova especialidade médica**, acompanhada da respectiva **proposta financeira atualizada**, bem como da documentação de habilitação e qualificação do profissional médico indicado para a nova especialidade, para fins de análise quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos no Edital e no respectivo Termo de Referência;

Diante do exposto, **RATIFICO** a habilitação e o credenciamento das empresas acima relacionadas, uma vez que permanecem atendidos todos os requisitos de habilitação previstos no Edital de Credenciamento nº 005/2026, bem como RECEPCIONO e ACEITO a proposta financeira apresentada após a reabertura do credenciamento, por estar em conformidade com as alterações promovidas no Termo de Referência.

As propostas financeiras aceitas passam a integrar o presente processo administrativo e produzirão efeitos para as futuras contratações decorrentes deste credenciamento, observados os quantitativos, a disponibilidade da Administração e os critérios de distribuição da demanda estabelecidos no Termo de Referência e no Edital.

Ressalte-se que o credenciamento e a aceitação das propostas não asseguram direito subjetivo à contratação imediata, constituindo condição para eventual convocação, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, disponibilidade orçamentária e demais condições previstas no instrumento convocatório.

Registro, ainda, que o credenciamento permanecerá aberto por prazo indeterminado, possibilitando a habilitação de novos interessados e a atualização da relação de credenciados durante toda a sua vigência, conforme previsto no Edital.

Encaminhem-se os autos à autoridade competente para ciência e adoção das providências necessárias à continuidade do procedimento.

Determino, por fim, a publicação deste despacho no Diário Oficial do Município, para fins de publicidade, transparência e eficácia dos atos administrativos.

Senhor do Bonfim-BA, em 22 de outubro de 2026.

Henrique José da Conceição Mattos
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 330/2024

Certificação Digital: 9QQFDJ68-Q1BB06IY-R7VWRQPB-T19VGLFO
Versão eletrônica disponível em: http://senhordobonfim.ba.gov.br
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001, que institui a infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil

PORTARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA
GABINETE DO PREFEITO

Portaria nº 329/2026.
De 21 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre vacância do cargo de servidor lotado na Secretaria de Infraestrutura, na forma que indica".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM, ESTADO DA BAHIA, Laércio Muniz de Azevedo júnior, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que o Sr. Paulo Geovane Lopes de Souza, matrícula 0778, titular do cargo efetivo de Gari, solicitou o seu desligamento da Secretaria Municipal de Infraestrutura por motivo de aposentadoria a partir de 20/10/2026;

CONSIDERANDO que o servidor se encontra aposentado;

CONSIDERANDO que o artigo 40, inciso IV da Lei Municipal 905/2003 estabelece que a aposentadoria é causa de vacância do cargo público;

CONSIDERANDO que foi emitido PARECER JURÍDICO no Processo Administrativo PA/PROJUR nº 321/2026 opinando pelo desligamento de seu cargo público, em razão da verificação dos requisitos legais autorizadores.

RESOLVE:

Art. 1º DESLIGAR o servidor Paulo Geovane Lopes de Souza, matrícula 0778, titular do cargo efetivo de Gari, lotado na Secretaria de Infraestrutura, e em razão da concessão de aposentadoria e DECLARAR a vacância de seu cargo, nos termos da legislação municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20/10/2026, revogando-se todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Senhor do Bonfim - Bahia, 21 de outubro de 2026.

Laércio Muniz de Azevedo Júnior
Prefeito Municipal de Sr. do Bonfim – BA.

Praça Nova do Congresso, Nº 01, Central Shopping- 2º Andar
Senhor do Bonfim – BA – CEP: 48.970-00
CNPJ: 13.988.308/0001-39
www.senhordobonfim.ba.gov.b

PORTARIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SENHOR DO BONFIM – BAHIA
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E ESPORTES

Portaria nº 132/2026.
De 22 de outubro de 2026.

"Dispõe sobre a concessão de pedido de retorno de licença ao(a) servidor(a) do município, na forma que indica".

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SENHOR DO BONFIM, ESTADO DA BAHIA, Eline Lucia Macêdo Sobreira da Silva, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO N.O.P.S., ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esportes, matrícula nº 3257, solicitou retorno de licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos nos termos do artigo 85, parágrafo único da Lei Municipal nº 905/2003 de 15 de outubro de 2003;

CONSIDERANDO que foi emitido PARECER JURÍDICO no Processo Administrativo PA/PROJUR nº 320/2026, opinando pela concessão do pedido, por preencher os requisitos legais autorizadores.

RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR o pedido de retorno de licença para tratar de interesses particulares, sem vencimentos ao(a) servidor(a) N.O.P.S., matrícula nº 3257, ocupante do cargo de Professor(a), lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação e Esportes.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Secretária de Educação de Senhor do Bonfim - Bahia, 22 de outubro de 2026.

ELINE LUCIA MACEDO SOBREIRA DA SILVA:44967136591
Assinado de forma digital por ELINE LUCIA MACEDO SOBREIRA DA SILVA:44967136591
Dados: 2026.10.23 09:35:18 -03'00'

Eline Lucia Macêdo Sobreira da Silva
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 095/2025

Praça Juracy Magalhães, 126, Centro
Senhor do Bonfim – BA – CEP: 48.970-000
CNPJ: 13.988.308/0001-39
www.senhordobonfim.ba.gov.br